



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR**

**GRAZIELLA BATISTA DE MOURA**

**A DISSEMINAÇÃO E APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS  
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DOS  
CAMPUS DA UFC, UNIFOR E UECE SITUADOS EM  
FORTALEZA**

**FORTALEZA  
2010**



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR**

**GRAZIELLA BATISTA DE MOURA**

**A DISSEMINAÇÃO E APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS  
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DOS  
CAMPUS DA UFC, UNIFOR E UECE SITUADOS EM  
FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Administração de Empresas.

**Orientadora:** Profa. Dra. Marcelle Colares Oliveira

**FORTALEZA  
2010**

---

M929d Moura, Graziella Batista de.  
A disseminação e aplicação dos conceitos de responsabilidade social  
empresarial nos cursos de Administração de Empresas dos campus da UFC,  
UNIFOR e UECE situados em Fortaleza / Graziella Batista de Moura. - 2010.  
157 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2010.  
“Orientação: Profa. Dra. Marcelle Colares Oliveira.”

1. Empresas – Responsabilidade social. 2. Administração de empresas.  
3. Universidades. I. Título.

CDU 658:301.01

---

**GRAZIELLA BATISTA DE MOURA**

**A DISSEMINAÇÃO E APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE  
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NOS  
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DOS  
CAMPUS DA UFC, UNIFOR E UECE SITUADOS EM  
FORTALEZA**

**Área de Concentração:** Estratégia e Gestão Organizacional  
**Linha de Pesquisa:** Gestão Pública, Social e Ambiental

Data de Aprovação: 31/08/2007

Banca Examinadora:

---

Profª. Dra. Marcelle Colares Oliveira  
(Orientadora/UNIFOR)

---

Prof. Dr. Francisco Tarciso Leite  
(Membro/UNIFOR)

---

Profª. Dra. Aneide Oliveira Araújo  
(Membro/UFRN)

Aos meus pais.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

A minha família, ressaltando meus pais, que sempre estiveram ao meu lado apoiando-me.

Em especial, a minha orientadora, Professora Doutora Marcelle Colares, pela sua delicadeza, pelo cuidado com que dispensou a este trabalho e por todas as críticas e recomendações durante o processo de elaboração da dissertação, proporcionando-me uma grande oportunidade de aprendizado.

Às colegas de mestrado e amigas, Bleine e Sarah, pelo apoio, interlocução e dedicação durante o mestrado e a realização do trabalho.

Aos Professores Doutores Francisco Correia, Heber Moura, Daniella Arruda, Alípio Veiga, pelo aporte de conhecimentos ao longo do curso de mestrado.

À coordenação do Curso de Mestrado, na pessoa do Professor Doutor Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte, pela seriedade e estímulo na condução do programa.

Aos colaboradores do Curso de Mestrado em Administração da UNIFOR, Adriana, Socorro e Narciso, pelo seu apoio e paciência.

E a todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

MOURA, Graziella Batista. **Disseminação dos Conceitos de Responsabilidade Social Empresarial nos Cursos de Administração de Empresas das Universidades do Município de Fortaleza**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza - UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2010.

**Perfil da autora:** Graduada em Administração pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Especialista em Marketing pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Tutora da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

## **RESUMO**

Partindo de uma aparente dissonância entre teoria e prática nas ciências sociais aplicadas, o estudo investiga como a Responsabilidade Social Empresarial, um tema relativamente recente e relevante, é disseminado nos cursos de Administração de Empresas das universidades do município de Fortaleza. Com um embasamento teórico obtido por meio de uma ampla revisão da bibliografia existente sobre o tema e a tríade universitária, construiu-se um referencial de análise que permitiu levantar as discrepâncias em relação à forma com que o assunto é estudado e ensinado. A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos consiste em uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa que adota a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso das três universidades de Fortaleza e entrevista semi-estruturada, elaborada com base nas categorias definidas na revisão da literatura, como instrumento de coleta de dados, sendo a análise de conteúdo a técnica para o tratamento dos resultados das entrevistas. Os dados coletados por meio das entrevistas com os representantes das universidades indicam que, apesar de haver experimentado significativos avanços, o tema Responsabilidade Social Empresarial ainda se encontra no campo das ações esporádicas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial. Disseminação. Universidades.

## ABSTRACT

Leaving of an apparent dissonance between theory and practical in applied social sciences, this study investigated how the Corporate Social Responsibility, relatively recent and of considerable relevance theme, is spread in Business Administration courses of the Fortaleza city universities. With a theoretical basement gotten by the subject and the university triad existing bibliography ample revision, an analytics referential was constructed that allowed to find the discrepancies in relation to the form with that the subject is studied and taught in these institutions. The methodology used for the reach of the considered objectives involved an exploratory research, of qualitative nature, that adopted the bibliographical, documentary and the study of case of the three Fortaleza universities inquiry as the best research typology, and the half-structuralized interview, elaborated on the basis of the categories defined in the literature revision, as data collection instrument, being the content analysis the treatment of the gotten results technique. The data collected by the universities principal interviews had indicated that, although the significant advances the theme have tried, the Corporate Social Responsibility still stays in the sporadically actions field.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility. Dissemination. Universities.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadros</b>		<b>Página</b>
1	Significado das quatro dimensões da Responsabilidade Social .....	17
2	Diferenças entre Filantropia e Responsabilidade Social Empresarial .....	18
3	Evolução histórica da Responsabilidade Social Empresarial .....	24
4	Síntese de sugestões – primeiros passos para a Responsabilidade Social Empresarial .....	39
5	Quadro resumo de atividades extensionistas .....	66
6	Categorias de análises .....	102
7	Categorias de análises: a concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária .....	115
8	Categorias de análises: o papel da universidade na disseminação da RSE .....	118
9	Categorias de análises: assuntos e práticas de SER no ensino, na pesquisa e na extensão .....	122
<b>Figuras</b>		<b>Página</b>
1	Organização das IES brasileiras .....	51

## LISTA DE TABELAS

		<b>Página</b>
1	Instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2003) .....	52
2	Instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2003) .....	52
3	Instituições de ensino superior, por organização acadêmica (2003) .....	53

# SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1      <b>RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL .....</b></b>	<b>15</b>
1.1      Evolução Histórica da Responsabilidade Social Empresarial .....	15
1.2      Conceitos Preliminares .....	17
1.3      Novos Ambientes e Funções das Empresas .....	26
1.3.1    Gestão Empresarial Socialmente Responsável .....	29
1.4      Responsabilidade Social Universitária – RSU .....	40
<b>2      <b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES .....</b></b>	<b>45</b>
2.1      IES no Brasil: visão histórica .....	45
2.2      Tipos e Reformas das IES .....	49
2.3      Tríade da Universidade: ensino, pesquisa e extensão .....	54
2.3.1    Ensino .....	57
2.3.2    Pesquisa .....	59
2.3.3    Extensão .....	62
<b>3      <b>A UNIVERSIDADE, A DISSEMINAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS CONCEITOS E PRÁTICAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL – SER .....</b></b>	<b>68</b>
3.1      RSE no Universo das Empresas Privadas e das IES .....	72
3.2      Evolução Histórica dos Cursos de Administração.....	77
3.3      RSE no Ensino, na Pesquisa e Extensão Universitária .....	86
<b>4      <b>METODOLOGIA .....</b></b>	<b>92</b>
4.1      A Pesquisa .....	93
4.1.1    Quanto à Natureza .....	93
4.1.2    Quanto aos Objetivos .....	94
4.1.3    Delineamento da Pesquisa: tipologia .....	95
4.1.3.1   Pesquisa Bibliográfica .....	95
4.1.3.2   Pesquisa Documental .....	96
4.1.3.3   Estudo de Caso Múltiplo .....	96
4.2      Unidades de Análise .....	97

4.2.1	Sub-unidades de Análise .....	98
4.3	Fontes e Instrumentos de Coleta de Dados Primários e Secundários .....	98
4.4	Procedimentos de Coletas de Dados: métodos e técnicas .....	100
4.5	Categorias de Análise: método de análise de conteúdo .....	101
<b>5</b>	<b>RESULTADOS DO ESTUDO .....</b>	<b>103</b>
5.1	Caracterização das Universidades Pesquisadas .....	103
5.1.1	Universidade Federal do Ceará - UFC .....	103
5.1.2	Universidade de Fortaleza - UNIFOR .....	107
5.1.3	Universidade Estadual do Ceará - UECE .....	109
5.2	Resultado da Pesquisa .....	112
5.3	Concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária .....	113
5.4	O Papel da Universidade na Disseminação da Responsabilidade Social Empresarial .....	116
5.5	Assuntos e Práticas de RSE no Ensino, na Pesquisa e na Extensão .....	119
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário .....</b>	<b>140</b>
	<b>APÊNDICE B – Quadro Resumo de Aplicação junto aos responsáveis das sub- unidades nas universidades .....</b>	<b>143</b>
	<b>ANEXO A – Grade curricular do curso de Administração/UFC .....</b>	<b>145</b>
	<b>NEXO B – Grade curricular do curso de Administração do CCA/UNIFOR .....</b>	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

Estão ocorrendo mudanças no cerne do capitalismo global, de uma maneira que a questão da rentabilidade das empresas não deve mais se basear somente em consumismo e competição. Um número crescente de empresas vem alargando seus objetivos, ao ultrapassar suas funções básicas de geradoras de riquezas, passando a atuar em sintonia com as necessidades da sociedade. Essas necessidades vêm sendo abordadas pelas empresas como questões a serem resolvidas por todos, e não desvinculadas de seu plano de ação.

Há uma crescente compreensão dos benefícios de uma abordagem pró-ativa à Responsabilidade Social Empresarial. As empresas estão se conscientizando da importância de um mundo mais solidário, no qual homens de negócios podem aliar-se a agentes governamentais e não-governamentais, clientes e mídia, com o objetivo de transformar o mundo em mais justo e igualitário.

O Brasil e o mundo, desde o fim do século passado, têm-se defrontado com graves transformações, surgindo uma avalanche de novos comportamentos, novas relações, novas maneiras de viver, de comprar, de vender como também novas estruturas de trabalho.

O reconhecimento de que nem sempre a teoria e a prática caminham no mesmo ritmo não chega a ser uma novidade no meio acadêmico. Este descompasso não é um privilégio da Administração de Empresas, pois permeia, em menor ou maior grau, todas as áreas do conhecimento humano, tanto nas ciências humanas, como nas exatas ou sociais. Técnicas obsoletas ou ultrapassadas ainda são ensinadas nas instituições como no dia em que foram aprovadas para integrarem a ementa dos cursos, e por outro lado, as inovações praticadas pelas empresas em seus setores também demoram a ser entendidas, avaliadas e replicadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

A velocidade com que o mundo da administração de empresas evolui e a profusão com que as novas idéias de gestão surgem a todo o momento, torna-se inevitável os impactos do descompasso entre teoria e prática, já que no lançamento de uma nova teoria e prática e a sua assimilação pelo mercado, este depende de um espaço de tempo para que essa teoria seja

validada e apreendida. Embora seja uma regra normal e até certo ponto desejada ao evitar que modismos sejam absorvidos e propagados pelos cursos de Administração sem antes uma avaliação criteriosa através de pesquisas científicas que, necessariamente, utilizam métodos de trabalho de médio e longo prazo, este descompasso pode acabar trazendo uma certa insatisfação ou frustração nos recém graduados, que percebem que muito do que precisavam saber para o mundo do trabalho, não foi disseminado no período em que estava cursando a graduação.

Sob esta ótica e, levando-se em consideração a complexidade das relações entre teoria e prática, o presente estudo faz uma análise da abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial nos cursos de graduação e pós-graduação de Administração de Empresas nas universidades do município de Fortaleza.

O presente trabalho tem como principal interesse responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se faz presente no ensino, na pesquisa e na extensão do curso de Administração de Empresas das universidades do Município de Fortaleza?

Diante da relevância que o tema suscita, seu objetivo geral consiste em comparar a abordagem do tema RSE nas universidades UFC, UNIFOR e UECE do município de Fortaleza à luz do referencial teórico. Para assegurar-se o alcance desse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. investigar sobre Responsabilidade Social Empresarial e Universitária discutindo à luz das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão;
2. verificar a disseminação dos conceitos de RSE e as suas aplicações nas universidades pesquisadas;
3. identificar os assuntos e práticas de RSE no ensino, na pesquisa e na extensão nos cursos de Administração de Empresas das universidades de Fortaleza.

Para se atingir os objetivos propostos, parte-se dos seguintes pressupostos:

- 1) as universidades confundem Responsabilidade Social Universitária com a própria atividade de extensão;

- 2) as universidades e mais especificamente os cursos de Administração de Empresas não estão focados na disseminação e aplicação dos conceitos e práticas de RSE nas atividades de ensino, de pesquisa e extensão;
- 3) nas universidades pesquisadas não há projetos de extensão que disseminem conceitos e práticas de RSE e Sustentabilidade pelos cursos de Administração, sendo priorizados projetos de áreas como Saúde e Tecnologia;
- 4) nas universidades estudadas as pesquisas sobre o tema RSE e suas práticas e conceitos são incipientes;
- 5) no ensino de graduação e pós-graduação nas universidades pesquisadas não se aborda a RSE, suas práticas e conceitos em disciplina institucionalizada em sua grade curricular ou como tópicos de disciplina;
- 6) a abordagem do tema no ensino, na pesquisa e na extensão das Universidades de Fortaleza encontram-se em estágios diferentes.

O presente estudo fundamenta-se nos conceitos, princípios e dimensões da Responsabilidade Social Empresarial e nas concepções de ensino, pesquisa e extensão das universidades. Para a consecução dos objetivos do trabalho, a pesquisa de natureza qualitativa envolveu as universidades, públicas e privada, do município de Fortaleza.

Os três capítulos iniciais contemplam os aportes teóricos do estudo, com o intuito de possibilitar uma visão geral da problemática estudada, suprindo-se, através da revisão de literatura especializada, o embasamento para a pesquisa.

A metodologia da pesquisa é apresentada no quarto capítulo, em que são especificados: a tipologia quanto à natureza, aos objetivos e ao delineamento, o campo de pesquisa, o campo empírico e os sujeitos, as fontes e os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise de dados.

A motivação para a realização deste trabalho situa-se entre o desafio de pesquisar sobre um tema de tamanha significância e a satisfação pessoal de aprofundar conhecimentos sobre questões relacionadas com uma trajetória de vida profissional, assim como a certeza de que, a depender das escolhas, abrem-se novas possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em face da abrangência, importância e alcance prático, esta pesquisa pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre o assunto, ainda em construção.

# 1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

## 1.1 Evolução Histórica da Responsabilidade Social Empresarial

Segundo Soares (2006) a origem do tema Responsabilidade Social Empresarial, é defendida tendo como ponto de partida o período pós-revolução industrial (início do século XX) quando a estrutura das organizações e seu papel para a sociedade em termos de oferta de bens e serviços, criação de empregos, geração de lucros e pagamentos de impostos alcançou um nível até então inédito na sociedade. Determinou-se um ponto de inflexão a partir do qual as evoluções tecnológicas desenvolvidas pela sociedade foram cada vez mais velozes refletindo sobre o ambiente e sobre os *stakeholders*.

*Stakeholders*, segundo Laczniack e Murphy (1993), é o grupo ou indivíduo que é ou pode ser afetado pela implementação ou realização dos objetivos de uma organização. E é a partir da relação entre empresa e partes envolvidas que gerou-se a discussão da necessidade ou não da responsabilidade social empresarial.

Segundo Montenegro (2006, p. 77) “fazendo a separação entre os negócios e o lar, ensejando práticas egoístas e perniciosas em busca do lucro a qualquer preço e originando graves deformações, o capitalismo figurou como marco referencial na incorporação da idéia de RSE”.

De acordo também com Teodósio (2000), as ações sociais empresariais remontam ao início do capitalismo, principalmente no período da Revolução Industrial, quando alguns empresários classificados como filantropos aliavam o sucesso nos negócios ao interesse em contribuir com a sociedade. Essas intervenções nos problemas sociais eram caracterizadas por uma visão sem maior reflexão da situação social em que encontravam-se as massas trabalhadoras, vistas pelos próprios empresários como ociosas, inertes, avessas ao trabalho e fadadas à miséria caso não fossem assistidas por eles, isto é, a situação dessas massas para o empresariado era consequência deles mesmos e não da conduta empresarial.

A responsabilidade social acredita-se, que não é um modismo, veio para ficar. É atualmente um dos assuntos mais presentes na mídia e está inserida na agenda de muitas empresas, instituições, governos e organizações não governamentais. No mundo globalizado, termos como balanço social, cidadania empresarial, benefício social, marketing social, constituem-se como fatores importantes na sobrevivência das empresas.

À luz de mudanças cada vez mais velozes, iniciou-se o século XXI assistindo ao surgimento de uma sociedade, mais responsável, mais crítica, mais consciente, onde a figura do Estado fragiliza-se ao mesmo tempo em que o sentido de cidadania se fortalece.

O novo milênio traz consigo situações preocupantes, como a crescente concentração econômica, a desigualdade social e o desequilíbrio ambiental, ao mesmo tempo em que apresenta a disjunção proposta pelo emergente fenômeno da responsabilidade social.

É latente a adoção de medidas socialmente responsáveis. Os consumidores estão atentos aos seus direitos, buscam adquirir produtos de empresas conscientes do seu papel social. O mercado está cada vez mais exigente com a produção e com qualidade. Os interesses da sociedade estão sendo considerados pelas empresas como subsídios para definição de seus objetivos.

Assim, a responsabilidade social dobra-se a múltiplas exigências hoje impostas pela sociedade, com plena satisfação dos usuários, na transparência de suas ações e contribuições para o desenvolvimento da comunidade e preservação do meio ambiente.

A prática de responsabilidade social vai além da conduta legal da instituição, da prática de atividades filantrópicas ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, com uma perspectiva de gestão focando a qualidade das relações e a geração de valores para todos.

Carroll (1991) propôs um modelo que contempla um amplo significado da definição do conceito de Responsabilidade Social que aponta quatro faces ou dimensões: a econômica, a legal, a ética e a filantrópica. O Quadro 1 da RSE integra em um único modelo a maioria dos argumentos em torno da questão. A dimensão econômica consiste no fato de ser a empresa a unidade econômica básica da sociedade, e que, como tal, tem a responsabilidade de produzir os bens e serviços demandados pela comunidade, a um preço que garanta sua continuidade e

produza lucro; a responsabilidade legal está consignada em lei, e deriva do fato de que a sociedade espera que os negócios obedeçam às leis vigentes nos diversos âmbitos; a responsabilidade ética representa o comportamento, os padrões, normas ou expectativas que refletem a preocupação de todos os *stakeholders* com o que é justo ou está de acordo com o respeito ou a proteção dos seus direitos; a responsabilidade filantrópica consiste nas ações discricionárias exercidas pelas empresas em resposta às expectativas da sociedade, e corresponde aos papéis voluntários que os negócios assumem, ditados pelos valores empresariais.

O Quadro 1, a seguir, apresenta segundo o autor (CARROLL, 1991), comentários sobre os significados destas quatro dimensões.

DIMENSÕES	SIGNIFICADO
Econômica	Inclui as obrigações da empresa em ser produtiva, lucrativa e atender às expectativas dos acionistas de obter retorno sobre os investimentos. Ser lucrativo - é a base da responsabilidade sobre a qual derivam as outras.
Legal	Requer que o negócio acrescente à sua missão econômica, um respeito às leis e aos regulamentos. A sociedade espera que os negócios ofereçam produtos dentro das normas legais. Respeitar as regras do jogo.
Ética	Leva em consideração princípios e padrões que definem a conduta aceitável determinada pela sociedade. A tomada de decisão deve ser feita considerando as conseqüências de suas ações, honrando o direito dos outros, cumprindo seus deveres e evitando prejudicar o outro.
Filantrópica	Que o negócio contribua para a melhoria da sociedade através da responsabilidade legal, ética e econômica, bem como a adoção de práticas filantrópicas. Que possa contribuir com recursos para a melhoria da qualidade de vida.

Quadro 1 – Significado das quatro dimensões da Responsabilidade Social. Fonte: Carroll (1991).

Alguns anos depois, Carroll (1998), ao rever as quatro dimensões de responsabilidade social, destacou que elas são inter-relacionadas, embora estejam sempre em conflitos entre si. Mesmo assim, cada uma dessas dimensões não existe isoladamente e o conjunto delas significa a adoção da responsabilidade social possibilitando a empresa e vislumbrar os diferentes tipos de obrigações pertinentes a ela.

## 1.2 Conceitos Preliminares

Segundo Mostardeiro (2003), o assunto RSE no Brasil tem uma história de quatro décadas. O termo filantropia, origem da RSE, sofreu um processo de desgaste muito forte nos

últimos anos, sendo associado a denúncias de dilapidação de dinheiro público por falsas Organizações Não-Governamentais (ONG), em que pese a maior parte delas atuar de maneira responsável e apresentar conduta ilibada. Tem também forte conexão com práticas assistencialistas, que pouco ou nada contribuem para eliminar a situação de dificuldade e miséria das populações existentes.

Enquanto que a filantropia é conceituada como uma ação externa da empresa, objetivando beneficiar a comunidade nas diversas formas, a responsabilidade social foca a cadeia de negócios da empresa preocupando-se com um público maior (RODRIGUES FILHO, 2003).

Para Melo Neto e Froes (2001), o conceito de RSE vem extendendo-se, passando da filantropia, que expressa uma dedicação a benevolência e caridade, para uma nova lógica, que busca a sustentabilidade, a expansão da cidadania e a promoção da inclusão social. É um conceito mais amplo, pois reflete uma consciência social.

No sentido de diferenciar a filantropia da RSE, no Quadro 2, citam-se algumas diferenças que caracterizam de forma clara os dois conceitos.

<b>DOMÍNIO</b>	<b>FILANTROPIA</b>	<b>RSE</b>
Ação	Individual e voluntária	Coletiva
Fomento	Caridade	Cidadania
Base	Assistencialismo	Estratégia
Decisão	Individual	Coletiva
Gerenciamento	Desnecessário	Necessário
Prática	Restrita a empresários filantropos	Extensiva a todos da empresa

Quadro 2 – Diferenças entre Filantropia e Responsabilidade Social Empresarial.

Fonte: Montenegro (2006, p. 95).

Como justificam Melo Neto e Froes (2001), a filantropia baseia-se no assistencialismo, na caridade, não busca retorno, apenas conforto pessoal e moral para quem a pratica. A RSE, por sua vez, é estratégica para o desenvolvimento da empresa, e do cidadão. Consiste numa atitude coletiva, num compromisso e numa soma de vontades que refletem um consenso consciente. A conscientização sobre responsabilidade social vem desenvolvendo-se a cada ano. É um tema que cada vez mais ganha espaço no mundo empresarial e na sociedade como um todo.

Segundo Farias (2004) o conceito de responsabilidade social está se ampliando, passando da filantropia, para abranger todas as relações da empresa: com seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, concorrentes, meio ambiente e poder público (*stakeholders*).

Responsabilidade Social Empresarial é uma maneira de guiar os negócios da empresa de tal forma a torná-la parceira ativa no desenvolvimento social, isto é, ter uma atuação legítima e voluntária com a sociedade onde insere-se e com o público interno desenvolvendo ações que possam contribuir para manter e aumentar o bem estar social. Não se restringe as empresas, mas toda a sua área de influência e cadeia produtiva, portanto, a responsabilidade social deve ser um compromisso contínuo.

Ashley (2002) analisa a responsabilidade social a partir da independência dos Estados Unidos, quando os estados americanos passaram a aprovar leis que permitiam a auto-incorporação como alternativa aos atos do poder público, para que assim, a agilidade da iniciativa privada pudesse contribuir para o desenvolvimento do país, inicialmente atuando nas áreas de interesse público como a construção de estradas e canais e posteriormente na condução de negócios privados. Sendo assim, conforme Ashley (2003), até o início do século XX o objetivo principal da legislação sobre corporações era a geração de lucros para seus acionistas.

Como destacam Ashley et al. (2002) e Karkotli e Aragão (2004), a partir da Grande Depressão Americana dos anos 30, as ações empresariais passaram a ser expostas a um público cada vez maior e interessado. Passados seus efeitos, e após o período da Segunda Guerra Mundial, a visão de que a empresa deve atender apenas a seus acionistas sofreu inúmeros ataques, principalmente da área acadêmica, como Carroll (1998). Deu-se início a um novo ciclo de debates sobre as responsabilidades sociais dos empresários e o impacto social das empresas, recebendo o apoio e a adesão de representativo número de executivos.

Sob essa premissa, Ashley (2003) a chamou de abordagem pós-lucro ou instrumental, a empresa após cumprir com seu objetivo principal (gerar lucro para seus acionistas), poderia direcionar uma parte dos seus recursos para investimentos na área social mesmo que não estivesse vinculada a sua atividade fim. Assim, no início do século passado, delinea-se o conceito de responsabilidade social alicerçado sob dois conceitos básicos: filantropia e

governança (SHAFMAN, 1994; CARROLL, 1999 apud KREITLON, 2004) sendo ambas consideradas ações paternalistas por parte do poder corporativo, já que estimulavam as empresas a serem caridosas com os menos favorecidos, e a considerar no decorrer de suas atividades também os interesses de outros atores sociais (KREITLON, 2004).

Vários acontecimentos ocorridos ao longo do século contribuíram para o surgimento dessa nova forma de pensar sobre a relação das empresas com as partes interessadas. Ashley (2003) cita o conflito judicial ocorrido em 1919 entre Henry Ford (presidente da *Ford Motor Company*) e seus acionistas minoritários, quando estes contestaram as ações de Henry Ford em distribuir parte dos lucros para investimentos produtivos e de cunho social. Nessa época percebe-se nitidamente o sentido que se tinha sobre o assunto, pois a suprema corte foi favorável ao grupo de acionistas minoritários. As duas guerras mundiais e suas conseqüências, os efeitos causados pela queda da Bolsa de Valores de Nova York e o desejo das grandes corporações de melhorar sua imagem numa época em que os monopólios privados excitavam a sociedade, além do próprio desenvolvimento das ciências administrativas com a profissionalização da gestão das grandes empresas, contribuíram para que a idéia inicial da empresa como geradora de lucro para seus acionistas fosse cada vez mais questionável.

Pode-se dizer que o marco no campo da responsabilidade social foi a obra de Robert R. Bowen, autor citado por muitos que estudam o tema, que baseou-se na idéia de que os grandes negócios são centros vitais de força e tomadas de decisões, onde essas ações refletem de forma significativa na vida da sociedade (CARROL, 1999 apud SOUZA, 2003), não podendo, então, deixar de refletir e avaliar as conseqüências da sua conduta sobre o ambiente em que se insere, e mesmo que seu objetivo seja o de gerar lucro, este não deve ser alcançado de forma desregrada dos demais interesses sociais. Essas suas idéias tiveram como alicerces um trabalho sobre responsabilidade social empresarial, que posteriormente, virou uma obra famosa intitulada: *Social Responsibilities of the Businessmen* de 1953.

Há duas correntes distintas sobre a definição de empresa socialmente responsável, de um lado, teóricos como Friedman (1970) define as empresas como econômicas e como tal deveriam se restringir a sua tarefa econômica, existindo o perigo das responsabilidades sociais minarem o desempenho econômico e com ele a sociedade toda, acreditam ser a missão da empresa gerar o maior lucro possível dentro das regras sociais. Friedman (1970) afirma que

responsabilidade social é um comportamento antimaximização de lucros, assumido para beneficiar outros que não os acionistas da empresa. Portanto, existe somente uma responsabilidade da empresa: utilizar seus recursos e organizar suas atividades com o objetivo de aumentar seus lucros, seguindo as regras do jogo de mercado (KARKOTLI, 2004, p. 58).

Contrário também ao pensamento de Friedman (1970), Drucker (1981), faz parte da corrente moderna dos teóricos que acredita que a responsabilidade social das empresas abrange não só a lucratividade responsável como também o seu público interno e externo, examina-se a responsabilidade social como uma área onde a empresa decide qual será seu papel na sociedade, estabelece seus objetivos sociais, suas metas de desempenho e de influência na sociedade onde atua.

Mcintosh et al. (2001) e Tenório et al. (2004) quando conceituam responsabilidade social referem-se a três abordagens que formam um *continuum*. Em uma visão simplificada, pode vir a significar o cumprimento das obrigações legais que governam as ações da empresa, isto é, seria a abordagem econômica do conceito. Uma segunda abordagem, que pode ser denominada de cidadania empresarial, sugere o envolvimento da empresa em atividades comunitárias. E a última abordagem, pode representar uma série de compromissos da empresa com a sua cadeia produtiva: clientes, colaboradores, comunidades, meio ambiente e sociedade.

Segundo Borger (2001), os estudos e pesquisas procuraram aprofundar a formalização do conceito e definição de RSE, acentuando-se que a responsabilidade das empresas vai além da obrigatoriedade de maximizar lucros, implicando, na verdade, numa postura ética perante os recursos econômicos e humanos da sociedade e na sua utilização para fins sociais mais amplos do que apenas para interesses individuais.

A discussão sobre responsabilidade social inicialmente centrava-se no indivíduo e a questão da ética empresarial ainda não existia como um campo de conhecimento sistematizado (KREITLON, 2004), a transição para a Responsabilidade Social Empresarial só foi ocorrer de forma expressiva na década de 60 como consequência dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais que marcaram época no Brasil.

Para Ashley (2002) a responsabilidade social é definida como o compromisso que a empresa tem para com a sociedade, através de posturas e ações que influenciam de forma positiva a comunidade, agindo de maneira ativa e desempenhando de forma coerente e transparente o seu papel.

Responsabilidade Social compreende o grau de obrigações que a empresa, através de ações que projetam e melhorem o bem estar social, ao mesmo tempo que procura agir para atingir seus próprios interesses.

Ao contrário dessa idéia de que a empresa é responsável apenas em gerar lucro, como defende Friedman, Votaw escreve que:

a responsabilidade social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa para todos. Para alguns, ela representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros ainda, o significado transmitido é o de 'responsável por', num modo causal. Muitos simplesmente equiparam-na a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente. (ASHLEY, 2002, p. 7).

No Brasil, como também em outros países, diante da figura fragilizada em que encontra-se o Estado, desenvolve-se e solidifica-se o consenso de que uma política de desenvolvimento social exige a participação de novos personagens e não apenas o Estado.

Diante do fenômeno da exclusão social presente na sociedade, tem-se observado que nos últimos anos as organizações vêm mobilizando um volume cada vez maior de atividades destinadas a iniciativas sociais.

A partir dos anos 80 no Brasil, com a ineficiência do Estado, as organizações passam a se preocupar com problemas da sociedade na qual estão inseridas, e a compreender a importância de se responsabilizarem por áreas como educação, saúde e habitação.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2006), organização de caráter privado sem fins lucrativos, serve como elo de ligação entre o mundo empresarial e as causas sociais. Tem como objetivo disseminar a prática da responsabilidade social empresarial por meio de publicações, experiências, programas e eventos na área, foi criado em 1998 pelo

empresário Oded Grajew, um dos fundadores da empresas Grow Jogos e Brinquedos, que define:

a responsabilidade social é forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona (público interno, comunidade, meio ambiente, fornecedores, governo/sociedade, consumidor/cliente) e pela definição de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2007).

A década de 90 desvela um caminho para uma percepção de novos sentidos para ação social, uma noção que considera a partilha de responsabilidades como algo necessário para combater o fenômeno da exclusão social.

O movimento de valorização da RSE ganhou grande força na década de 90, através da ação de ONGs, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas com o assunto. O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) na promoção do balanço social é uma de suas mais importantes expressões, tendo logrado progressiva repercussão.

O bem-estar comum depende, cada vez mais, de ações cooperativas e integradas de todos os âmbitos, político, econômico, social, num processo de desenvolvimento que coloque como objetivos a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos.

Quebrando com o velho paradigma de que as organizações só se preocupam com lucros, torna-se necessário, para que estas tenham uma vida longa, a prática de preços baixos, oferta de produtos e serviços de qualidade e a realização da parte que lhe cabe no âmbito da responsabilidade social.

Segundo Ferrel, Fraedrich e Ferrel (2001) a RSE compreende uma obrigação por parte da organização em maximizar seu impacto positivo sobre os *stakeholders* internos e externos, e tentar minimizar o negativo.

Para melhor compreender a magnitude desse novo comportamento social das organizações, apresenta-se no Quadro 3, a evolução histórica, o que permite verificar que à medida que a sociedade torna-se mais consciente, passa a exigir políticas voltadas para fins

sociais mais amplos, ou seja, a postura da sociedade reflete-se diretamente nas políticas sociais.

ANO	Responsável	Observações
1899 - França	Carnegie, fundador do conglomerado U.S.Steel Corporation	Estabelecia 2 princípios às grandes empresas. O 1º era o da caridade, exigia que os membros mais afortunados da sociedade ajudassem os grupos de excluídos e o 2º era o da custódia, em que as empresas deveriam cuidar e multiplicar a riqueza da sociedade.
1919 - Estados Unidos	Henry Ford	Contraria um grupo de acionistas ao reverter parte dos lucros na capacidade produtiva, aumento da salários e constituição de fundo de reserva. A justiça americana posicionou-se contrária à atitude de Ford, alegando que lucros deveriam favorecer aos acionistas.
1929 - Alemanha	Constituição da República de Weimar	Passa a ser aceitável que as empresas, como pessoas jurídicas, assumam uma função social basicamente em ações de caráter filantrópico.
1953 - Estados Unidos	Justiça Americana	Julga um caso semelhante ao de Ford, mas neste caso a decisão foi favorável à adoção de recursos para a Universidade de Princeton, contrariando interesses de um grupo de acionistas e estabelecendo uma brecha para o exercício da filantropia corporativa.
Década de 60 - Estados Unidos	Conflito Vietnã	A sociedade se manifesta contra a produção e uso de armamentos bélicos, principalmente armas químicas. As organizações não podiam mais vender o que desejassem.
Década de 70 - Estados Unidos	Novo contexto econômico	Os aumentos nos custos de energia e a necessidade de maiores investimentos para reduzir poluição e proteção de consumidores fazem as empresas buscarem ações para maximizar os lucros, deixando de lado as responsabilidades sociais.
Década de 80	Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável	Popularização do termo Desenvolvimento Sustentável. Através deste Conselho reuniu-se as empresas de diversos países com a missão de acompanhar o meio empresarial na mudança para o Desenvolvimento Sustentável.
Década de 90 - Brasil	Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92	O movimento ambientalista ganha força Verifica-se uma importante fusão entre os ambientalistas e os movimentos sociais; como resultado cria-se A Agenda 21 que tem como um dos objetivos a Responsabilidade Social Empresarial.
Século XXI	<i>Global Compact</i> - Documento lançado pela ONU, elaborado por gestores de empresas, contendo um conjunto de princípios universais sobre os Direitos Humanos, Trabalhistas e Ambientais	As empresas se deparam com questões críticas para a sobrevivência da humanidade - graves desigualdades sociais, crescentes índices de pobreza, fome crônica e aprofundamento dos problemas ambientais.

Quadro 3 – Evolução histórica da Responsabilidade Social Empresarial. Fonte: Karkotli (2001, p. 35). Adaptado pela autora.

Percebe-se, como demonstra o Quadro 3, que houve uma evolução conceitual da Responsabilidade Social, que começou como uma ação filantrópica, onde empresários agiam

de forma assistencialista que inicialmente tinha como objetivo retribuir à sociedade os ganhos de suas empresas, caracterizando atitudes individuais e que para tal não era necessário planejamento, organização, acompanhamento e avaliação evoluiu para uma postura empresarial adotando modelos de empreendedorismo social. Desenvolvem-se assim ações de Responsabilidade Social que incluem um extenso leque de questões e devem fazer parte de toda a empresa. Dessa maneira há um retorno para própria a empresa. Sua ação não é individual, pois reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania.

A adoção de uma postura clara e transparente, no que refere-se aos objetivos e compromissos éticos da empresa, corrobora a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

A prática de responsabilidade social empresarial é uma arma poderosa para fortalecer a imagem corporativa e tornar uma organização reconhecida tanto pelo seu mercado de atuação quanto pela sociedade em geral. As atividades sociais exigem coerência entre valores e atitudes, e isso é mais que uma simples estratégia de marketing, é um comprometimento ético com a sociedade onde a organização está inserida.

É crescente a necessidade das organizações de expor a seus públicos que elas estão preocupadas em apresentar produtos e serviços de qualidade, que elas protegem o meio ambiente, que se empenham em ajudar para o desenvolvimento social, que buscam transparências em seus processos administrativos, enfim, que elas cumprem um papel social, sendo não só empresas legais (que cumprem a lei em todos os seus aspectos), mas legítimas, que as suas ações são legitimadas pela sociedade.

De acordo com Toldo (2002) falar em responsabilidade social empresarial, é pensar em estratégias voltadas para orientar as ações das empresas em parceria com as necessidades sociais, de modo que as empresas garantam não só lucratividade, satisfação dos clientes mas também o bem-estar social.

Nesse mesmo sentido, ressaltam Melo Neto e Froes (2001, p. 31) que a RSE:

é uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com acionistas, fornecedores e clientes. Trata-se de um conceito amplo, pois compreende VALORES (éticos,

morais, sociais, culturais, políticos e econômicos), AÇÕES (doações, apoio, implantação de programas e projetos sociais), ou ainda ações de divulgação, de promoção, de fomento e difusão de conhecimentos, e RELAÇÕES, com clientes, fornecedores, comunidades, governo, acionistas, sociedade e ainda com entidades parceiras.

A empresa deixa de ser um elemento isolado para ser reconhecida como um elemento ativo que interage com a sociedade e que contribui para seu desenvolvimento, é ir além do cumprimento das leis, gerar lucro para os empresários, oferecer empregos e pagar impostos. É ajudar na construção de uma sociedade melhor para todos. Assim como a universidade, que como empresa, é um veículo natural para a disseminação da RSE, pois incute através do ensino, valores e ao mesmo tempo proporciona conhecimento para que cada um possa interagir com a sociedade.

### **1.3 Novos Ambientes e Funções das Empresas**

Ao longo das últimas décadas percebe-se mudanças significativas na maneira de administrar os negócios. As empresas têm evoluído significativamente, superando momentos de extrema exploração do homem e do meio-ambiente, distanciando-se da função tradicional e restrita de geração de lucros, pagamentos de impostos e cumprimento legal, propondo-se a exercer um novo papel social.

Os movimentos sociais e culturais e a participação da população num mundo em constante transformação, em consequência de fatores como a globalização, a evolução da Tecnologia da Informação, a dissolução dos regimes soviéticos, tem coagido as empresas a assumir uma nova postura, dando ênfase a uma nova racionalidade, uma racionalidade social que busca a construção de uma sociedade sustentável, responsável e justa (MONTENEGRO, 2006).

Sendo assim, as empresas vêm adaptando-se gradativamente às pressões dessa nova sociedade e adotando uma nova postura administrativa com novas formas de pensar e agir. Evoluindo de práticas assistencialistas para iniciativas conscientes e construtivas propiciando um diferencial no mercado competitivo, Montenegro (2006, p. 84) ainda afirma que:

Por serem organizações complexas e operarem em ambientes diferentes, influenciados por um universo de fatores econômicos, políticos, tecnológicos, legais, sociais, culturais, ecológicos e demográficos, as empresas estão permanentemente expostas a mudanças e a instabilidades. A realidade em que atuam vem sofrendo transformações, sendo um dos desafios a previsão precisa do ritmo e amplitude dessas mudanças.

É preciso, para conhecer melhor o tema RSE., retroceder no tempo e rever momentos, fatos e atitudes que marcaram sua introdução no mundo empresarial. Significam referências históricas e programáticas contendo origens e amplitudes das mais variadas, mas que têm a comum intenção de planejar, criar e desenvolver ambientes de progressos nas empresas, nos mais diversos contextos sejam econômicos, políticos e sociais.

A evolução do tema RSE surge de ideais religiosos alicerçados por idéias assistencialista e paternalistas e atinge atualmente um patamar mesclado por importantes perspectivas, como a ética nos negócios, o respeito ao consumidor, a importância do desenvolvimento sustentável que de maneira gradual ao longo do tempo, fazem parte da RSE que têm-se atualmente (MONTENEGRO, 2006).

De acordo com Estes (1997) e Ashley et al. (2002) as empresas não foram concebidas apenas para gerar lucratividade, da sua criação até aproximadamente o início do século XIX, quando o direito de conduzir os negócios de maneira corporativa, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, era privilégio do Estado ou da Monarquia, as empresas eram licenciadas para prestar serviços na área da construção, transporte e infra-estrutura. Nos Estados Unidos as empresas foram vistas por muito tempo como servidoras verdadeiramente benignas do bem público, aptas para atender os interesses da sociedade onde atuavam (MONTENEGRO, 2006).

Torres (1999) recorda que no início do século passado surgiram, de forma isolada, as primeiras manifestações, por parte do pensamento empresarial e acadêmico, que procuravam não restringir a atuação das empresas à busca incessante ao lucro, e se referiam a um novo papel que elas deveriam desempenhar. Agregada, na época, ao pensamento socialista (bastante significativo em parte da Europa) essa idéia foi fortemente combatida pela maioria dos empresários e pelo pensamento capitalista mais conservador e hegemônico nos meios acadêmicos.

Geralmente o fenômeno da globalização é associado a fatores econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados e a integração produtiva em escala mundial, nesse sentido, são identificados e comprovados alguns desafios para as empresas: fronteiras empresariais móveis, concorrência acirrada, crescimento dos mercados globais e um ritmo cada vez mais acelerado de mudança, obrigando as organizações a se reestruturar, buscando adaptar-se às novas tendências do mercado. Sendo assim essa nova visão de empresa tem que ser trabalhada desde a formação universitária do futuro profissional.

É nesse cenário que o mundo empresarial está trabalhando e tem argumentado que está ocorrendo outra importante mudança no cerne da sociedade capitalista em que se vive. A lucratividade de uma empresa não pode mais basear-se exclusivamente em consumismo e competição; existe uma crescente compreensão dos resultados que uma empresa pode atingir através de uma abordagem pró-ativa à Responsabilidade Social Empresarial, pois a empresa ser vista como cidadã é uma questão de competitividade. Muitas empresas têm consciência de que operar na economia global requer uma nova visão de mundo (MONTENEGRO, 2006).

O tema RSE tornou-se um fator de competitividade para as empresas. Se no passado uma empresa era caracterizada como competitiva através apenas da sua política de preços dos produtos, atualmente deve investir também no constante aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos (internos e externos) com os quais se relaciona.

O caminho percorrido pela RSE ganha mais força no decorrer do século XX, por pressão de consumidores globalizados e que possuem elevado grau de instrução e consciência. Segundo Mostardeiro (2003), esse público não aceita que as empresas ofereçam apenas bons produtos com preços acessíveis; espera, também, que remunerem adequadamente seus colaboradores, ofereçam um bom ambiente de trabalho e apoiem projetos comunitários. Desse modo, as empresas e seus profissionais devem desempenhar um papel mais amplo, demonstrando seu real comprometimento com a transformação social, com a ética, com a justiça e com os direitos de conservação do meio-ambiente.

Segundo Montenegro (2006) os debates acerca do tema RSE enfocam muitos dilemas, entre eles o da responsabilidade social *versus* economia e competitividade. De um lado, situam-se idéias que focam no aumento dos custos decorrentes da adoção de posturas

socialmente responsáveis, postando-se do outro as que percebem os efeitos compensadores e significativos que impulsionam a concorrência.

De acordo com Mueller (2003), o tema RSE foi amplamente discutido ao longo das quatro últimas décadas, fazendo crescer no novo milênio o movimento em busca da ética e da sustentabilidade. As pressões sofridas pelas empresas exigiram que o tradicional modelo de negócios (a geração do lucro) agregasse questões mais amplas, como prestação de contas, respeito aos direitos humanos, códigos de governança corporativa e ética nos ambientes de trabalho, alargamento das relações com os *stakeholders* e estratégias de sustentabilidade.

Segundo Nadas (2000), a RSE neste novo milênio será uma questão que envolve a própria noção de empresa, figurando o conceito de bem comum entre os princípios maiores de ação. Será uma condicionante da sobrevivência das empresas. Neste novo século, fazem parte do conjunto de questionamentos da empresa: a internalização e a disseminação dos conceitos de RSE, a preocupação com os impactos produzidos pelos negócios; o desenvolvimento e a ampliação dos canais de comunicação com seus públicos; e os momentos e as formas de atuação social. Acredita-se também que tais mudanças ocorram no âmbito da formação profissional, já que a universidade é o ambiente propício para a disseminação desses conceitos.

### **1.3.1 Gestão Empresarial Socialmente Responsável**

As empresas, como foi comentado no tópico anterior, vêm adaptando-se as mudanças impostas pela sociedade e adotando uma nova forma de administrar. Transformaram ações filantrópicas em iniciativas conscientes e construtivas, propiciando um diferencial no mercado competitivo.

Segundo Melo Neto e Froes (2005, p. 83) “a responsabilidade social da empresa está associada ao seu desempenho e ao consumo de recursos que pertencem à sociedade”, ao usufruir desses recursos em seu benefício, a empresa passa a ter uma dívida social para com a sociedade, isto significa dizer que a responsabilidade social empresarial vai além da questão legal, da prática filantrópica, significa mudança de atitude, através de uma nova visão de

gestão empresarial, que tem como foco a questão da qualidade das relações e da geração de valor para todos envolvidos (*stakeholders*).

Entretanto, para que exista sucesso, é necessário que tenha-se uma visão ampla das ações e práticas a serem desenvolvidas. Nesse sentido, a empresa deve voltar-se para atividades que sejam relevantes para seu contexto, suas estratégias, isto é, práticas socialmente responsáveis na sua área de atuação.

Isso significa um comprometimento com um processo de crescimento e amadurecimento interno. De acordo com Lopez (1994) toda empresa possui missão interna e externa; a interna, representa as necessidades reais dos participantes que a empresa procura satisfazer; e a externa, representa as necessidades reais que a empresa busca atender através dos produtos ou serviços oferecido.

Sendo assim, entende-se que a empresa somente terá sucesso na implantação e disseminação da cultura da responsabilidade social se, estiver bem claro qual é a sua missão interna perante seus funcionários e a sua missão externa para com a sociedade. Em um segundo momento será necessário o alinhamento do seu público interno com esta missão que é interna e externa simultaneamente.

Conclui-se, portanto, que a implementação e a disseminação da responsabilidade social da empresa deve ter como alicerces a cultura, os princípios, a visão e as políticas da organização, explícitas na sua missão.

As empresas estão se mobilizando para esta questão e estruturando projetos voltados para uma gestão socialmente responsável, investindo na ética, transparência e na qualidade com todos os seus públicos, mas, essas iniciativas, apesar de terem resultados positivos, na maioria das vezes, são ações pontuais desconectadas de sua missão, visão e planejamento estratégicos, não expressando ainda um compromisso efetivo para o desenvolvimento sustentável.

As empresas brasileiras acabaram por associar responsabilidade social à ação social, seja através do investimento social privado, seja pelo estímulo ao trabalho voluntário. Esse viés de contribuição social das empresas, expõe o foco da ação para fora da empresas e não

tem força para influenciar a sociedade empresarial para a gestão dos impactos ambientais, econômicos e sociais.

A essa abordagem ampla da gestão empresarial, pode-se chamar de sustentabilidade empresarial que pressupõe que uma empresa cresça, torne-se rentável e gere resultados econômicos, mas que também contribua para o desenvolvimento e preservação da sociedade.

Apesar de algumas empresas terem práticas de gestão socialmente responsáveis, a inserção da sustentabilidade e responsabilidade social às práticas diárias de gestão ainda significam um grande desafio para muitos empresários. A associação desses conceitos à gestão dos negócios deve expressar o compromisso efetivo de todos os níveis da empresa, de forma estruturada e permanente.

Essa nova visão empresarial pressupõe um profundo processo de mudança na cultura organizacional e, conseqüentemente, nos processos, produtos e nos tipos de negócios. E ainda pode ocorrer dos líderes, diretores estarem envolvidos e comprometidos com a sustentabilidade empresarial, mas não terem mecanismos para fazer com que o seu público interno assimile os novos conceitos e mude de postura.

Pode-se dizer que, uma empresa pratica Responsabilidade Social Empresarial quando é concebida em concordância com princípios e temas do Desenvolvimento Sustentável. Portanto, é indispensável para a prática de uma gestão socialmente responsável que os administradores conheçam com profundidade e tenham plena compreensão da filosofia das propostas do Desenvolvimento Sustentável e da razão pela qual essa abordagem é muito importante para que os empreendimentos sejam perpétuos.

Entretanto, como desafio, encontra-se o de balancear o gerenciamento dos negócios atendendo às exigências de competitividade do mercado, com baixos custos e um alto padrão de qualidade, contemplando também as demandas do sociedade civil; para a superação de tais obstáculos torna-se vital a qualificação dos profissionais para atuar nesse cenário, para que o discurso e a conscientização crescente do empresariado possam ser traduzidos em efetiva assimilação da gestão socialmente responsável, internalizada e estruturada nas empresas.

As empresas socialmente responsáveis, quando tomam decisões, analisam todas as conseqüências dos seus impactos nas comunidades, com os trabalhadores e o meio ambiente e devem tentar garantir o mesmo com os seus subcontratos (empresas terceirizadas).

As empresas que realmente exercem a Responsabilidade Social e prestam contas com a sociedade, respeitam o direito das pessoas em saber as conseqüências éticas, sociais e ecológicas de suas atividades, produtos e serviços. Portanto, a transparência e o acesso às informações são passos importantes e indispensáveis para estas empresas. As iniciativas voluntárias e as ações filantrópicas podem contribuir, mas não substituem estes elementos que são indispensáveis para esse modelo de gestão.

As práticas das empresas socialmente responsáveis refletem o compromisso em negociar de maneira que preservem ou aumentem, em lugar de danificar, as comunidades envolvidas, os funcionários, o meio ambiente e a conduta econômica justa. O gestor socialmente responsável consegue enxergar uma multiplicidade de oportunidades de negócios muito maior do que permite o ponto de vista da gestão tradicional, mas administrar sob esse prisma é muito mais complexo. Um gestor socialmente responsável é bem diferente de um administrador tradicional. Esse novo perfil do gestor parece ainda não ser muito comum no universo corporativo atual. Muitos administradores possuem uma formação em administração clássica, que leva em consideração conceitos pouco sistêmicos, muito cartesianos e que priorizam a otimização de lucros do acionista, exatamente o contrário do que se espera dos gestores das empresas socialmente responsáveis.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tornou-se uma importante ferramenta para a sustentabilidade das organizações. Atualmente, os conceitos que direcionam para uma gestão socialmente responsável - a relação ética e transparente com os *stakeholders* que relacionam-se com a empresa para o desenvolvimento do seu negócio e da sociedade, preservando-se os recursos ambientais e humanos para as gerações futuras - trouxeram vários benefícios para as organizações.

O Instituto Ethos (2006) oferece vários instrumentos de Responsabilidade Social Empresarial que podem ser utilizados pelas empresas para ajudá-las no seu processo de gestão socialmente responsável, que consiste em: Indicadores Ethos; Declaração de Direitos Humanos; Guia Ethos Balanço Social; Balanço Social IBASE; Agenda 21; Carta da Terra

etc., e para o Instituto, a adoção de valores e a transparência do exercício laboral são primordiais para uma implementação efetiva da Responsabilidade Social Empresarial.

Para criar-se uma ampla mudança na organização, alinhada com visão e valores essenciais, geralmente requer-se muitas ações de implementação. Nesse momento o Instituto Ethos (2006) sugere algumas diretrizes que podem criar um ambiente propício para mudanças no comportamento organizacional, são elas: 1 - adotar valores e trabalhar com transparência; 2 - valorizar empregados e colaboradores; 3 - fazer sempre mais pelo meio ambiente; 4 - envolver parceiros e fornecedores; 5 - proteger clientes e consumidores; 6 - promover sua comunidade e 7 - estar comprometido com o bem comum.

Estas ações aparentam ser simples, porém, absorvem todas as questões significativas da Responsabilidade Social Empresarial. A primeira diretriz aborda a importância dos valores e princípios em uma empresa e sua transparência quanto ao atendimento da demanda, para a consolidação de um bom relacionamento entre a empresa e os seus diversos públicos. Em relação aos valores, é necessário a tradução das implicações da visão e dos valores essenciais para o comportamento diário desejado e o desenvolvimento das habilidades correspondentes.

A segunda diretriz, a valorização dos empregados e colaboradores, é outro ponto importante que perpassa a implementação de práticas de responsabilidade social. Um trabalho que possui ambiente estimulante, onde os gestores são acessíveis às novas idéias e críticas, pode ser recompensador para os colaboradores e principalmente para a empresa. Segundo o Instituto Ethos (2006) a empresa que valoriza o seu Quadro funcional, na verdade está valorizando ela mesma.

A terceira, diz respeito ao meio ambiente, que significa respeito a sociedade, ao homem e a empresa, porque na verdade todos dependem de maneira direta ou indireta dos insumos ambientais para a sobrevivência. E as três últimas diretrizes, a proteção aos clientes e consumidores, a promoção da comunidade e o comprometimento com o bem comum, concluem, para o Instituto Ethos (2006), a estrutura de desenvolvimento de práticas importantes para uma gestão socialmente responsável.

Para uma implementação adequada dessas práticas, necessita-se cumprir algumas fases, como o planejamento sobre as questões sociais que devem ser objeto das ações de

responsabilidade social da empresa, que deve levar em consideração os valores dessa, a execução das ações, o controle e a avaliação ou adaptação das ações em andamento. É importante também destacar que cada uma dessas diretrizes comentadas traz em seu bojo possibilidades de execução de um número significativo de ações diferentes para a sua implementação.

O Instituto Ethos (2007) ainda sugere um manual como ferramenta para ser utilizada pelas empresas que buscam maneiras de integrar a responsabilidade social à cultura de suas atividades. Tal manual deve ser usado como uma fonte de idéias e não como algo definitivo para a empresa que considera-se socialmente responsável.

Esse manual oferece idéias que discorrem sobre o processo de formação de uma empresa estruturada e respeitada por seus valores sociais, além de demonstrar ações que objetivam criar e proporcionar um ambiente de trabalho produtivo e participativo.

O primeiro passo é por onde começar - crie uma declaração de missão ou visão. Apesar de ser uma ação simples, essa declaração é uma maneira importante de identificar as metas e desejos da empresa. Permite também que se detecte seus valores e sua cultura e as estratégias para atingir as metas. Essa declaração da empresa socialmente responsável provavelmente vai além do propósito do lucro, e especifica que a empresa procurará agregar valor a todos os envolvidos no ambiente. Depois de criada, divida-a com alguns (um pequeno grupo de clientes, funcionários, fornecedores) que possui confiança para uma avaliação, já no segundo momento, reescreva de maneira apropriada e distribua entre todos (funcionários e parceiros). Essa declaração deve ser trabalhada com os funcionários para que façam um elo entre ela e suas tarefas diárias.

A medida que a empresa for se transformando, possivelmente seja necessário revisar a declaração, de maneira que sempre acompanhe as metas da empresa. É necessário avaliar sempre.

Também é importante um conjunto de valores éticos como ferramenta para que gestores e empregados tomem decisões empresariais condizentes com as metas e convicções da empresa. Uma declaração de valores éticos pode ajudar a empresa a desenvolver relações

sólidas com fornecedores, clientes e outros parceiros, a diminuir possíveis processos legais e contingências, a negociar conflitos de interesse e assegurar o cumprimento legal.

Quando possuir os primeiros resultados sobre a avaliação da empresa, o gestor deve compartilhar com outras pessoas de sua confiança para que possam opinar de forma honesta sobre os resultados, acrescentando ao texto as observações surgidas com o grupo. Após essa etapa, compartilhe com todos (*stakeholders*).

O segundo passo do manual refere-se a comunidade. A empresa deve priorizar em sua administração o envolvimento da comunidade. Deve usar todas as oportunidades para informar aos funcionários que o suporte à comunidades e o envolvimento com a mesma é muito importante podendo inclusive utilizar-se de serviços providos por organizações comunitárias. Existe também a possibilidade de recrutar indivíduos da comunidade para a empresa, treinados e capacitados por organizações sem fins lucrativos, para exercer funções pretendidas especificamente. A empresa pode também disponibilizar uma lista de oportunidades de trabalhos voluntários tanto para os funcionários quanto para receber trabalhos voluntários, caso tenha um programa. Pode inclusive pensar na idéia de remuneração para estimular o trabalho voluntário. É interessante que a empresa envolva fornecedores e clientes em projetos voluntários e possa também fazer parcerias com outras empresas da comunidade.

Após a comunidade, a empresa volta-se para ações na área da Filantropia e Educação, que pode além de fazer doações de seus produtos e serviços e apoiar eventos locais, oferecer apoio às escolas locais, talvez uma parceria; pode fazer doações de equipamentos usados ou excessivos; convidar alunos para visitarem a empresa proporcionando uma maior interação dos funcionários com a comunidade.

O terceiro momento refere-se aos Direitos Humanos. Na hora da escolha dos fornecedores de produtos e ou serviços, a empresa deve buscar parceiros que comunguem da mesma preocupação de dar um tratamento justo aos trabalhadores. Deve-se conhecer os fornecedores, quais as fábricas utilizadas para a manufatura dos produtos, onde estão localizadas e suas capacidades de produção. Essa identificação poderá determinar quais os itens de grande importância que devem ser considerados e que tipo de influência a empresa poderá ter.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece os direitos de todos, independente de sexo, cor, idade, nacionalidade, religião ou nível econômico. Muitos desses direitos relacionam-se à ação por parte dos governos, mas por outro lado muitos deles podem ser relevantes para a área empresarial. Como por exemplo, os relativos a: trabalho infantil, trabalho escravo, saúde, segurança e outros.

As empresas criam seus próprios códigos de conduta, os quais podem servir de modelo. A maioria desses códigos traz as leis trabalhistas locais e padrões internacionais aceitáveis de conduta. A empresa deve deixar claro aos seus fornecedores quais são suas expectativas com relação às práticas trabalhistas por eles adotadas.

A empresa tem grandes possibilidades de alcançar os objetivos propostos se estes forem comunicados claramente aos fornecedores. Caso solicite dos seus fornecedores a assinatura de um contrato, que inclua uma declaração de comprometimento com padrões trabalhistas pré-determinados, a empresa estará reforçando a sua preocupação com as práticas trabalhistas e a idéia de que o cumprimento das mesmas é relevante para a negociação. E a empresa pode utilizar todas as oportunidades para monitorar o cumprimento das regras trabalhistas estabelecidas no contrato. Toda vez que um representante da empresa visitar um fornecedor, deverá aproveitar a oportunidade para verificar a forma pela qual estão sendo tratados os trabalhadores. As parcerias com os fornecedores tendem a melhorar se a empresa promover um ambiente de colaboração, a empresa pode até vir a oferecer sugestões sobre possíveis ajustes para a melhoria da prática.

O quarto passo do manual refere-se ao meio ambiente. Sugere-se uma política do uso eficaz da energia e da água. Existem inúmeros produtos alternativos no mercado que podem proporcionar a empresa uma redução significativa no consumo de energia elétrica e melhor iluminação como por exemplo: sensores de ocupação para locais frequentemente desocupados ou temporizadores de iluminação (*timer*) para desligar a luz em intervalos fixos, e também práticas de economia de água, ações estas acompanhadas de uma orientação para os funcionários.

A empresa também pode estabelecer princípios ambientalistas, compromissos e padrões ambientais que incluam metas formais que no mínimo deverão estabelecer as suas intenções no que diz respeito ao meio ambiente, na produção e distribuição de seus produtos e serviços.

Torna-se importante estabelecer uma política ambientalista aberta, por onde funcionários, membros da comunidade, e outros, possam ser informados de qualquer impacto ao meio ambiente que a empresa poderia estar causando.

Ainda em relação ao meio ambiente a empresa pode reduzir o uso de produtos tóxicos, promover o descarte destes produtos de uma forma segura; utilizar produtos de limpeza não tóxicos e criar um Projeto Ecológico.

Este momento também relaciona-se a minimização de resíduos. A empresa deve encorajar os funcionários a apresentar idéias para a redução do resíduo através da reutilização de materiais e reciclagem daqueles que não poderão mais ser utilizados.

Em muitas empresas a maior fonte de lixo é o papel. Sendo assim a empresa pode estabelecer novos hábitos, como utilizar os dois lados do papel para xérox; ao invés de imprimir cópias usar mais o *e-mail*; encorajar os funcionários a guardarem documentos em *cd's* ou disquetes, diminuindo o uso do papel; a empresa pode escolher um tipo de papel com o maior índice de papel reciclado. A empresa ainda pode doar os equipamentos e móveis excedentes, evitar produtos que geram resíduos e alugar equipamentos que são utilizados esporadicamente.

O quinto passo é o Mercado. Considerar a possibilidade de aplicar os fundos da empresa em instituições financeiras que suportem uma causa social ou buscar por outros caminhos de dar suporte ao trabalho social destas instituições, como exemplo: utilizar cartões de crédito, serviços de telefonia, prêmios de seguro e outros produtos e serviços providos por instituições que trabalham em causas sociais.

O sexto e último passo do manual refere-se ao local de trabalho, espaço de treinamento, educação e desenvolvimento profissional. A empresa pode considerar inicialmente um programa que proporcione o planejamento e aconselhamento sobre a vida profissional, de maneira que auxilie os seus funcionários na reflexão sobre suas funções atuais e sua carreira. Pode criar um programa de aconselhamento através do qual, funcionários mais antigos possam transmitir suas experiências adquiridas para os mais novos.

A empresa pode estimular funcionários a desenvolver seus talentos e educação, oferecer cursos ou reembolsar os custos de cursos profissionalizantes, considerar a possibilidade de gratificar de alguma forma aqueles que obtiverem certificações, graduações ou atingirem qualquer outro objetivo educacional.

Encorajar funcionários a participar de projetos sociais é outro ponto interessante. Acredita-se que funcionários que participam desse tipo de projeto pode-se destacar na empresa por terem a capacidade de trabalhar em equipe e espírito de liderança.

Outra prática sugerida é a criação de um guia prático para a administração de pessoal, essa criação e distribuição entre os funcionários é uma boa oportunidade de apresentar os valores e a cultura da empresa para quem está chegando, além de reforçá-los para os antigos. A empresa é também responsável em criar um ambiente de trabalho que proporcione aos funcionários coragem para trazer a tona novas idéias e opiniões e que estas possam ser disseminadas.

A empresa também pode incorporar a diversidade como um valor essencial comprometendo-se a contratar e promover pessoas com expectativas e perspectivas diferentes; contratar os serviços de organizações não governamentais, cujos objetivos incluem o aumento de emprego para determinadas classes como desempregados, pessoas com necessidades especiais e outros.

Outra idéia interessante é fazer com que funcionários compreendam o funcionamento da empresa, que busquem oportunidades para a redução de custos e aumento de receitas, e que tomem, no futuro decisões mais adequadas baseadas nesses conhecimentos. Também pode criar um programa de participação nos lucros. O funcionário terá participação no lucro da empresa de acordo com seu desempenho.

Criar um *menu* de opções para determinar se há outros custos que podem ser cortados antes de reduzir o Quadro funcional é também uma idéia sugerida. Ter como último recurso a demissão e caso seja inevitável, demita com dignidade e respeito, e proporcione meios para ajuda-los a conquistar um novo trabalho.

A empresa deve buscar o equilíbrio entre trabalho e família pesquisando entre os funcionários aspectos de suas vidas privadas que podem vir a dificultar a total concentração nas tarefas do trabalho; tentar estabelecer metas que não interfiram na vida familiar do empregado; dentro do possível, oferecer aos funcionários uma flexibilidade de ajustarem suas agendas profissionais às necessidades pessoais; considerar planos de saúde; práticas saudáveis para funcionárias gestantes; ajudar a colocar os filhos dos funcionários em escola; apoiar funcionários que se ausentam para tratar de assuntos familiares; apoiar a adoção etc. Existem inúmeras maneiras de satisfazer as necessidades dos funcionários sem prejudicar a capacidade operacional da empresa.

Promover a saúde, a segurança e o bem estar de todos na empresa, para isso deve-se criar uma cultura que as valorize. A empresa pode considerar a possibilidade de fazer constar estes itens na sua declaração de valores ou missão e ainda pode recompensar funcionários pela prática de um estilo de vida saudável.

Essas idéias têm como objetivo apresentar diretrizes e iniciativas que poderão ser úteis inclusive para empresas com recursos limitados mas que pensam em integrar de alguma forma a responsabilidade social às operações de sua empresa. Segue abaixo o Quadro 4 que sintetiza esse manual de sugestões.

PASSOS	SUGESTÕES
1. Como começar	Criar uma declaração de Visão ou Missão; Compartilhar a declaração; Reavaliar a declaração periodicamente; Identificar e articular valores éticos; Usar valores éticos para solucionar problemas; Educar os funcionários sobre ética; Possuir Auditorias e Prestações de contas; Compartilhar as avaliações.
2. Comunidade	Oferecer apoio às escolas locais; Fazer doações de equipamentos usados ou excedentes; Fazer parceria com escola; Convidar alunos a visitar a empresa; Criar um intercâmbio com a escola.
3. Direitos Humanos	Considerar os direitos humanos; Conhecer onde os produtos da empresa são manufaturados; Identificar itens importantes dos direitos humanos; Adotar um código de conduta; Expor os fornecedores ao comprometimento aos direitos humanos; Trabalhar em clima de colaboração para promover as mudanças.
4. Meio ambiente	Criar um código de reciclagem;

	<p>Reduzir o consumo de papel;          Usar produtos de papel reciclado;          Comprar produtos reciclados;          Doar o excedente de móveis e equipamentos;          Evitar produtos que geram resíduos.</p>
5. Mercado	<p>Aplicar fundos da empresa em instituições financeiras que adotam causa social;          Utilizar cartões e serviços de instituições socialmente responsáveis.</p>
6. Ambiente de trabalho	<p>Criar um programa de desenvolvimento de carreiras;          Promover e recompensar o desenvolvimento de talentos;          Promover e encorajar o trabalho voluntário;          Encorajar novas idéias e comentários;          Incorporar a diversidade;          Proporcionar treinamento sobre a diversidade;          Recompensar gestores por promover a diversidade;          Delegar poderes aos funcionários para alcançar grandes metas;          Criar um programa de participação nos lucros;          Evitar demissões;          Não negligenciar os que não foram demitidos;          Avaliar as necessidades dos funcionários;          Ser flexível;          Oferecer ajuda para a solução dos problemas de funcionários;          Encorajar práticas saudáveis aos funcionários como a prática esportiva, qualidade de vida etc.          Promover hábitos de trabalho saudáveis.</p>

Quadro 4 – Síntese de sugestões – primeiros passos para a Responsabilidade Social Empresarial.  
 Fonte: Elaborado pela autora (2007).

Ao pensar em uma gestão socialmente responsável, deve-se pensar em uma gestão que estará pautada na ética e transparência das ações da empresa com todos os seus públicos e pela definição de metas que sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando e respeitando o meio ambiente, o homem, a diversidade e buscando promover a redução das desigualdades sociais.

Diante desse cenário torna-se interessante analisar a universidade e sua relação com a Responsabilidade Social Empresarial e Universitária.

#### **1.4 Responsabilidade Social Universitária - RSU**

A conscientização sobre o tema Responsabilidade Social caminha a passos largos na área empresarial e as instituições de ensino superior, nos últimos anos, não ficam de fora desse ritmo, porém, apesar da diversidade de práticas sociais desenvolvidas pelas IES,

percebe-se que existe uma lacuna na relação destas práticas com o desenvolvimento social do país.

Atualmente, em relação à universidade, há uma concordância em torno da idéia de que ela não só pode como deve desempenhar um papel que extrapole os limites da sua finalidade tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento (MACEDO, 2005). A sua responsabilidade social está em tudo o que cerca a formação dos alunos e a produção de conhecimento.

É necessário, nos dias atuais, que a universidade não só forme profissionais qualificados, mas também que propicie uma educação que prepare para o pleno exercício da cidadania; que não só contribua para o avanço do conhecimento científico e tecnológico, mas também que suas atividades de pesquisa estejam voltadas para a solução de problemas da comunidade em que está inserida (MACEDO, 2005).

A Responsabilidade Social Universitária deve ser compreendida como o dever que a universidade tem de tentar ajudar a solucionar os grandes problemas sociais onde se insere, e a busca de soluções para esses problemas sociais não é algo opcional, mas trata-se de uma obrigação ser uma instituição socialmente responsável. Obviamente, na RSU inclui-se a preparação de profissionais cômicos de sua própria RS e de seu papel de propagadores dessa mesma responsabilidade na sociedade, empresarial ou não.

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) constitui-se de um tema emergente que, principalmente no campo universitário do Brasil, ganhou destaque a partir das tendências surgidas pelas estratégias de marketing das IES privadas, sendo reflexo direto da expansão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Terceiro Setor (CALDERÓN, 2006).

O termo Responsabilidade Social já era objeto de discussão no XXV Congresso Mundial da *Pax Romana*, realizado em Montevideú, há quase meio século, segundo Calderón (2006, p. 14):

Há 40 anos, os participantes do Congresso citado apontaram que se a universidade queria ter seus direitos e sua autonomia validada e reconhecida - na época as universidades eram principalmente estatais, lembre-se que predominava no mundo a ideologia do Estado de Bem-Estar - deveria cumprir rigorosamente com seus deveres para com a sociedade que a financia. Ressaltava-se também que, como parte

do cumprimento da sua Responsabilidade Social, a universidade deveria insistir na sua função educadora, não esquecendo a dimensão social da educação, por meio do despertar no estudante o espírito social em prol dos setores sociais menos favorecidos via atividades de extensão universitária.

A Responsabilidade Social Universitária é reflexo da tendência que se registrou na década de sessenta, nas universidades européias e norte-americanas, Calderón (2006) após resgatar os valores discutidos em um congresso há mais de 40 anos, constata a pertinência e atualidade do assunto abordado e propõe algumas reflexões: 1- a RSU não é um assunto tão novo quanto se apresenta; 2- possui uma relação estreita com a atividade extensionista da universidade; 3- é um dever, uma obrigação, tornando-se assim, parte constitutiva da natureza e da essência da universidade e 4- deve-se traduzir em ações concretas que rompam com o elitismo das universidades e atendam as necessidades da população que a financia (CALDERÓN, 2006).

Percebe-se que a Responsabilidade Social deve ser compreendida como um compromisso social participativo e não por uma autoridade, pois o comprometimento das universidades deve-se traduzir em gerar acordos e conhecimentos com liberdade, que possam estimular tanto as comunidades acadêmicas e universitárias como os grupos beneficiados.

Ao adotar o conceito de responsabilidade social, a universidade assume a responsabilidade de seus atos institucionais, onde o ensino e a pesquisa têm que ser socialmente responsáveis. Precisa-se admitir que responsabilidade social não tem hora nem local para acontecer, percorre todo o sistema educacional e ninguém pode se isentar de trabalhar de forma coerente com o conceito, assumindo as conseqüências que acompanham o compromisso com a responsabilidade social, do nível macro até a sala de aula.

Seguindo o exemplo da empresa, que precisou superar o enfoque assistencialista do investimento social para compreender a si mesma em sintonia com o novo sentido da responsabilidade social, a universidade precisa também superar o enfoque que dá a projeção social e extensão universitária como suportes de sua função central de formação discente e produção de conhecimento, a fim de poder atender ao que de fato está a exigir a RSU. que segundo, Vallayes (2006, p. 39) seria:

A partir de uma visão holística, a articulação dos diversos setores da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social

equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.

Segundo Todorov (2005) o compromisso social de um estabelecimento de ensino superior está no caminho da superação da dependência, dos problemas sociais, sem repudiar a ciência, colocando-a a serviço da humanidade.

Furlani (2005) acrescenta que para a busca de soluções para os problemas da sociedade, as ações devem beneficiar o empreendedorismo individual e coletivo, além do desenvolvimento do capital social, sendo assim, a influência das instituições universitárias no cotidiano pode ser descritas dessa maneira:

O educador e as instituições universitárias, dentro do seu raio de ação, podem ajudar a fazer crescer a cidade futura, a que brota, como dizia o poeta, da aparente inutilidade das coisas que formam o imenso cotidiano. Assim, nossa palavra e nossa ação podem fertilizar o encontro, pois há que buscar a si mesmo na experiência do outro e inteirar-se nela.

A Universidade vem ao longo de sua história refletindo e debatendo em espaços democráticos e de participação da comunidade universitária de uma maneira direta ou indireta, a questão da responsabilidade social.

O conceito de Responsabilidade Social Universitária - RSU estará mais próximo de ser coerente à medida que priorizar ações pedagógicas que valorizem, durante a formação profissional dos seus alunos, prerrogativas como a autonomia, a participação, a solidariedade, produção, empreendedorismo, responsabilidade com a vida em sociedade, sensibilidade as necessidades, utilização ética de tecnologia e dissemine através do ensino, da pesquisa e da extensão os conceitos e práticas da Responsabilidade Social, para que o profissional que está sendo formado na universidade possa levar consigo os valores e conhecimentos adquiridos.

A responsabilidade social da universidade, mais do que formar profissionais qualificados para o mercado, realizar projetos de extensão ou propiciar um ambiente para a construção do conhecimento, está focada em colaborar na formação de pessoas que superem as barreiras e direcionem suas ações criativas à transformação da realidade. O grande ponto de destaque do ensino superior não está em fazer ações assistencialistas, mas construir práticas pedagógicas que levem o discente em formação a empenhar-se pelo bem social, diagnosticar

problemas e elaborar estratégias de intervenção viáveis no cenário em que atua (CARVALHO, 2005).

## **2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES**

Tratou-se anteriormente da visão teórica da Responsabilidade Social Empresarial, porém, esse capítulo discorre sobre as expectativas, as críticas e os conceitos que a sociedade tem sobre Instituições de Ensino Superior - IES ao longo da história, onde faz-se uma revisão histórica das Universidades.

O capítulo faz considerações sobre o sentido social da universidade, focalizando, na relevância social, o que devem ter o ensino, a pesquisa e a extensão. Discute-se o papel da universidade como instituição que, com base no conhecimento acumulado, no estudo da evolução da cultura e das civilizações, deve continuamente realizar a análise e a reflexão crítica da sociedade. Deve dissecar as falhas e os pontos fortes da sociedade e propor novos caminhos, dentro da ética e da responsabilidade social.

A universidade exige áreas de conhecimento para definir sua trilha. Seu pensamento estruturador pode vir a ser cartesiano no sentido disciplinar das áreas profissionais, porém não no que a universidade produz e reflete nas ciências e nas sociedades.

### **2.1 IES no Brasil: visão histórica**

O ensino superior no Brasil nasceu sob o modelo de faculdades isoladas com a fundação da Escola de Letras da Bahia, trabalho desenvolvido pelos Jesuítas, e em 1638 com a criação do curso de Artes do Rio de Janeiro, mas é apenas na década de 30, já no século XX, que surgem as primeiras universidades e por volta das décadas de 60 e 70 detecta-se uma significativa expansão do ensino superior.

Em termos quantitativos, essa expansão é consequência de períodos de grande movimentação no campo político, econômico e social do país. Corresponde a um período de crises (1960-1969), passando depois por um momento denominado milagre brasileiro (década de 70), onde o governo responde às pressões expandindo cursos e vagas e depois por um

período (década de 80) em que o próprio governo federal utiliza-se de mecanismos para conter a expansão que ele próprio incentivara anteriormente.

Percebe-se diante desse Quadro, que a expansão do ensino superior no Brasil ocorre como resposta para atender ao modelo político-econômico denominado milagre brasileiro e não apenas à pressão da demanda.

Paralelamente a esse crescimento quantitativo, aumentavam as críticas e os movimentos daqueles que não concordavam ou não aceitavam o caminho seguido pelo ensino superior brasileiro. Nesse percurso, vários problemas eram discutidos (CAVALCANTI, 1985).

Ao falar em Universidade, Freire (2001, p. 48) a define como:

instituição que surge na Idade Média, uma corporação e ofício que tem a pretensão de abarcar o conjunto dos conhecimentos dispersos, e aglutiná-los numa única estrutura, que fornece uma formação especializada e ao mesmo tempo geral, que procura esclarecer a opinião pública sobre eventos sociais e naturais, que visa uma formação completa dos indivíduos, e que atesta a validade de conhecimentos e diplomas de forma universal.

Mesmo denominando-se Universidades, as instituições criadas a partir da década de 20, se constituíam de aglomerados de escolas profissionalizantes isoladas, à exceção das Universidades de São Paulo (1934), do Distrito Federal (1935) e do Rio de Janeiro (1937), porém situações políticas decorrentes das mudanças ocorridas no período do Estado Novo fizeram desaparecer a Universidade de Brasília e retroceder a Universidade do Rio de Janeiro e São Paulo à estrutura da década de 20 (CAVALCANTI, 1985).

Diante das condições surgidas no país antes da II Guerra Mundial, com a vinda de cientistas, pesquisadores e professores de outros países, fez nascer um grupo de cientistas brasileiros que elevaram a pesquisa a um nível de importância até então nunca alcançado no Brasil. Esse fator, aliado à pressão que a sociedade começava a exercer buscando acesso aos estudos superiores, obrigava-se ter mudanças na estrutura do ensino nesse nível, sem muito sucesso (CAVALCANTI, 1985).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (4.024/61) dedicou apenas 20 dos 120 artigos ao ensino superior. Não conseguiu trazer para esse nível de ensino as mudanças que chegaram ao

nível primário e médio, nesse contexto nasce a Universidade de Brasília (criada em 1961) exercendo papel de destaque nos debates universitários do país.

Segundo as palavras de Ribeiro (1978) que define a Universidade como “Universidade Necessária”, seu papel seria de contribuir para a satisfação dos requisitos de perpetuação ou mudanças da sociedade, para que o maior número de cidadãos fosse beneficiado como herdeiros do patrimônio artístico, literário e intelectual da humanidade, tendo-se domínio sobre a ciência do seu tempo com o mais alto nível de competência, conhecimento e investigação.

Na Universidade de Brasília cada departamento constituiria uma célula básica onde a docência de áreas afins, trabalhando em tempo integral e dedicação exclusiva estariam unidas para desenvolver de forma integrada, conjunta, as suas atividades de ensino e pesquisa; e a extensão sob forma de atividades/serviços e programas culturais, seria exercida pelos órgãos complementares. Essa universidade representava, então, um novo modelo para o país: flexível, aberta as renovações, independente científica e culturalmente.

Entretanto, o período em que surgiu coincide com a Revolução de 1964, juntamente com pressões da demanda por outros cursos ainda não previstos, impossibilitando assim, a sua implantação no modelo idealizado. No período de 1964 a 1968 sofreu vários danos de ordem intelectual e moral, características de um período turbulento no Brasil.

Todo esse cenário interfere na concepção inicial da Universidade de Brasília e só com a Reforma Universitária (denominação a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968) retomam as idéias iniciais. De acordo com o grupo que organizou o Projeto de Reforma, tentou-se levar a Universidade de Brasília a uma reformulação dos seus objetivos, estrutura acadêmica, administrativa e no que se referia à organização didática, definia como atividade-fim das universidades: o ensino e a pesquisa como indissociáveis, e a extensão (CAVALCANTI, 1985).

Embora o relatório do grupo que preparou o Projeto de Reforma tenha concebido a universidade como o modelo natural da estrutura para o ensino superior, federação de escolas como uma maneira intermediária e os estabelecimentos isolados como opção transitória, a Reforma optou pela forma Universidade, porém, toda a história e tradição de ensino superior

brasileiro eram de escolas isoladas e profissionalizantes. Nesse caso, não seria a força apenas de uma lei que iria mudar os fatos. Em 1968 as universidades representavam 11,5% do número de IES, em 1975 representavam 6,7% (CAVALCANTI, 1985).

Ao contrário do que ocorreu com o ensino médio, em que a iniciativa privada na década de 60, detinha o maior número de alunos, 65%, e na década seguinte tinha 31%, o ensino superior possuía 62% dos alunos na década de 60, matriculados em IES públicas e, em 1980 possuía apenas 37%. Destaca-se ainda que, em 1974 quando o ritmo de expansão do ensino superior atingiu seu ponto máximo, 63% das universidades eram públicas e 78% dos estabelecimentos isolados eram privados. E o mais curioso é que o público que tem acesso as IES públicas, é o de maior poder aquisitivo, enquanto que o público de menor poder aquisitivo se encaminha as instituições particulares (CAVALCANTI, 1985).

Como afirmou-se anteriormente, o ensino e a pesquisa eram indissociáveis, mas tinha-se a tendência de reverter o tradicional, isto é, deslocar o foco do ensino para a pesquisa, convertendo a pesquisa na atividade principal na instituição de ensino superior e o ensino sendo sua consequência (SAVIANI, 1980). Mais uma vez tentava-se sobrepor a uma realidade cultural e histórica, uma norma legal.

Sendo assim, os docentes passaram a acumular juntamente com suas funções de magistério, as funções de pesquisadores, mas não tinham nem a tradição, nem a fundamentação teórica, nem a prática de desenvolver pesquisa. Como consequência direta dessa situação surgem projetos de pesquisa sem grande peso para a comunidade científica (CAVALCANTI, 1985).

Acontece que, ao mesmo tempo em que a Reforma valorizava a pesquisa, atividade esta que não possuía tradição e tão pouca experiência, o mesmo não ocorre com a extensão. Ora, se já era difícil para os docentes acumularem duas atividades, dividindo-se entre as aulas e laboratórios, quanto mais ultrapassar os muros da instituição e desenvolver atividades junto à comunidade.

Percebe-se que, a extensão universitária, nunca possuiu uma fundamentação teórica ideal ou uma prática convincente, esteve sempre limitada a programas específicos, secundários e com características de voluntarismo (DEMO, 1980).

Ao longo do tempo a Universidade tem sido focada sob diversas óticas: em um momento como instituição que preserva e cultiva o arcabouço cultural de uma sociedade com a obrigação de transmitir para as gerações seguintes; em outro, como instituição capaz de garantir ao Estado, a obtenção de seus objetivos. Sendo assim, para compreender a história da Universidade não se pode perder de vista cada história e cada contexto social, pois cada Universidade deve responder aos desejos e sonhos da sociedade e ter flexibilidade suficiente para adaptar-se continuamente.

A cada época da história, a universidade, desde o seu surgimento na Idade Média, respondeu a determinadas expectativas com relação à sociedade em que estava inserida. A rapidez das mudanças socioeconômicas tem propiciado a definição ou redefinição da educação superior no país, isto é, o papel que cabe às universidades. Nesse novo cenário a sociedade começa a se posicionar a respeito do assunto.

Sendo assim, as organizações universitárias estão mais sensíveis às turbulências sociais tendo o dever de mudar, já que seu papel não é apenas adequar o ensino aos ditames mercadológicos, mas também proporcionar ao discente uma visão multidisciplinar, preparando-o para provocar mudanças, a partir de sua inserção no contexto social (BUNDT, 2000). A universidade está sendo chamada a desempenhar um papel estratégico fundamental para a sociedade.

Bundt (2000) considera também, que a universidade é e será cada vez mais a organização social mais importante deste novo século sendo uma ferramenta de coesão social, que cumpra esse papel por suas áreas dedicadas à criação de competências, seja qual for. Para melhor compreendê-la como referida ferramenta, torna-se relevante apresentar suas características e finalidades dentro da sua progressão histórica, assunto este que será tratado no tópico seguinte.

## **2.2 Tipos e Reformas das IES**

Inicialmente torna-se interessante que se faça uma exposição quanto à natureza das IES. Estas são organizadas sob natureza jurídica ou categorias administrativas distintas, sendo:

públicas ou privadas. As públicas classificadas em Federais, Estaduais ou Municipais e as privadas, divididas em sem fins lucrativos ou com fins lucrativos. As IES privadas sem fins lucrativos subdividem-se em comunitárias ou filantrópicas (INEP, 2006).

Atualmente as IES brasileiras estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas ou formas de natureza jurídica (CAVALCANTI, 2000):

1. Públicas – quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser: Federais, quando subordinadas a União, podendo se organizar como: Autarquias especiais ou Fundações Públicas; Estaduais, se mantidas pelo governo dos estados ou do Distrito Federal e podem tomar as formas determinadas pelos respectivos sistemas; Municipais, as providas pelas prefeituras municipais;
2. Privadas – quando mantidas ou administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo se organizar como: Particulares em sentido estrito, as constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que não apresentem as características dos itens seguintes. Comunitárias, as constituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representante da comunidade. Confessionais, as constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideológica específica e ao disposto no item anterior. Filantrópicas, pela lei, são as instituições de educação ou de assistência social que prestem serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

As instituições particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comercias fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual. A Figura 1 mostra de forma resumida a organização das IES.

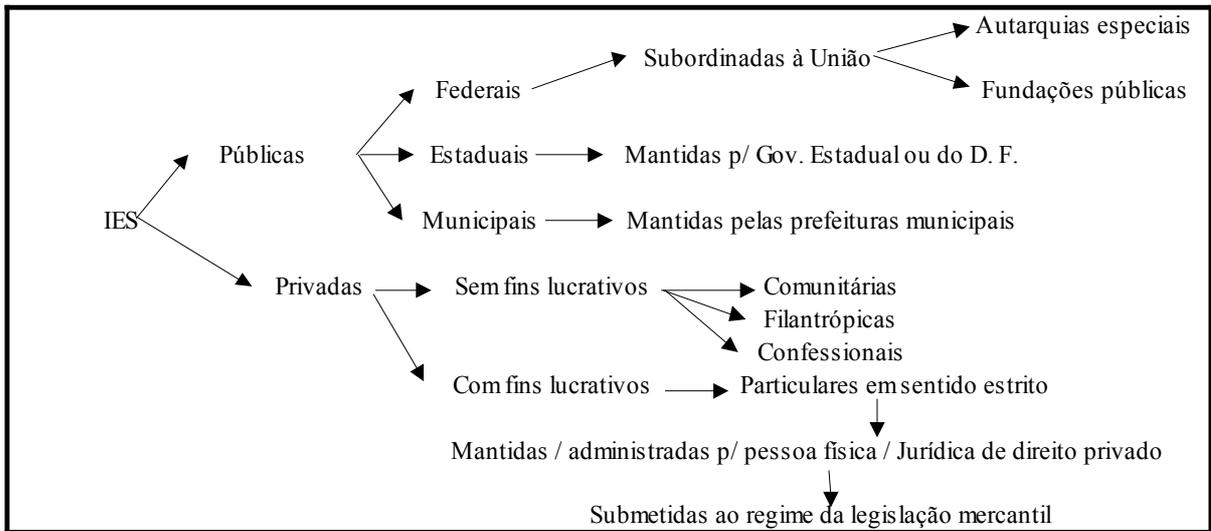


Figura 1 – Organização das IES brasileiras. Fonte: Elaborada pela autora (2006).

As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino, criadas e mantidas pela iniciativa privada, classificam-se pelo regime jurídico a que se submeteram as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que as mantêm e administram: as mantenedoras.

São mantenedoras as pessoas jurídicas de direito público ou privado ou pessoas físicas que provem os recursos importantes para o funcionamento das IES. O Poder Executivo é o responsável pela manutenção das IES públicas.

As mantenedoras das IES do Brasil classificam-se em:

1. mantenedoras de Direito Público, que são pessoas jurídicas de direito público, podendo ser: da Administração Direta – União, Estados ou DF, municípios; da Administração Indireta – que podem assumir a forma de Autarquias ou Fundações;
2. mantenedoras de Direito Privado, que são pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo ter as seguintes finalidade: Com fins lucrativos (de natureza comercial, tomando a forma de Sociedade Mercantil) e Sem Fins Lucrativos que podem se organizar sob a forma de Sociedade, Associação de utilidade pública ou Fundações, submetem-se à legislação que rege as sociedades mercantis, principalmente na parte de encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas.

É notória a expansão das IES nos últimos anos, inclusive no município de Fortaleza. A esse crescimento credita-se responsabilidade à Lei de Diretrizes e Bases do Governo Federal (LDB nº 9.493), que no ano de 1996 determinou que a educação superior fosse ministrada em IES, pública ou privada, nesse período o número de IES era 922, mas quando entrou em vigor o decreto nº 3.860 em 2001 que deu espaço para uma variedade de categorias administrativas de IES o número chegou a 1.391 e em 2003 chegou a 1.859 (INEP, 2006).

Tabela 1 – Instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2003).

Instituição	Número	Porcentagem (%)
Públicas	207	11,1
Privadas	1.652	88,9
<b>Total</b>	<b>1.859</b>	<b>100</b>

Fonte: Daes - INEP/MEC (2003).

Sendo que, do total de instituições públicas (207), 40% são federais, 31,5% são estaduais e 28,5% são municipais. Segue abaixo a Tabela 2 que expõe as IES existentes no Brasil de acordo com o Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Tabela 2 – Instituições de ensino superior, por categoria administrativa (2003).

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Instituições																	
	Total Geral			Universidades			C. Universitários			Fac. Integradas			Fac., Escolas e Institutos			CET/FaT		
	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.	Total	Cap.	Int.
Brasil	2.013	719	1.294	169	79	90	107	45	62	119	32	87	1.474	493	981	144	70	74
Pública	224	80	144	83	43	40	3	-	3	3	-	3	86	14	72	49	23	26
Federal	87	53	34	46	29	17	1	-	1	-	-	-	6	3	3	34	21	13
Estadual	75	27	48	32	14	18	-	-	-	-	-	-	28	11	17	15	2	13
Municipal	62	-	62	5	-	5	2	-	2	3	-	3	52	-	52	-	-	-
Privada	1.789	639	1.150	86	36	50	104	45	59	116	32	84	1.388	479	909	95	47	48
Particular	1.401	505	896	26	13	13	60	30	30	97	28	69	1.125	387	738	93	47	46
Com/ Conf/ Filant	388	134	254	60	23	37	44	15	29	19	4	15	263	92	171	2	-	2

Fonte: Daes - INEP/MEC (2003).

Segundo a legislação atual, as IES estão organizadas da seguinte forma:

- Universidades – são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, formadas de Quadro profissional de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão;
- Universidades especializadas – são instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como por exemplo: Ciências Sociais, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas e/ou aplicadas;

- c. Centros universitários – instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidade de qualificação aos docentes e condições de trabalho à comunidade escolar;
- d. Centros universitários especializados – instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam em uma área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidade de qualificação aos docentes e condições de trabalho à comunidade escolar;
- e. Faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores – instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar sob o mesmo comando e regime;
- f. Centros de educação tecnológica – instituições especializadas em educação profissional, públicas ou privadas, tendo como finalidade qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os vários setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos da sociedade, oferecendo inclusive, mecanismos para a educação continuada (INEP, 2006).

No Brasil, o grande número das IES que atendem a população é privada, isto é, do total de 1.859 instituições, 1.652 (88,86%) são privadas e a penetração dessas novas possibilidades de se praticar o ensino superior fez várias organizações, de origem educacional ou não, investirem nessa área, fazendo multiplicá-las, como verifica-se na Tabela 3. Isto é, no Brasil a curta história do ensino superior traz características de privilégio, colocando o Brasil, segundo a World Education Indicators, como um dos países que possui o sistema de educação superior mais privatizados do mundo, atrás somente de poucos países (INEP, 2006).

Tabela 3 – Instituições de ensino superior, por organização acadêmica (2003).

Instituição	Total	Porcentagem (%)
Universidades	163	8,8
Centros Universitários	81	4,3
Faculdades Integradas	119	6,4
Faculdades/Escolas/Institutos	1.403	75,5
Centros de Educação Tecnológica	93	5,0
<b>Total de Instituições</b>	<b>1.859</b>	<b>100</b>

Fonte: Daes - INEP/MEC (2003).

Junto a essas novas possibilidades de IES, outro provavelmente motivo que justifica a sua expansão, seria o desenvolvimento industrial brasileiro que mudou significativamente o

perfil da conformação social do país. O acesso ao mundo do trabalho e a melhoria de vida das pessoas, cada vez mais ficaram relacionadas à passagem pelo sistema educacional. Parece ser a escolarização quase o único caminho para a ascensão social.

Embora se tenha alcançado este significativo número de IES nos tempos atuais, deve-se lembrar que o surgimento das universidades no Brasil ocorreu pela união de escolas superiores isoladas, criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado da avaliação sobre potencial existente em outra área (VIEIRA, 2006). Dessa forma é conveniente tecer algumas considerações, tomando por base as funções que são atribuídas às universidades e se mantêm ao longo do tempo, a tríade: ensino, pesquisa e extensão, como será tratado no próximo tópico.

### **2.3 Tríade da Universidade: ensino, pesquisa e extensão**

Ao escrever sobre as atividades da universidade, a primeira idéia que emerge é a conhecida tríade: ensino, pesquisa e extensão. Estas três atividades significam, o tripé principal das tarefas que cabe a qualquer universidade realizar, mas nem sempre foi assim. Por volta do século XIX as tarefas da universidade restringiam-se ao ensino e à pesquisa, mas a medida que, o ensino e a pesquisa se distanciavam dos interesses sociais imediatos, necessitou-se refazer a relação social por meio de um elo que agregava as duas tarefas anteriores que se chamou extensão (GEORGEN, 2002).

Embora a pesquisa e a conseqüente produção de conhecimento tenham constituído sempre um objetivo fundamental da universidade, percebe-se que nas sociedades que precederam a modernidade o que se buscava com a pesquisa era o conhecimento desinteressado, algo a ser compartilhado por poucos, sem relação direta com o cotidiano. Na sociedade pós-industrial, entretanto a pesquisa e o conhecimento parecem ter ganho novos significados, com reflexos profundos na forma de vida da sociedade.

As últimas décadas têm promovido grandes e profundas mudanças socioeconômicas na sociedade brasileira como: crescentes exigências dos serviços básicos, desigualdades sociais

significantes, crises econômicas etc. E é nesse cenário que as universidades surgem como instituições, que, embora oficialmente vinculadas ao contexto, são capazes de repensá-lo e agir criticamente sobre o mesmo.

O caráter universal das universidades está presente desde a Idade Média com o surgimento das primeiras escolas européias, segundo Stallivieri (2002 In: ANDRADE, 2002, p. 36) “Como o próprio nome diz, *universitas*, a universidade constitui-se em um universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas...”, isto é, abriga a diversidade cultural do homem, vinda das mais diferentes partes do mundo.

Como espaço criador do conhecimento, a universidade vem contribuindo para as rápidas transformações tecnológicas, para a evolução dos meios de comunicação e para a rapidez com que circulam as informações no mundo, que proporcionam a aproximação dos povos propiciando acesso rápido e direto ao que está acontecendo nos lugares mais distantes da terra, gerando assim, um acelerado processo de internacionalização.

Diante desse cenário, principalmente nas duas últimas décadas, mais efetivamente no nível científico tecnológico, as universidades passam a buscar o seu espaço. Sendo assim, faz-se necessário repensar o seu papel e sua importância, imbuídas de sua função integradora de culturas e pessoas.

Preparar cidadãos para o futuro, em um mundo interligado e interdependente requer que tenha-se um sistema de educação superior que permita o conhecimento direto e o respeito pela diversidade cultural, promovendo acima de todos os conceitos, o entendimento e o respeito pela multiplicidade de valores e tolerância entre as sociedades.

Através de suas atividades primordiais – ensino (transmissão do conhecimento), pesquisa (geração do conhecimento) e extensão (quando se expõe de fato a relação entre universidade e sociedade) a universidade absorve ou atinge elementos da sociedade continuamente, mas nunca toda a sociedade.

No Brasil, o Ministério da Educação - MEC, é o órgão responsável pela política educacional, tendo como competências a política nacional de educação; a educação em geral,

que compreende a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância; as políticas de avaliação, informação e pesquisa educacional; a pesquisa e extensão universitária; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (MEC, 2006).

O MEC possui uma unidade, a Secretária de Educação Superior (SESu), responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior.

A universidade deve desenvolver com eficiência e eficácia suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em seus dois níveis: graduação e pós-graduação, mas o que percebe-se é que no Brasil a graduação apresenta-se muito mais focada no ensino, priorizando a formação profissional dos discentes, ressaltando que o perfil dos cursos de graduação (com a ressalva que sempre deve existir diante de qualquer generalização) é o de transmissão de conhecimento muito mais do que geração de um novo saber (VASCONCELOS, 2005).

Ainda segundo Vasconcelos (2005) um dos caminhos para se atingir a primazia acadêmica é aproximar do ensino na graduação os avanços ocorridos na pós-graduação e nas pesquisas, proporcionando a integração do corpo docente que atua em seus dois níveis.

Atuando como gestores da universidade para conciliar o tripé ensino-pesquisa-extensão, tem-se a Vice-reitoria ou Pró-reitoria de Graduação que é o órgão executivo auxiliar que superintende, orienta, coordena e fiscaliza as atividades inerentes ao ensino de graduação, como estrutura curricular e cursos, ingressos na universidade e controle da vida escolar discente; a Vice-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão é o órgão da estrutura superior da universidade, que tem o papel de planejar, coordenar e avaliar as atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão (MEC, 2006). Compete a Vice-reitoria de Pós-graduação propor políticas e normas de capacitação docente, bem como promover a educação continuada aos portadores de diploma de curso superior.

O ensino da pós-graduação tem como objetivo o precípua a produção científica, tecnológica e cultural da formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alto nível, abrangendo programas de Pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Tais cursos têm

finalidades muito variadas, que podem incluir desde o aprofundamento da formação da graduação, em determinada área, ou temas mais gerais que proporcionam um diferencial na formação acadêmica e profissional.

### **2.3.1 Ensino**

Ensino é um termo bastante comum para as instituições escolares, quando compreendido como “mera transmissão e reprodução de conhecimentos e subsequente recepção por parte do aprendiz” (RAYS, 2003, p. 76). Entretanto, se se partir da premissa que ensinar não se caracteriza apenas com o ato de transferir conhecimentos por quem sabe à quem não sabe, a palavra ensino não chega a ter esse sentido para a maioria dos que participam da vida escolar e segmentos da sociedade, necessitando pois repensar o seu conceito para que seja adaptado ao momento histórico atual, fazendo com que as atividades pedagógicas tenham como objetivo desenvolver as formas superiores de pensamento, de ação e que possam resultar para o discente numa construção de conhecimento político e científico sólidos a respeito do mundo, da natureza e da cultura (RAYS, 2003).

O ensino não tem apenas a tarefa de fornecer os conhecimentos atuais, ou os já aceitos, mas também guardar e discutir os conhecimentos até então produzidos na sociedade como também evoluir conceitualmente. Pretende-se com o ensino na universidade não apenas formar o discente em uma área específica de conhecimento como também que este se veja como um agente do desenvolvimento humano, não só no âmbito profissional como também pessoal.

Por volta do século XII, a Universidade voltava-se para o cultivo do universalismo do saber e para a integração da cultura ocidental a que desejavam os intelectuais do momento (CAVALCANTI, 1985) e nos dias atuais existe um consenso em torno da idéia de que ela não só pode como deve cumprir uma missão que ultrapasse esses limites. Requer-se atualmente das universidades não só a formação de alta qualidade, mas também que seu ensino proporcione uma educação que dignifique o homem para o pleno exercício da cidadania.

Para essa opção de ensino, necessita-se escolher coerentemente os procedimentos didático-pedagógicos que proporcionem o aprendizado crítico de conteúdos, habilidades, hábitos e valores. A persistência nessa opção reside no fato do desenvolvimento social alcançado por nossa sociedade exigir da educação superior um caráter científico, isto quer dizer que, os conteúdos programáticos devam ter relação direta com os avanços das ciências, garantindo ao futuro profissional a assimilação crítica do conhecimento atualizado.

Como instituição de ensino, cabe à Universidade desvincular-se da sua cultura tradicional de profissionalização e tornar-se livre da rigidez do modelo único que lhe foi imposto pela reforma. Deve-se estudar as variadas opções que se fazem necessárias ao ensino superior e as formas de desenvolver e combinar essas opções, tendo sempre em mente as necessidades do país e as características da região (CAVALANTI, 1985).

A dinamicidade das mudanças na sociedade neste novo século tem provocado grandes transformações na educação. A globalização e a mudança no mundo do trabalho podem vir a ser consideradas fatores importantes para essas alterações. Esta mesma globalização traduz desafios sociais e econômicos para os quais a educação é chamada a dar respostas sob a forma de políticas de ensino. Sendo assim, coloca-se em destaque o desafio que é imposto ao ensino que é o de papel central na construção de uma sociedade do conhecimento e de um espaço competitivo, tecnológico e colaborativo no âmbito econômico e social.

Neste sentido, aprendizagem e competências são duas faces de uma política de ensino e formação na graduação, centrados na contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade. As universidades, ao estabelecerem sua política de ensino, devem procurar compreender os saberes e as competências exigidas pelo mundo do trabalho e oferecer um ensino de qualidade, norteando as atividades do processo ensino-aprendizagem para a formação de um profissional com pleno domínio dos fundamentos da sua área de conhecimento, com capacidade de se apropriar das inovações, de interagir com a tecnologia e com a sociedade da informação, como também participar ativamente como cidadão na construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialmente responsável.

O ensino na graduação deve caracterizar-se, principalmente, por utilizar uma metodologia que estimule a solução de problemas, pela busca da integração teoria-prática e pela abordagem interdisciplinar, destacando-se, através da docência, a criatividade, a

inovação e a habilidade de gerar situações de aprendizagem. Deve também buscar o caráter interdisciplinar do conhecimento através de um ensino para o desenvolvimento intelectual, formando no discente um espírito crítico-reflexivo e criador, que desafie e responda aos problemas da sociedade, utilizando o conhecimento estudado na universidade.

O ensino na Pós-graduação proporciona uma solidez na formação técnico-científica, visando a titular e a capacitar docentes, pesquisadores e a formar profissionais preparados para responder aos problemas da área de conhecimento em que situam-se, ou seja, tem a finalidade de desenvolver e aprofundar a formação de profissionais graduados nas diversas áreas do saber, proporcionando-lhes a formação ideal para elaborar projetos e desenvolver idéias que priorizem, principalmente, a formulação de intervenções sobre a realidade da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que lhes confere a titulação.

Para tanto, a pós-graduação deve estar voltada para implantação e para o desenvolvimento de programas de titulação e de capacitação de docentes e demais profissionais, para cursos de especialização voltados para os interesses locais e nacionais e para cursos de mestrados, acadêmico e profissional, e de doutorados.

A Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior desempenha papel importante na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país e tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema de pós-graduação, tanto no que refere-se à consolidação do Quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem (DANTAS, 2004). É importante destacar que a crescente qualidade da pós-graduação brasileira muito se deve à parceria entre Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a comunidade científica.

### **2.3.2 Pesquisa**

Segundo Freire (2002) a pesquisa é a preocupação que a universidade tem em desenvolver conhecimentos; e Vasconcelos (2002) a define como:

(...) uma atividade que permite, por um lado, construir cientificamente um problema que esteja em análise, para fundamentar as hipóteses previamente traçadas, com o fim de comprová-las para, em um segundo momento, formular leis e teorias. Por outro lado, a investigação representa um processo fundamental para despertar a criatividade.

A Universidade, como caminho a ser desenvolvida a pesquisa, necessita cultivar o saber puro, que lhe é destinada como geradora de conhecimentos. Sendo assim, poderão surgir repostas e/ou soluções para problemas diversos da sociedade. Paralelamente ao saber puro, a Universidade deve voltar-se também para os problemas específicos do país, da região, transformando-os em objetos de pesquisas aplicadas, que busquem respostas de ordem social e tecnológica.

Apesar da pesquisa ser um termo comum na sociedade acadêmica, não significa dizer que todas as IES a propõem e a promovem de maneira significativa. Muitas vezes situa-se em segundo plano quando comparada ao ensino, atrelada ao sistema econômico e ao desenvolvimento, por isso a percepção da excessiva valorização às ciências tecnológicas em detrimento das ciências sociais.

A pesquisa necessita, ao lado do ensino e extensão, constituir-se como uma atividade crescente e constante nos meios acadêmicos e nas ações pedagógicas difundidas na construção do conhecimento e de intervenção nos problemas sociais. Busca elaborar o novo conhecimento enquanto o ensino transmite os conhecimentos estabelecidos e introduz aos discentes à prática da pesquisa (GEORGEN, 2002).

O contexto brasileiro em que se encontra atualmente a pós-graduação no Brasil é bastante promissor, há hoje uma significativa possibilidade de desenvolver estratégias integradas entre a pesquisa científica e tecnológica e a pós-graduação (DANTAS, 2004).

A Academia desempenha um papel importante na geração de novos conhecimentos. Órgãos governamentais de fomento à produção científica, como a Capes, CNPq, Finep e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, vem disponibilizando para a sociedade recursos para a manutenção de programas de pós-graduação e financiando a realização de pesquisas.

Segundo Calderón (2005, p. 23) “[...] a pesquisa tem de ser socialmente responsável. Não se trata de um compromisso para o futuro. Trata-se de uma obrigação para o hoje e não mais uma promessa para o amanhã”.

As agências públicas de fomento de pesquisas, como CNPq, Fundações e outros, contribuem para que a pesquisa de qualidade seja realizada nas IES, e a Capes, como agência avaliadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação, estimula com seu poder de aprovar programas e de conceder bolsas de estudo, traz garantia de qualidade ao sistema como um todo (VASCONCELOS, 2005).

Objetivando a formação integral do discente, as políticas de Pesquisa das universidades assumem importância vital sendo responsáveis pela harmoniosa convivência entre ciência e a sua aplicação e a integração dos alunos em projetos de pesquisa. Para que os resultados sejam positivos os programas de bolsas de Pesquisa possuem acompanhamento e avaliação de alguns órgãos.

Tendo como órgão maior o MEC, algumas agências são fundamentais para a qualidade da pesquisa e para um programa de bolsas de Iniciação Científica no Brasil e no município de Fortaleza. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos para a pesquisa no Brasil (CNPq, 2006).

O CNPq oferece várias modalidades de bolsas aos alunos do ensino médio, graduação, pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores já experientes. Essas bolsas são divididas em bolsas individuais no país e exterior, e bolsas por quota (CNPq, 2006).

Para o estado do Ceará, a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, está vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE), tendo por finalidade o amparo a pesquisa científica e tecnológica do estado do Ceará, em caráter autônomo ou complementar ao fomento provido pelo Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. É sua competência estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Ceará, através de incentivo e fomento à

pesquisa, a formação e a capacitação de recursos humanos, ao fomento e desenvolvimento da tecnologia e à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos produzidos.

A Capes, também concede bolsas de estudo no Brasil visando estimular a formação de recursos humanos de alto nível, objetivando com isso consolidar os padrões de excelência imprescindíveis ao desenvolvimento do país. Citando alguns programas tem-se: PROAP - Programa de Demanda Social e Programa de Apoio à Pós-Graduação que concede bolsas a cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); PAEP - Programa de Apoio a Eventos no país que concede recursos a eventos de caráter científico, tecnológico e cultural de curta duração e outros.

Parece ser a universidade o espaço adequado para formar pesquisadores e se produzir pesquisa e com ela avanços no conhecimento já existente, que será aplicado nos diversos setores da vida em sociedade.

### **2.3.3 Extensão**

Em 1968, de forma embrionária a Lei nº 5.540, abre espaço para o que mais tarde será definido como extensão universitária ao estabelecer em seu art. 20 que as universidades e os estabelecimentos de ensino superior levarão à comunidade, através de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes e, no art. 40, que as mesmas através de suas atividades de extensão propiciarão aos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições sociais da comunidade e no desenvolvimento processual.

A extensão universitária é um processo que chega à sociedade, a fim de estender o produto do ensino e da pesquisa gerados no âmbito acadêmico. Caracteriza-se como um processo que traz à universidade tanto os problemas sociais quanto os conhecimentos gerados e que serão utilizados pelos discentes como fomento para um futuro profissional preocupado com os resultados de suas ações para a sociedade.

A palavra extensão, no sentido *stricto*, significa estender, difundir. Porém, os desdobramentos que a palavra segue quando empregada para alguma atividade-fim do ensino superior, traem, em alguns momentos, o seu real sentido, quando percorre atividades exclusivamente filantrópicas (RAYS, 2003).

Diante dessa concepção, o sentido real da extensão distancia-se do processo unilateral de estender, por meio da simples reprodução, sem criticidade, o resultado da produção do conhecimento à sociedade que se tem atualmente (RAYS, 2003).

Tem-se por tradição atribuir à extensão universitária a responsabilidade de criar o elo entre universidade e sociedade, a concretização do compromisso social universitário e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa, porém a realidade da extensão é outra, segundo Calderón (2006, p. 14):

No Brasil é comum afirmar que a extensão universitária é a ‘prima pobre da universidade’, por vários fatores dentre os quais destacam-se: compreensão equivocada de seu conceito; despreparo dos professores que não possuem o mesmo reconhecimento acadêmico nem o mesmo *status* dos docentes que atuam nas outras áreas; falta de recursos e inexistência, na maioria das vezes, políticas institucionais sérias e consistentes.

A extensão, desvinculada do ensino e da pesquisa, caracteriza-se pela produção de pequenos benefícios sociais, na grande maioria, apenas de caráter assistencialista. A verdadeira ação extensionista funciona por meio de uma práxis dialética de produção/reprodução crítica do conhecimento. Cabe a Universidade ampliar para a sociedade os resultados do ensino e da pesquisa (RAYS, 2006).

Percebe-se a inexistência de uma preocupação em se criar uma cultura extensionista entre docentes e discentes como forma de colocar em prática conhecimentos estudados e adquiridos; o máximo ao que se chega é o de ações solidárias com a sociedade carente onde a universidade está inserida, sem dúvida alguma, até o momento caracteriza-se como uma atividade acadêmica menor, que não proporciona títulos ou prestígios para a vida acadêmica (FREIRE, 2001).

Desta forma, existe um longo caminho a ser percorrido para a implementação de uma política extensionista na qual o discente possa desenvolver e refletir sobre os conhecimentos

adquiridos em sala de aula. Necessita-se de atividades ou projetos de extensão de Responsabilidade Social Empresarial, como, por exemplo, a promoção de fóruns com a sociedade empresarial local para a discussão sobre o tema e a disseminação de suas práticas e instrumentos de evidenciação destas, como o Balanço Social; discussões sobre as vantagens da adoção dessas práticas; promoção de cursos de Multiplicadores do assunto etc. Nada disso é assistencialismo ou filantropia.

É notório que a extensão ao longo da história da Universidade no Brasil, sofre distorções, sendo entendida como uma atividade assistencialista. Segundo Freire (2002, p. 72):

parece haver uma certa confusão sobre a função extensiva das Universidades, fazendo com que ora pareça como uma função redentora do ensino e da pesquisa ‘distanciados’ das necessidades sociais, ora como único meio de integração da Universidade com o meio social, ora como uma mera assistência social, tentando fazer com que as Universidades cumpram uma função que caberia a outras instituições sociais e organismos governamentais. Essas posições acabam desvirtuando a função dessa instituição social que deve produzir e distribuir conhecimentos, o que se pode realizar através do ensino, da pesquisa e da extensão. Numa primeira análise percebe-se que a extensão vem sendo viabilizada sob forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, sem vínculos com o ensino e com a pesquisa, em grande parte visando assumir a responsabilidade de outras instituições governamentais. Importante frisar que essa atuação não deveria ser ‘preferencialmente’ direcionada às comunidades carentes desassistidas pelas agências sociais, visando substituir organismos governamentais incumbidos de prestar assistência, mas a toda sociedade que não é composta só de pobres coitados.

A extensão mais do que só ou principalmente praticar ações assistencialistas deveria provocar a reflexão nos docentes e discentes de assuntos como Responsabilidade Social, ética e cidadania e também ser veículo para difusão desses conceitos e suas práticas, tanto no âmbito interno quanto fora da universidade, deve contribuir para a formação do discente para que ele saiba transformar o conhecimento adquirido em conhecimento aplicável, que seja um saber crítico que o ajude a lutar por seus direitos com responsabilidade.

Junto às ações extensionistas existentes deve-se aliar também uma prática que envolva todos os professores e alunos, como parte da formação profissional e acadêmica, isto é, uma maneira de se colocar em prática o aprendizado, constatando suas fragilidades e procurando supera-las no ensino, ou como forma de desenvolver atividades de pesquisa com o objetivo de solucionar problemas, além de aproximar a universidade da sociedade, superando as ações já exercidas.

Segundo Lima et al. (2005, p. 94):

a extensão constitui-se numa proposta por meio da qual se torna mais viável a interdisciplinaridade, como intercâmbio de saberes dentro e fora das universidades. As atividades de extensão tem a capacidade de articular várias áreas das ciências em torno de um projeto comum, com o qual os conhecimentos produzidos podem ser socializados e reconstruídos em parceria com a comunidade.

Todorov (2005) define a extensão universitária como o tamanho do trabalho desenvolvido pela academia no ensino e na pesquisa, na formação dos profissionais e na produção e divulgação do conhecimento produzido. Não podendo ser confundida com assistencialismo. As IES não podem substituir o Estado no atendimento às necessidades básicas da comunidade carente. A extensão deveria trabalhar também no sentido de despertar na sociedade a necessidade de se fazer ações que reforcem o Estado, pois a extensão propicia o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos que permitem à sociedade ter consciência de sua situação social e assim atuar consciente e com autonomia para o auto-desenvolvimento.

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no Art. 43, inciso VII, estabelece que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Sendo assim, a política extensionista das universidades deve promover a integração entre as atividades de ensino e de pesquisa com vistas às demandas da sociedade, assegurando seu compromisso social. As atividades devem ser exercidas com base em projetos desenvolvidos pelos Centros, Coordenações, Núcleos de Atividades Integradas, individualmente ou em parcerias com entidades públicas ou privadas, representativas da comunidade, voltadas para suas áreas de atuação.

O trabalho extensionista só se justifica a medida que extensão é ensino e pesquisa, Todorov (2005) para ilustrar suas idéias exemplifica alguns trabalhos, como:

1. Projeto Ecocidadania (Ibama/UnB) – visou unir discente universitários e de escolas técnicas a ações governamentais de pesquisa, extensão e parceria na administração de recursos naturais, nas áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, áreas de relevante interesse ecológico e outros. O objetivo principal era o fortalecimento do estudante no exercício da cidadania, despertando-o para as diversidades do Brasil e ao mesmo tempo

preparando-o para um trabalho de desenvolvimento sustentável, através de atividades de educação ambiental e conscientização dos deveres e direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais;

2. Incubadoras de Empresas (UnB) – a Universidade de Brasília destaca-se como uma das pioneiras no desenvolvimento de programas de interação tecnológica e científica entre universidade e comunidade, proporcionando oportunidades a docentes e discentes de transformarem tecnologias por eles dominadas, em produtos e serviços inovadores;
3. Fórum permanente pela paz no trânsito – no final da década de 90 um jornal de Brasília lançou uma campanha contra os problemas do trânsito brasiliense, foi o catalisador de uma grande manifestação pública da cidade, houve um grande envolvimento de todos (governo e sociedade), o trânsito melhorou, ficou menos caótico e como consequência dessa ação criou-se o Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, sob a coordenação do Decanato de Extensão da UnB, com o fórum, a discussão deixou de ser acadêmica ganhando destaque nas ruas e como consequência foi implantada a Lei da Faixa, traduzida como o respeito ao pedestre. Em Brasília, atualmente, respeita-se a faixa de pedestre.

A seguir expõe-se Quadro nº 5, que sintetiza os exemplos citados por Todorov (2005):

PROJETO	CARACTERÍSTICAS
Ecocidadania	Visava unir discentes universitários e de escolas técnicas a ações governamentais de pesquisa, extensão e parceria na administração de recursos naturais, nas áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, áreas de relevante interesse ecológico e outros.
Incubadoras de Empresas	Interação tecnológica e científica entre universidade e sociedade, propiciando oportunidades a docentes e discentes de transformarem tecnologias por eles dominadas, em produtos e serviços. A Universidade de Brasília - UnB é pioneira nesse tipo de projeto.
Fórum permanente pela paz no trânsito	A partir de uma campanha do final da década de 90 sobre os problemas no trânsito em Brasília, houve um grande envolvimento da sociedade com resultados positivos e dessa ação gerou-se o Fórum Permanente, com discussões que extrapolaram os muros acadêmicos ganhando destaque nas ruas e como consequência implantou-se uma Lei - a Lei da Faixa, traduzida como o respeito ao pedestre.

Quadro 5 – Quadro resumo de atividades extensionistas. Fonte: Elaborado pela autora (2007).

A extensão universitária, célula articuladora do ensino e da pesquisa, deve empenhar-se no estabelecimento e no desenvolvimento de programas, projetos e ações que resultem na

socialização do conhecimento produzido no campus universitário e objetivem a melhoria qualitativa da vida das comunidades com as quais interage.

Com suas múltiplas ações e trabalhos que presta a comunidade, a extensão, insere os docentes e discentes nas questões sociais, propiciando ao estudante a percepção das relações entre a teoria e prática e possibilitando-lhes contribuir diretamente para a melhoria dessas questões e encorajando as comunidades na busca de soluções para os problemas.

Compreender e praticar a responsabilidade social tem sido uma árdua e complexa tarefa para as universidades, alguns avanços significativos foram conquistados, mas ainda há muito o que ser feito para que se efetive uma relação entre estas e a sociedade, e assim passem a pensar como parte de seu escopo de negócios, a responsabilidade social.

A universidade, como instituição, é um patrimônio da sociedade e tem como objetivo à construção e a disseminação do conhecimento. Esse comprometimento absorve o ensino, a pesquisa e a extensão, com a clara consciência da sua função social. Contudo, a universidade não pode manter estáticos os elementos desse tripé. Ensino, pesquisa e extensão podem e devem desenvolver-se integralmente sem desprezar a potencialidade de nenhum desses elementos; articulados, poderão resultar em avanços sociais, científicos, intelectuais e pedagógicos (BOHN, 2005).

### **3 A UNIVERSIDADE, A DISSEMINAÇÃO E A APLICAÇÃO DOS CONCEITOS E PRÁTICAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL - RSE**

A universidade, por ser considerada também uma organização, tem sua importância econômica, política e social, e ainda mostra-se especial pelo seu caráter de formadora dos cidadãos. Sendo assim, o educador tem mais habilidades para fortalecer a consciência ética, social e política dos educandos porque detém a metodologia específica para trabalhar as atitudes características desse público. Além das atividades administrativo-financeiras comuns a todas as empresas, os administradores universitários devem planejar atividades que apoiem e propiciem a criação de um ambiente adequado para que o ensino e a pesquisa sejam desenvolvidos sem barreiras organizacionais para o seu bom desenvolvimento. Devem também planejar atividades sociais voltadas para projetos comunitários que apoiem as necessidades específicas da sociedade em que a universidade está inserida.

De acordo com Baldrige (1999), a organização universitária desenvolve características próprias diferentes das organizações burocráticas, pois a academia, em nível operacional, não possui linhas de autoridade explícita, já que os profissionais (docentes) têm autonomia no seu trabalho, enquanto que nas outras organizações existem distintas linhas de autoridade e estrito comando hierárquico. Outro aspecto característico das organizações universitárias consiste no seu processo decisório. Os profissionais que estão à frente do processo acadêmico (docentes), não participam das tomadas de decisões.

Segundo Passamai (1994) as organizações universitárias têm alguma semelhança com as organizações sociais. Ambas possuem clientes (internos e externos) exigentes e com necessidades a serem atendidas; recursos (humanos, materiais, financeiros e tecnológicos); produtos e/ou resultados; métodos de trabalho; estrutura organizacional e concorrência.

Como todo programa que necessita do engajamento de todos da organização, o envolvimento nas atividades relativas à Responsabilidade Social seja empresa ou instituição educacional, deve começar pela alta administração para que possa ser desenvolvida de forma eficiente. Administrar uma IES é diferente de administrar uma outra empresa, dentre tantas

peculiaridades, percebe-se o fato de se ter como funcionários um corpo docente que possui características muito peculiares e diferentes de funcionários de outras organizações que não tem como objetivo a educação.

De acordo com Terra (2001), tanto as organizações universitárias quanto as demais, estão assumindo tarefas que eram anteriormente de responsabilidade do Estado ou específicas de uma ou de outra instituição. O papel do poder público na relação com essas duas instituições está sendo alterado ao longo dos tempos, isto é, para uma o Governo oferece incentivos e para as instituições de ensino pressiona-as para que desempenhem um papel melhor na educação e atendam suficientemente as demandas da comunidade empresarial.

A universidade como organização social, insere-se nas mudanças da sociedade. Adaptando-se às exigências do mercado, tendo como produtividade a tríade: ensino, pesquisa e extensão, a universidade altera seus currículos, programas e atividades, para assim garantir a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Cabe então, a universidade, facilitar o desenvolvimento individual de seus discentes.

Segundo Wangenber (2006, p. 30):

É necessário reconhecer que o desenvolvimento não é simplesmente algo acadêmico e informativo. Desenvolvimento consiste em ensinar ao estudante a pensar por si mesmo, ajuda-lo a fortalecer seus próprios ideais, opiniões e idéias e ensinar-lhe a realidade do mundo.

No cenário atual da sociedade contemporânea vem acontecendo mudanças que redimensionam as exigências das empresas e instituições educacionais em relação a sua inserção social e as suas responsabilidades diante das necessidades da comunidade onde se inserem. A responsabilidade social ainda é um conceito amplo e que paulatinamente está sendo definido com maior consistência no âmbito tanto das exigências legais quanto nas concepções dos diversos modelos institucionais.

Nesse contexto acontecem várias discussões sobre o compromisso social e a identidade acadêmica, inclusive pela questão da importância das ações extensivas da universidade. O compromisso social das universidades apresenta-se não como uma opção a ser feita, mas como uma característica natural das mesmas, manifestando-se na sua vocação para a produção

do conhecimento, formação e transformação social. Sendo assim, é importante destacar que tal compromisso pressupõe a autonomia universitária, sem a qual o sentido crítico do conhecimento e da formação tende a se perder.

Complementando essa contextualização, analisa-se que nas últimas décadas tem crescido a mobilização e a preocupação da sociedade com temas ligados a ética, cidadania, aos direitos humanos, ao desenvolvimento econômico e sustentável e a inclusão social. Sendo assim, percebe-se que cada vez mais, as organizações sejam empresas ou instituições educacionais, estão também mais preocupadas em atingir e demonstrar desempenhos responsáveis seja no âmbito econômico, ambiental e social, controlando os impactos causados por suas ações para com a sociedade. Diante o contexto de uma legislação cada vez mais exigente, aumenta o número de instituições e empresas que implantam e/ou ampliam programas/políticas de responsabilidade social e avaliações de desempenho ambiental, econômico e social. É importante que as políticas e programas criem um sistema de gestão estruturado e que esteja integrado na instituição educacional.

Acredita-se ser importante recuperar em linhas gerais, a evolução que o conceito ou definição de responsabilidade social adquiriu no transcorrer da história universitária. Inicialmente, e na maior parte da história, a noção de ações e políticas de compromisso social das instituições era absorvido pela extensão universitária, como afirma Calderón (2006, p. 14): “Tradicionalmente, a construção das pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa têm sido uma atribuição da chamada extensão universitária”.

Assim, a oferta de ações extensionistas em diversas áreas de formação profissional parecia cumprir em muito as exigências do estabelecimento de elos estreitos entre a universidade e a comunidade onde estaria inserida.

O aprofundamento da concepção de responsabilidade social pelas universidades ao longo da história repercutiu na organização político-administrativa das mesmas levando a criação das Vice-Reitorias, reunindo numa mesma instância duas funções fundamentais para a integração extensão, ensino e pesquisa.

Nos últimos anos, as concepções sobre extensão universitária, assuntos comunitários e a assistência ao educando ganharam destaque e integram uma grande parte das ações de compromisso social institucional. Percebe-se que a extensão universitária constitui-se ao longo dos anos no espaço principal de ações que vinculam a universidade com a sociedade, através de ações de cunhos sociais, filantrópicas, assistencialistas e comprometimentos sociais. Atualmente, as exigências legais e sociais apontam para o caminho do amadurecimento dessas concepções para uma política de responsabilidade social onde a extensão, é concebida como princípio científico-educativo e como ferramenta de disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos à comunidade.

A política de responsabilidade social da universidade deverá constituir-se a partir da produção, sistematização e difusão do conhecimento e tais ações serão pautadas no comportamento ético e participativo dos processos de transformação social, oportunizando que os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na universidade possam contribuir para o enfrentamento das questões sociais e suas múltiplas conseqüências.

O papel da universidade no desenvolvimento social local e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidades social significa determinar o lugar que a instituição ocupa na disseminação dos conceitos sociais e prestação de serviços públicos através da implementação de políticas públicas e sociais também para seu público interno (docentes, discentes e outros). A universidade é um espaço democrático que deve responder às questões sociais, éticas, políticas, culturais e educacionais atuais.

O processo de construção e instauração da política de responsabilidade social da universidade tem como alicerce o estabelecimento e o aperfeiçoamento do vínculo com a sociedade e suas perspectivas de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Está pautado na perspectiva de mobilizar o seu público interno através da disseminação e aplicação dos conceitos de responsabilidade social e interações sociais, levando à construção de compromissos e responsabilidades junto à comunidade.

A política de responsabilidade social da universidade deve sustentar-se em princípios éticos e democráticos relativos às instituições de ensino superior, como por exemplo: a promoção do desenvolvimento regional onde está inserida, o incentivo à participação da

comunidade e o reconhecimento às instituições legítimas de representação da sociedade organizada e comunidade universitária.

Tais políticas de responsabilidades sociais da universidade devem constituir-se e serem constantemente repensadas através da instauração de espaços propícios para debates e problematizações junto às comunidades (interna e externa). Seu estabelecimento significará o trabalho de análise de indicadores sociais, considerados como indicativos das ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino (formação de profissionais), de pesquisa (desenvolvimento de pesquisas) e de extensão (difusão de conhecimentos).

A RSE extrapolou a simples aplicação a empresas do Segundo Setor e associou-se a empresas, profissões e profissionais. Médicos, dentistas, fisioterapeutas, advogados, economistas, administradores e outros, têm na universidade o momento e o espaço propício para adquirirem conhecimentos e assim estabeleceram e cultuaram hábitos responsáveis que reflitam em suas ações profissionais, isto é, é na universidade comprometida com a produção do conhecimento e com a repartição de tal conhecimento com toda a sociedade, que sustenta que a educação superior deve ser instrumento essencial para assegurar o desenvolvimento social, a produção e disseminação do conhecimento adquirido, a inovação, o desenvolvimento econômico, o combate as desigualdades sociais, o desenvolvimento de uma cultura empreendedora e de uma cultura de participação e de responsabilidade social (ZAINKO, 2004).

### **3.1 RSE no Universo das Empresas Privadas e das IES**

Nos últimos anos percebe-se um contínuo desenvolvimento das atividades econômicas, em grande parte conseqüência de fatores como a globalização da economia mundial, através da inserção econômica dos países, no que inclui-se o Brasil, que a partir da década de 90 passou por uma profunda abertura econômica internacional (RIBEIRO; LISBOA, 1999).

Neste cenário, onde as empresas conquistam novos clientes em um ambiente extremamente competitivo, a maneira como seus administradores têm conduzido suas gestões

também sofreu significativas mudanças, isto é, a lucratividade não é mais o único objetivo a ser perseguido, outros elementos interligados aos *stakeholders* também devem ser levados em consideração na gestão empresarial.

Há tempos a sociedade pressiona as empresas para que possuam responsabilidade social, que em nada se confunde com assistencialismo ou promoção social. Que pautem sua missão e seu trabalho em benefício da sociedade, que a relação empresa-sociedade esteja pautada na ética, compromisso e respeito.

Neste ambiente, onde administradores devam utilizar não só indicadores econômicos, mas também sociais e ambientais, as tradicionais ferramentas contábeis que serviam de instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão já não são suficientes à administração. Surgiu a necessidade de se implantar demonstrações contemporâneas que contemplassem os novos indicadores de gestão, auxiliando os administradores e ao mesmo tempo informando a sociedade, como exemplo o Balanço Social, instrumento capaz de auferir o nível de responsabilidade social das empresas.

A gestão socialmente responsável das empresas e o uso de novas ferramentas para auferir os seus desempenhos devem permear o processo estratégico das organizações uma vez que a responsabilidade social empresarial tem se transformado em uma poderosa vantagem competitiva frente aos concorrentes (OLIVEIRA, 2002) e com certeza transformando-se em um fator de sobrevivência em um mercado globalizado.

Do ponto de vista estratégico, é importante demonstrar as ações das empresas com transparência de suas atuações aos *stakeholders* e à sociedade. A sociedade valoriza essa transparência associando a imagem da corporação ao comprometimento ou não das questões sociais, refletindo de forma direta nos negócios da empresa.

Os administradores devem conduzir as empresas como se estas fossem atores sociais no processo de desenvolvimento, assumindo o papel não só de produtoras de bens e serviços, mas também de responsáveis pelo bem estar de todos os envolvidos (*stakeholders*).

Diante da evolução crescente das discussões sobre Responsabilidade Social Empresarial parece não restar dúvidas de que o tema tem assumido uma posição estratégica em diversas

organizações, mesmo diante de tantos desafios que ainda permeiam a sua incorporação à realidade no Brasil, afinal não basta satisfazer os clientes, obter qualidade e agregar valor. Faz-se necessário atender aos desejos da comunidade e obter reconhecimento social.

Segundo Melo Neto e Froes (2002) apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são suficientes para garantir a uma empresa a condição de ser socialmente responsável. É necessário segundo os autores que a empresa invista no bem-estar do seu público interno e externo, em um ambiente de trabalho saudável, além de promover ações e comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, garantir a sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação de todos.

Ainda segundo Melo Neto e Froes (2002) existem vetores que direcionam o processo de gestão empresarial para o fortalecimento da dimensão social de uma empresa, são estes os principais:

- V1 – apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;
- V2 – preservação do meio ambiente;
- V3 – investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável;
- V4 – comunicações transparentes;
- V5 – retorno aos acionistas;
- V6 – sinergia com os parceiros;
- V7 – satisfação dos clientes e/ou consumidores.

O modelo de gestão socialmente responsável deve ser assumido como uma nova filosofia empresarial; as empresas devem, dentre vários, resgatar valores morais e enfocá-los com caráter de natureza estratégica. A responsabilidade social passa a congrega todas as esferas de relacionamento das organizações com seus diversos públicos na busca pela construção de uma sociedade justa, viável economicamente e ecologicamente sustentável.

A responsabilidade social assumida de maneira inteligente e consistente pela empresa pode contribuir de forma significativa para a sustentabilidade e o seu desempenho empresarial, tendo como benefícios dentre outros: ganhos de imagem corporativa, dirigentes com uma popularidade significativa e elevado senso de responsabilidade social, maior apoio,

motivação, confiança e desempenho dos seus funcionários, maior disposição dos fornecedores, maior fidelidade dos clientes (MELO NETO; FROES, 2002).

É necessário para tanto minimizar a diferença entre o discurso e a prática e provavelmente um dos caminhos para isso seria o desenvolvimento do tema e a sua disseminação no espaço propiciado pelas IES nos cursos de administração de empresas, pois como já foi comentada anteriormente, a universidade, por ser considerada também uma organização, tem sua importância econômica, política e social, e ainda mostra-se especial pelo seu caráter de formadora dos cidadãos.

E é a partir desse caráter que as universidades devem desenvolver atividades que apoiem e propiciem um ambiente favorável para que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam desenvolvidos para que o discente comece a exercer os conceitos sociais em sintonia com a vida acadêmica e profissional.

Através dos artigos de Wagenberg (2006), Kliksberg (2006) e Vallaey (2006) sobre RSU, pode-se detectar a existência de um elo condutor que perpassa a necessidade de estabelecer uma ligação entre a universidade e a sociedade, tendo como referência o desenvolvimento humano.

Para estes autores a universidade deve absorver e incorporar a ética do desenvolvimento, trabalhando pelo conhecimento da realidade, através de pesquisas sérias e rigorosas dos grandes temas sociais que afligem a sociedade e que estão no cerne da vida de todos, sejam discentes, docentes, empresários; que ultrapasse a formação acadêmica e informativa promovendo para o discente o momento ideal para aprender a pensar por si só e ajudando-o a construir seus próprios ideais para que possa exercê-los no âmbito profissional.

Para Kliksberg (2006) a universidade pode desempenhar um papel com destaque no cenário da Responsabilidade Social Empresarial. Dada a magnitude dos desafios a serem enfrentados nas lutas da cidadania, visando a construção de um modelo de desenvolvimento integrado que responda as necessidades reais, cabe reforçar mais ainda a ação universitária. É necessário que a universidade esteja na linha de frente da luta pelo conhecimento da realidade, deve contribuir para o enriquecimento da qualidade dos debates econômico-sociais, centralizando neles, por intermédio de pesquisas sérias, de alto nível e de qualidade, os

grandes temas sociais que pautam o cotidiano da sociedade. A questão da ética do desenvolvimento precisa estar ativamente incorporada a agenda acadêmica, tanto no campo da pesquisa quanto na formação dos discentes (ensino). Para tanto, exige-se entre outros aspectos, discutir em sala de aula as implicações dos temas sociais no exercício profissional. Não em uma única disciplina, mas de forma interdisciplinar, em toda a grade curricular e concomitantemente nutrir o discente com experiências reais de trabalhos desenvolvidos junto a comunidade (extensão).

O discente busca o sucesso financeiro e profissional, para tanto necessita-se de caráter, criatividade, persistência e motivação, e estas também são as mesmas características exigidas para a formação de líderes, os mesmos líderes que Melo Neto e Froes (2002) citam.

Segundo Wagenberg (2006, p. 29) “há, aproximadamente, 100 milhões de estudantes universitários no mundo, número que, segundo estimativas, duplicará em 2025”. Destes milhões de alunos grande parte vive em países em desenvolvimento, como o Brasil, e acredita-se que representam uma poderosa força de mudanças, pois a maioria são jovens que estão comprometidos com a reconstrução da sociedade, cheios de novas idéias, garra para trabalhar, com otimismo e idealismos; é por tudo isso que a universidade transforma-se “em um catalisador que facilite aos estudantes as ferramentas necessárias à construção de um melhor amanhã” (WAGENBERG, 2006, p. 29).

Cabe a universidade prover e facilitar o desenvolvimento individual dos discentes, contudo, é necessário reconhecer que esse desenvolvimento não é simplesmente algo acadêmico e informativo, na verdade consiste em ensinar ao aluno a pensar por si mesmo, fortalecer suas idéias, opiniões e ensinar-lhe a realidade. E quando a universidade ensina - lhe essa realidade, passa a assumir seu compromisso e o discente começa a compreender sua própria realidade (WAGENBERG, 2006).

É notório que o mundo encontra-se em processo de mudanças, a figura do Estado torna-se cada vez menor e as empresas privadas detêm mais poder. Como consequência, o mercado de trabalho busca profissionais que compreendam a globalização e sejam especialistas. A universidade obteve sucesso em satisfazer essas necessidades. Só que, paralelo a formação de riquezas em decorrência da globalização, também surgiram algumas injustiças, e as empresas cientes desse fato estão fazendo da RSE uma norma (*International Organization for*

*Standardization* - ISO), que em meados de 2008 introduzirá um certificado de RSE as universidades, e como ocorre com as empresas, as universidades que não repensarem seus objetivos ficarão de fora (WAGENBERG, 2006).

Ainda segundo Wagenberg (2006) RSE é uma resposta da sociedade na busca de soluções para os problemas sociais e as universidades, através de sua responsabilidade social universitária, terão e precisarão adaptar-se, mantendo suas essencialidades: a continuidade do conhecimento e a promoção do desenvolvimento da sociedade, isto é, um desenvolvimento não só econômico, mas também social.

### **3.2 A Evolução Histórica dos Cursos de Administração**

Foi nos Estados Unidos, onde o crescimento das empresas foi mais acelerado, devido a segunda Revolução Industrial (capitalismo industrial dava lugar ao capitalismo financeiro) que nasceu a primeira escola de administração de empresas, para suprir a carência do ensino nessa área (WREN, 1987).

Um industrial da Filadélfia, Joseph Wharton em 1881, reconheceu essa necessidade e ajudou financeiramente a Universidade da Pensilvânia a criar um espaço dedicado a educação para que os jovens adquirissem a educação necessária para uma carreira de administração de empresas, nascia a *Wharton School*, primeira escola de Administração de Empresas.

Durante quase duas décadas foi a única escola do gênero. Somente em 1898 as universidades de Chicago e Califórnia criaram suas escolas de administração empresarial - as *Business Scholls* - e no início do século XX somava-se um total de trinta escolas funcionando.

Segundo Forte (2005) o estudo da Administração solidificou-se no final do século XIX com os pensamentos de Taylor e Fayol, passando posteriormente pelo pensamento humanístico de Mayo, pela burocracia de Weber, passando ainda por uma retomada neoclássica das teorias comportamentais até chegar às teorias sistêmicas e contingencial em

meados da década de 60. Ainda segundo Forte (2005) esse estudo muito tem mudado nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto no mundo.

No Brasil, a partir da década de 30, período em que acontece a grande depressão econômica no mundo (WREN, 1987, p. 276). O capitalismo industrial provocou a revolução de 30, quando nessa fase as empresas destacaram-se no âmbito internacional, aconteceu o predomínio de aplicações técnico-científicas e ênfase em materiais petroquímicos, o transporte marítimo, estradas de ferro, transporte aéreo e o automóvel desenvolveram-se, as estratégias foram surgindo na área da organização universitária, quando a educação superior passou a despertar maior atenção (ARANHA, 2000).

Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1928, desencadeou-se no Brasil a crise do café, que de certa forma, suas conseqüências foram benéficas, por provocar uma reação dinâmica, resultando em maiores oportunidades para a indústria brasileira.

Iniciava-se também nesse período a Era de Vargas. Com a crise na cultura agro-exportadora e o delineamento do modelo nacional desenvolvimentista, baseando-se na industrialização, passa-se a exigir um melhor nível escolar, principalmente nos segmentos urbanos.

No governo provisório de Vargas, criou-se o Ministério da Educação e Saúde, presidido pelo Educador Francisco Campos, órgão muito importante para o planejamento das reformas e estruturação da Universidade. Na sua gestão, foram efetivados por meio de Decretos, o regime universitário, a criação do Conselho Nacional de Educação e instituído o novo estatuto das universidades brasileiras. Para Aranha (2000), os decretos do ministro imprimiram uma nova orientação, voltada para uma maior autonomia didático-administrativa, interesse pela pesquisa, difusão cultural, visando beneficiar a sociedade.

Com a intensificação do capitalismo industrial, surgiu a necessidade da burocracia especializada, pois as empresas precisavam para seu desenvolvimento técnico ou tecnológico de vários ramos. Surgia assim um novo cenário de exigências educacionais, nascendo a motivação da educação em Administração para dar assistência no campo gerencial das empresas.

Segundo Aranha (2000), com a chegada de técnicos estrangeiros para suprir as carências da expansão industrial, a solução brasileira para o problema foi criar o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem das Indústrias, através da Lei Orgânica, para ministrar cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de promover reciclagem profissional.

De acordo com Martins (1989), apenas na década de 40 um curso de formação de administrador, no Brasil, começou a ficar mais claro. Foi nesse período também que criou-se uma nova instituição, muito bem aceita pelo então presidente Getúlio Vargas, autorizando o DASP - Departamento de Administração do Serviço Público a promover a abertura de uma entidade voltada para os estudos de princípios e métodos da organização racional do trabalho, visando à percepção de pessoal qualificado para a administração pública e privada.

No período do Estado Novo (1937-1945), por meio do Decreto nº 6.933 criou-se a Fundação Getúlio Vargas - FGV / SP, que tinha como missão promover o estudo da racionalização do trabalho e o preparo de pessoal para administração pública (MARTINS, 1989).

De acordo com Martins (1989), objetivando a formação de profissionais para atender o setor produtivo, os criadores da FGV visitaram em 1948, universidades americanas que possuíam cursos de Administração Pública com o intuito de conhecer as várias formas de IES em administração. Esse fato permitiu o encontro de docentes norte-americanos e representantes da FGV servindo de inspiração para a criação de uma escola que vislumbrava o treinamento de especialistas em Administração Pública.

Como conseqüência dessas relações, na década de 50, criou-se a Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP, através da FGV e, contou com o apoio da Organização das Nações Unidas - ONU e da *United Nations Educational* - UNESCO. Esse convênio possibilitava a manutenção de professores estrangeiros e bolsas de estudo para aperfeiçoamento, no exterior, dos futuros professores.

A Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ, interessou-se em criar uma escola destinada à preparação de administradores de empresas vinculada ao ambiente empresarial, objetivando formar especialistas em técnicas modernas de Administração Empresarial. Como

conseqüência direta, favoreceu, em 1954, a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP, é importante destacar que a FGV optou pela cidade do Rio de Janeiro por considerá-la a capital econômica do país, o âmago da iniciativa privada, com o intuito de atender às expectativas do empresariado. Para sua implantação buscou-se apoio do poder público e da iniciativa privada.

A EAESP e a FGV firmou uma parceria com a *United States Agency for International Development* - USAID e nesta parceria, o governo norte-americano compromete-se em manter uma comissão universitária de especialistas em administração de empresas, junto a esta escola, e por outro lado a FGV enviaria seus docentes para pós-graduação nos Estados Unidos. Como conseqüência, percebe-se uma invasão cultural e econômica americana que irá ganhar mais espaço quando Juscelino Kubitschek assume o governo e as indústrias multinacionais e automobilísticas entram no Brasil. Nesse cenário, a comissão universitária norte-americana irá atuar fornecendo uma forte estrutura acadêmica que lhe permite ocupar uma posição privilegiada dominando o funcionamento dos cursos de Administração, na sociedade brasileira (MARTINS, 1998).

Em 1964 o poder militar passa a governar o Brasil apoiado em atos institucionais. No campo da educação superior, o governo militar, através do Ministério da Educação e Cultura - MEC, firmou acordo com a USAID, pelo qual o país recebeu assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma educacional.

Deste momento em diante desenvolveu-se uma reforma autoritária, que visava associar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico. Nesse momento político do regime militar o governo defronta-se com a limitação de verbas priorizando-se então, a ampliação do ensino superior privado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001).

Em 1968, o ensino superior passou por uma reforma em conformidade com a Lei nº 5.540/68, formulada pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU formado por pessoas escolhidas pelo governo militar e aprovada pelo Congresso, que não se opôs a nada, o que não era de se admirar pois esse mesmo Congresso assistia passivamente as cassações, torturas, perseguições e todas as outras ações características do governo militar brasileiro.

Na década de 70 o ensino superior brasileiro expandiu-se aceleradamente, principalmente longe dos grandes centros urbanos e caracteristicamente privado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001). Esse processo de expansão desobrigava o Estado, em termos financeiros, mas contrariava a tendência à centralização do poder e ao controle político da educação.

Em setembro de 1965 a Lei nº 4.769 regulamenta a atividade do técnico em administração. Criou-se um vasto campo de trabalho para o profissional formado em Administração de Empresas. No ano seguinte, 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do Curso de Administração. Estava institucionalizada no Brasil, a profissão de Técnico em Administração.

É interessante lembrar que a figura do currículo mínimo teve como objetivos iniciais, fora facilitar as transferências entre instituições diversas, garantir qualidade e uniformidade mínimas aos cursos que conduziam a um diploma e exercício profissional.

No final da década de 60, a evolução dos cursos de Administração ocorria vinculada às faculdades isoladas. Essa expansão está relacionada também às transformações acontecidas na área econômica do país (MARTINS, 1998) e pela demanda das elites tradicionais e de candidatos procedentes dos estratos médios e inferiores que, buscavam caminhos de ascensão social e econômica.

Na década de 70, momento em que o Estado pós-ditadura militar abre caminho para a iniciativa privada, os cursos de Administração, favorecidos legalmente, começaram a surgir distantes das universidades, vinculando-se às faculdades isoladas.

Na década seguinte, de 80, acontece uma estagnação no crescimento do sistema educacional superior. Para Tramontim (1999) essa estagnação acontece devido a vários fatores como: a crise econômica, desemprego, fim do sistema do crédito educativo, condições financeiras precárias por parte dos clientes para pagar os curso. Essa década foi marcada pelo desgaste militar, econômico, social e pelos movimentos políticos em prol da democracia. Essa crise atingiu os cursos de Administração que gerou a ociosidade de vagas e o abandono dos cursos.

Após 1985, a expansão do ensino superior e a transformação das faculdades isoladas em universidades geraram outras demandas, levando o governo federal a criar o Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU, mesmo dissolvida prematuramente, ela foi o início para as propostas oficiais da reforma da educação superior que se seguiram.

Surge com a Nova República, a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior - CRNES, que não foi adiante; em 1986 o governo federal criou o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior - GERES, que se propunha a sistematizar as questões legais para uma reforma universitária, porém foi mal sucedido também. Ainda surgiu a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

A Lei nº 9.131, sancionada em 24 de novembro de 1995, propiciou um novo texto da então LDB 4.024/61, conferindo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação a competência para elaborar o projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em 1996 é implantado o Exame Nacional de Cursos - ENC e é aprovada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 que mostra um novo capítulo na história do ensino brasileiro juntamente com a Lei nº 9.131 que institui o Programa Nacional de Avaliação da Educação Superior, essas duas leis definem as linhas fundamentais para a educação superior no país.

Para orientar a elaboração das propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais, o CNE editou os Pareceres nº 776, de 03 de dezembro de 1997 e nº 583/2001, tendo a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) publicado o Edital de 04 de dezembro de 1997, que convoca as IES a realizarem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais e de classe, setor produtivo e outros para sugestões para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, contribuições essas, significativas, a serem sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

Em 2003, a Câmara de Educação Superior de Conselho Nacional de Educação aprovou também, o Parecer CES 067/2003, que contém todo um referencial para as Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação, inclusive para a efetiva compreensão da transição entre o regime anterior e o instituído pela nova LDB 9.394/96 (Lei nº 9.394) que é formada por 15 artigos que direcionam a educação nacional, alinhada com as normas estabelecidas pela Constituição Federal. Os artigos 43 à 57 são específicos do ensino superior (SOUSA, 2006).

No ano de 2005, o Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração de Empresas (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005) a serem contempladas pelas IES em sua organização curricular.

A organização do curso de que trata a Resolução nº 4, expressa através do seu projeto pedagógico, o perfil do discente, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade (opcional da instituição) além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Um assunto abordado nesta Resolução (nº 4) merece destaque que são as Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração que não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não caracterizam-se como uma habilitação, devendo as mesmas constar somente no projeto pedagógico.

Ainda de acordo com a Resolução nº 4, o curso de Administração de Empresas deve possibilitar a formação de um discente que possua a capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observando os níveis graduais do processo de tomada de decisão, para assim desenvolver uma gestão qualitativa e adequada, desvelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações variadas, presentes ou futuras, nos vários campos de atuação do administrador.

A graduação em Administração de Empresas deve propiciar a formação profissional que destaque competências e habilidades como: detectar e definir problemas, buscar soluções,

pensar estrategicamente, sugerir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, delegar e generalizar conhecimentos e exercer o processo da tomada de decisão; desenvolver expressão e comunicação adequadas ao exercício profissional; refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu gerenciamento; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para trabalhar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações entre os fenômenos produtivos, administrativos e de controle, procurando expressar-se de maneira crítica e criativa perante as diferentes situações organizacionais e sociais; ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, desejo para aprender, ser acessível às mudanças e ter consciência da qualidade e das conseqüências éticas do seu exercício profissional; desenvolver capacidade de transferir para o ambiente de trabalho conhecimentos da vida e da experiência do dia-a-dia, revelando-se um profissional adaptável; desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações e desenvolver capacidade para trabalhar em consultorias em gestão e administração, perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

O administrador de empresas deve ser um profissional com domínio conceitual, capacidade empreendedora e responsabilidade social, com capacidade de refletir antes e durante o processo da tomada de decisão que orienta a ação administrativa. Sendo assim, é necessário que o egresso do curso de graduação em administração seja capaz de internalizar valores de Responsabilidade Social Empresarial, justiça e ética profissional; possuir uma formação humanística e visão global que habilite-o a entender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em uma sociedade diversificada e independente; possuir formação técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional, ter capacidade de trabalhar com equipes interdisciplinares e por último ter a compreensão da necessidade do aperfeiçoamento contínuo profissional.

Torna-se necessário, nesse contexto, expor que o curso de Administração de Empresas, como ciência, merece aperfeiçoamento constante. Administração não é um produto acabado, e sim um produto em constante desenvolvimento na criação de novas idéias, que geram frutos e definem novas abordagens, que também sofrem críticas, são aperfeiçoadas, melhoradas e criam novas teorias, sensível as mudanças na sociedade.

Sensíveis a essa complexidade que é o curso de Administração de Empresas, as Diretrizes Curriculares Nacionais expõem que os cursos deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que demonstrem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam as seguintes áreas interligadas de formação:

1. Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticas comportamentais, econômicos e contábeis, como também os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
2. Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
3. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: contemplando pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração;
4. Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do discente.

O sistema de cursos de pós-graduação atualmente impõe-se e difunde-se em muitos países, como também no Brasil, como a conseqüência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, tornando difícil proporcionar treinamento completo e adequado para muitas profissões nos limites dos cursos de graduação. Na verdade, diante do acúmulo de conhecimentos em cada ramo das ciências e da crescente especialização das técnicas, o discente poderá obter, na graduação, os conhecimentos básicos de sua ciência e profissão.

Com os cursos de pós-graduação as universidades ao mesmo tempo em que incentivam a titulação dentro dos seus próprios Quadros funcionais, visando a qualidade acadêmica e científica, contribuem para o aperfeiçoamento dos seus docentes e discentes que irão prestar serviços a comunidade, nas mais diversificadas atividades profissionais ou mesmo incorporar-se a outras IES.

A pós-graduação torna-se, na universidade, cúpula dos estudos, um sistema especial de curso exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é proporcionar ao discente aprofundamento do saber que permita-lhe atingir alto padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquiri-lo apenas com a graduação, tem também como objetivo incentivar a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa.

Sendo assim, um Programa de Pós-graduação em Administração deve valorizar a existência de aspectos inovadores na sua proposta, na metodologia e procedimentos de ensino, isto é, coerência, consistência, abrangência das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento; uma infra-estrutura adequada para o ensino, pesquisa e extensão com atividades inovadoras e diferenciadas de formação de docentes.

Torna-se necessário também que o Programa tenha financiamento ou apoio de entidades externas para o seu desenvolvimento, como agências de fomento de pesquisa (regional, nacional e internacional) e de empresas em geral e que a sua produção tecnológica e técnica tenha importância para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Deve existir também uma preocupação dos impactos do Programa quanto a inserção social (no âmbito educacional, social, cultural, tecnológico e econômico) e a integração e cooperação com outros programas que visam o desenvolvimento da pesquisa.

### **3.3 RSE no Ensino, na Pesquisa e Extensão Universitária**

Se a responsabilidade social empresarial, segundo Wagenberg (2006) é uma resposta da sociedade na busca de soluções para os problemas sociais, a universidade é um ambiente propício para essa discussão, já que a busca de tais soluções não é um compromisso que a universidade pode ou não cumprir, de acordo com Calderón (2005) trata-se de uma obrigação. Sendo assim, formar discentes com responsabilidade social é dispor-se a superar o simples compromisso com a instrução, significa dar um sentido ético ao privilégio de se estar em uma IES. Formar com responsabilidade social é fator imprescindível para provocar o despertar da

consciência dos discentes para o tema e uma atitude importante para combater as ações desencadeadoras dos problemas sociais.

Necessita-se admitir que responsabilidade social não tem local e nem hora para ser praticada. Permeia o sistema educacional todo, e ninguém pode se isentar de trabalhar de maneira coerente com seu conceito e sua disseminação.

Submersas em um cenário de transformações nas mais diversas instâncias de organização da sociedade e que atingem a todos, as IES enfrentam um duplo desafio: por um lado devem atualizar-se e inserir-se nesta nova realidade, revendo suas formas de organização e de relacionamento com seus públicos e dando um novo sentido ao seu papel social e de outro lado entender, interpretar e apontar soluções para os problemas que essas transformações colocam para a sociedade.

Sabe-se que uma das funções da universidade é o ensino, e diante de um contexto mundial com mudanças extremamente aceleradas e rapidez no desenvolvimento tecnológico, impõe-se uma preparação apropriada, para que os futuros profissionais possam garantir um nível de competitividade que permita superar os limites.

A universidade e seus cursos devem ser um centro de aprendizagem a integrar simulações eletrônicas, ensino a distância e personalizado, criando assim uma força em direção a novos níveis de aprendizagem e ao acesso à informação, porém, é preciso destacar que a formação humana é fundamental. É necessário discutir de uma maneira consciente qual o perfil do profissional que a universidade está ajudando a formar. Muito mais que profissionais competentes, sejam administradores, médicos, fonoaudiólogos, precisa-se de cidadãos que tenham valores morais e compromisso social.

No ensino universitário, discute-se e aprofunda-se uma nova definição de sala de aula, que não mais limita-se ao espaço físico, mas que compreende os espaços dentro e fora da universidade, proporcionando ao discente a participação no processo histórico e social.

A universidade, através do ensino, deve estar sensível às mudanças e aos problemas que ocorrem com os grupos sociais com os quais interage, sendo assim um ambiente adequado

para a disseminação de conceitos e ações existentes na sociedade, como é o caso da responsabilidade social empresarial e os cursos de administração de empresas.

Uma das funções da educação superior, o seu importante papel formador dos cursos de graduação, já prioriza também para a formação social, ética e política de seus discentes. As IES devem ter claramente expressas em suas missões a preocupação com a formação dos seus alunos como cidadãos em processo de desenvolvimento, sujeitos históricos capazes de construir um novo conhecimento pautados na responsabilidade social.

Sendo a universidade o ambiente propício para a disseminação dos conceitos e práticas do tema RSE, os cursos de Administração de Empresas devem dentre tantas atividades, ter como objetivos para a concretização dessa disseminação e aplicação, segundo Soares (2006): conhecer os principais autores e obras sobre o tema e a evolução dos conceitos e da percepção dos atores envolvidos, ao longo da sua história; reconhecer e descrever as principais correntes sobre o assunto; conhecer e interpretar a visão dos principais críticos sobre o tema; entender os principais indicadores utilizados para medir o desempenho das empresas envolvidas com o tema. Oliveira (2002) complementa afirmando que, deve trabalhar tanto no ensino, na pesquisa quanto na extensão, com os novos paradigmas da ciência e da educação e a suas metodologias, que consideram relevantes o ser humano, como sujeito da história, da cultura e do conhecimento e suas problemáticas existenciais e sociais. Um dos caminhos para se chegar a desejada excelência acadêmica é aproximar, do ensino de graduação, os avanços da pós-graduação e da pesquisa, favorecendo a integração das partes envolvidas.

De acordo com Soriano (1997) a pesquisa é uma atividade que permite, por um lado, construir cientificamente um problema que está sendo estudado, para fundamentar as hipóteses traçadas previamente, objetivando comprová-las para, num segundo momento, formular leis e teorias, por outro lado, a investigação representa um processo fundamental para despertar a criatividade discente.

O ensino e a pesquisa devem ser atividades interligadas e que se complementam, com o objetivo de melhorar a qualidade das ações universitárias e o desempenho de seus atores. Para tanto é importante que mantenha-se um diálogo maduro e contínuo entre comunidade acadêmica e a sociedade.

É no ambiente universitário, através do ensino e das atividades educacionais, que se tem o momento de capacitação e formação das verdadeiras lideranças intelectuais. Também é neste ambiente que dedica-se ao avanço do conhecimento estimulando os discentes a aprender. Portanto a pesquisa na universidade não é um simples capricho administrativo, é sim, uma atividade essencial para que a educação seja a mais completa possível.

A conexão entre a pesquisa e a educação na universidade deve propiciar momentos de saber que sejam úteis aos discentes no âmbito profissional, pois o seu papel é antes de tudo o de formar bons recursos humanos, isto é, no caso dos cursos de administração de empresas, formar administradores capacitados para trabalhar nas empresas os conceitos aprendidos.

Às universidades, cabe promover todas as maneiras de se ter conhecimento por meio do ensino e aprendizado na graduação e do ensino, aprendizado e pesquisa na pós-graduação. Se na graduação, procura-se formar profissionais competentes para atender às exigências do mercado de trabalho, na pós-graduação a universidade visa à formação de pessoas capacitadas para investigação, bem como a qualificação para as atividades profissionais.

Entretanto, cabe à universidade, pública ou privada, a responsabilidade de produzir conhecimento interativo com os problemas sociais e também que cuide para que esse conhecimento esteja voltado para a melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, cabe aos cursos de administração de empresas, objeto desta pesquisa, desenvolverem conhecimentos sobre temas que são priorizados no mundo empresarial. Nesse sentido torna-se interessante observar como o tema Responsabilidade Social Empresarial é abordado nas universidades. Como formar discentes de modo a estarem aptos às mudanças no mundo empresarial? Como minimizar as diferenças entre o discurso e a prática? Nesse sentido, a aprendizagem e competência são duas faces para uma política de ensino e formação que busca soluções para os problemas, sendo um desafio constante para as universidades. Acredita-se que, ao estabelecer em sua política de ensino, as universidades procuram compreender os saberes e as competências requeridas pelo mundo do trabalho e oferecer um ensino de qualidade, direcionando as atividades do processo ensino-aprendizagem para a formação de um profissional com pleno domínio dos fundamentos da sua área de conhecimento, com competência para se apropriar das inovações, interagir com a tecnologia, bem como participar como cidadão na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Acredita-se que para a formação do profissional-cidadão é importante sua interação efetiva com a sociedade, seja para situar-se historicamente, para identificar-se culturalmente ou para tomar como referência para sua formação os problemas que futuramente irá defrontar-se. A Extensão compreendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação desse profissional-cidadão.

Sendo a Extensão um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Deve ser pensada como uma maneira de colocar-se em prática o que se aprendeu, detectar suas carências e procurar superá-las através do ensino, ou como forma de desenvolver atividades de pesquisa para solucionar problemas, além de aproximar-se da sociedade de uma maneira mais intensa e direta.

Tendo como propósito interagir com a sociedade, a Extensão deve ser o caminho no qual exercita-se o papel não só de estudante, como também de pesquisador e profissional, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem no trabalho acadêmico.

Destaca-se atualmente que a sociedade clama por iniciativas de ensino, de pesquisa e de extensão que envolva o tema Responsabilidade Social Empresarial sendo um desafio a adoção de uma nova postura em relação ao ato de ensinar, pois muito mais importante que repassar conhecimento é desenvolver no discente a capacidade de aprender de maneira crítica e reflexiva.

Não se deve mais continuar formando indivíduos apenas para o trabalho e o lucro. Torna-se necessário oferecer uma formação global, isto é, educar não somente para o trabalho, mas também para o estudo, para as satisfações e necessidades mais essenciais do homem como o convívio e a solidariedade, significa dizer formá-lo em toda a sua amplitude de homem econômico, social e ético. Uma educação para o desenvolvimento, que possa capacitá-lo continuamente, criando condições para que o educando desenvolva sua criatividade e o senso de observação, tornando-se uma pessoa e um profissional mais produtivo e responsável.

Nesse novo cenário surge, como consequência aos apelos da sociedade, ações voltadas para tal, como é o exemplo do Instituto Ethos (2007) que criou o Prêmio Ethos-Valor Concurso para Professores e Estudantes Universitários sobre Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável. Esse prêmio visa incentivar e aprofundar o debate sobre esses temas na comunidade acadêmica, envolvendo docentes e discentes de todo o Brasil e oferecer soluções educacionais para o meio empresarial nos temas, vinculadas à gestão estratégica e operacional das empresas, atuando em parceria com a comunidade acadêmica, que desempenha papel fundamental na capacitação e formação dos gestores da empresa.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa é uma atividade que busca solucionar problemas ou dúvidas, através do emprego de métodos científicos (CERVO; BERVIAN, 2002). Prossegue Vergara (2005, p. 266) afirmando que pesquisa é:

Um processo de aprendizagem permanente. O pesquisador é sempre um aprendiz. É a humildade intelectual que deve ser própria de um aprendiz que mitiga suas hesitações e suas incertezas, e que fecunda suas interpretações e reflexões acerca do objeto de estudo, face a teoria que o orientou e ao método que utilizou.

O método existe para ajudar a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas, um esforço para se atingir um objetivo. Segundo Chauí (1994) significa uma investigação que segue um modo planejado e determinado para se conhecer algo, já Marconi e Lakatos (2000, p. 46) definem-no como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Segundo Vergara (2005, p. 9) teoria e o método são interdependentes, juntos buscam realizar o objetivo da pesquisa, “seja-o descrever, explicar, descobrir, compreender, prever determinado fenômeno”. Ainda segundo Vergara (2005, p. 9) “método é a intervenção do pesquisador, sua atividade mental consciente para realizar o papel cognitivo da teoria”, ele também aproxima o pesquisador do fenômeno estudado.

Este capítulo busca apresentar o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados nesta pesquisa com as respectivas fundamentações teóricas e recortes necessários ao enfrentamento da realidade. Para tanto, autores como Triviños (1987), Lakatos (1987), Mattar (2000), Alves-Mazzotti e Gweandsznajder (2002), Minayo (2004), Vergara (2005), dentre outros, foram fundamentais nestas reflexões.

## 4.1 A Pesquisa

### 4.1.1 Quanto à Natureza

De acordo com Triviños (1987) foi por volta dos anos 70 que surgiu nos países da América Latina interesse pelos aspectos qualitativos das pesquisas, o avanço dessas idéias facilitou o embate de perspectivas distintas de entender a realidade. Ainda segundo Triviños (1987, p. 116) “Frente à atitude tradicional positivista de aplicar ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios e métodos das ciências naturais, começaram a elaborar-se programas de tendências qualitativas”.

Ainda segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa ressalta a importância do ambiente na configuração da personalidade, de problemas e de situações de existência do sujeito, e tem como uma de suas postulações a atenção preferencial pelos pressupostos próprios que alimentam a existência das pessoas.

O método qualitativo para Oliveira (1989, p. 117) significa que:

Possui a facilidade de poder descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1993, p. 21), isto é, trabalha-se com o mundo dos significados, aspirações, valores, atitudes, o que significa um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos, colocando-se como atividade central a “compreensão da realidade humana vivida socialmente” (MINAYO, 1993, p. 23), ajuda o pesquisador a identificar questões e compreender a sua importância e é especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas idéias.

Para atender à proposta deste estudo utilizou-se, predominantemente o método qualitativo, não só pela natureza da temática estudada, como também pela necessidade de identificar detalhadamente a relação entre as universidades públicas e a privada com o tema Responsabilidade Social Empresarial, bem como o relacionamento interno existente nessas instituições diante do assunto pesquisado. Consoante a recomendação de Alves-Mazzotti e Gweandsznajder (2002) considera-se esse método qualitativo, pois parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um significado que não se dá de imediato, precisando ser desvelado. O enfoque qualitativo de acordo com Triviños (1987) permite ao pesquisador ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo, isto é, a opção por uma abordagem qualitativa deve-se a busca da adequação das técnicas de investigação ao objeto e ao objetivo do estudo, bem como ao contexto da pesquisa. Se conceber o pesquisado como um sujeito dotado de necessidades, motivos, desejos etc., que nem sempre são conscientes, mas que influenciam nas ações, atitudes, precisa-se então adotar técnicas de coletas de dados e análises de dados que propiciem vencer as barreiras do inconsciente.

#### **4.1.2 Quanto aos Objetivos**

Triviños (1987) classifica a pesquisa quanto aos objetivos em exploratórias, descritivas e explicativas, assim como Mattar (2000), Malhotra (2001) e Vergara (2004). Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório, uma vez que, não obstante a RSE seja uma temática discutida no mundo contemporâneo, não se verificou ainda a existência de trabalhos que estudem o tema pelo ponto de vista abordado nessa pesquisa.

A presente pesquisa propõe-se a investigar a disseminação e aplicação dos conceitos e práticas de RSE nos cursos de Administração de Empresas das Universidades do município de Fortaleza, sendo assim, é pertinente classificá-la como uma pesquisa exploratória, pois permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema (TRIVIÑOS, 1987), isto é, tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou talvez obter uma outra percepção do mesmo ou vir a descobrir novidades.

### **4.1.3 Delineamento da Pesquisa: tipologia**

Quanto ao delineamento, o trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica, descritiva e documental. Numa primeira etapa do estudo exploratório, partiu-se de uma revisão da literatura em torno dos temas específicos em que está inserido o trabalho, na coleta dos dados secundários, fez-se uso de material acessível ao público, compreendendo livros, dissertações, revistas especializadas, artigos publicados em revistas e encontros acadêmicos e *websites* institucionais e de pesquisa, de modo a se formar um delineamento do objeto de estudo e a construção do seu marco teórico.

#### **4.1.3.1 Pesquisa Bibliográfica**

De acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 183) a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com todo material (escrito, filmado etc.) sobre o assunto (LAKATOS; MARCONI, 1991). Para esse estudo utilizou-se como fonte de pesquisa livros, dissertações, teses, artigos científicos que serviram para orientar e expandir discussões teóricas sobre o tema abordado.

Dentre os vários autores cuja produção científica utilizou-se para a formulação do arcabouço teórico que serviu como alicerce para a investigação, pode-se citar as contribuições de: Carroll e Torres (1999), Teodósio e Nadas (2000), Ashley, Freire, Melo Neto e Froes (2002), Mueller e Rays (2003), Furlani e Todorv (2005), Calderón, Kliksberg, Soares, Vallayes e Wangenber (2006), que com seus trabalhos sobre Responsabilidade Social Empresarial e Universitária propiciaram momentos de reflexão importantes para a pesquisa.

#### **4.1.3.2 Pesquisa Documental**

A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 174) é uma “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

A pesquisa documental valeu-se de consulta a documentos como a legislação específica das IES, os Planos Pedagógicos dos cursos de Administração de Empresas das universidades, as grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação desses cursos com suas ementas, as linhas de pesquisa das pós-graduações ou pró-reitorias e os projetos desenvolvidos no âmbito da extensão.

#### **4.1.3.3 Estudo de Caso Múltiplo**

Triviños (1991, p. 133) define Estudo de Caso como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” e segundo Yin (2001, p. 21) “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. A importância do estudo de caso, ainda segundo Triviños (1987), existe por fornecer conhecimento sobre uma ou poucas unidades analisadas em profundidade. Trata-se de um método que, mais do que outros utilizados na pesquisa qualitativa, requer-se maior severidade na objetivação, originalidade, coerência e consistência das idéias.

Sendo assim, nesse trabalho, em que se estuda como os cursos de Administração de Empresas nas universidades do município de Fortaleza disseminam e aplicam os conceitos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial, percebe-se o que Schramm (apud YIN, 2001, p. 31) define como sendo “a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram implementadas e com quais resultados”.

Orientando-se por Yin (2005, p. 25), escolheu-se o estudo de caso principalmente em função das questões de pesquisa se caracterizarem, predominantemente, como perguntas dos

tipos “Como?” e “Por quê?”, não podendo ser encaradas como meras repetições ou incidências, uma vez que o objetivo do estudo é investigar relações, percepções e significados. Levou-se em conta igualmente a abrangência do controle sobre eventos comportamentais, o que também conduziu a pesquisadora à mesma escolha, porquanto não tem domínio sobre esses eventos. Por último, como o estudo versa sobre acontecimentos contemporâneos, ficou validada a escolha do método, considerando-se ainda a sua capacidade de lidar com uma variedade de evidências, tais como documentos, entrevistas semi-estruturadas, e outros.

Por último, e ainda seguindo-se orientação de Yin (2005), entendeu-se tratar de um estudo de caso incorporado, que ocorre quando o “estudo de caso pode envolver mais de uma unidade de análise” (YIN, 2005, p. 64). Esse fato acontece quando, dentro de um estudo de caso, se dá atenção a uma ou mais sub-unidades.

## **4.2 Unidades de Análise**

Para os objetivos deste trabalho constatou-se ser interessante pesquisar as universidades, ao evidenciar-se o seu papel social e as suas ações em função da sociedade e que como tal desenvolvem seus trabalhos alicerçados na tríade universitária - ensino, pesquisa e extensão. Tríade esta, característica das universidades, por isso a necessidade de uma reflexão mais detalhada sobre o papel específico que ocupam dentro do assunto Responsabilidade Social Empresarial e como os cursos de Administração de Empresas têm desenvolvido esse tema na tríade de atividades, já que essa nova função da empresa tem que ter sido trabalhada desde a formação universitária do profissional.

A determinação do município de Fortaleza como limite geográfico da pesquisa, dá-se em função do critério da conveniência descrito por Gil (1996), no qual o pesquisador pode limitar seu estudo em função de sua facilidade de acesso a esse universo de pesquisa. A determinação das universidades foi baseada também no critério da conveniência e em razão dessas instituições estarem no município de Fortaleza há mais de duas décadas. Existem no município de Fortaleza três universidades, sendo duas públicas (estadual e federal) e uma

privada. Foram analisadas as ações desenvolvidas no âmbito do ensino (disciplinas de graduação e pós-graduação), pesquisa (produções dos cursos de graduação e pós-graduação) e extensão (atividades) dos cursos de Administração de Empresas.

Os cursos de Administração de Empresas do Município de Fortaleza, guardando as devidas restrições para cada, possuem em comum a característica de terem surgido em consequência do desenvolvimento econômico do estado.

Segundo Forte (2005), em Fortaleza, os estudos da Administração datam do final dos anos 30, quando criou-se em 1938 a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. No ano seguinte inicia-se o Curso Superior de Administração e Finanças, sendo extinto em 1945. Já em 1952 o Governo Federal reconhece os cursos superiores da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará que posteriormente são agregados à Universidade Federal do Ceará. Na década de 70 funciona o primeiro semestre letivo do curso da Administração. Mais adiante expõe-se o cenário atual das universidades e seus cursos de Administração em Fortaleza.

#### **4.2.1 Sub-unidades de Análise**

Este trabalho trata-se de um estudo de caso múltiplo incorporado, que a partir do referencial teórico, foram construídas três categorias de análise: A concepção de Responsabilidade Social Empresarial - RSE e Responsabilidade Social Universitária - RSU; O papel da Universidade na disseminação da RSE e Os assuntos e práticas de RSE abordados na tríade universitária. Tendo-se como sub-unidades de análises as atividades desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão da Universidade Federal do Ceará; Universidade Estadual do Ceará e Universidade de Fortaleza.

### **4.3 Fontes e Instrumentos de Coleta de Dados Primários e Secundários**

Segundo Mattar (1999), as pesquisas podem ser classificadas em dois principais grupos: primárias e secundárias. Os primários são os dados que não foram antes coletados, estando

ainda sob a responsabilidade dos pesquisados, e que são coletados com o objetivo de suprir necessidades específicas, os secundários são aqueles já coletados com outros propósitos, que estão catalogados e a disposição dos pesquisadores, podendo servir como apoio para a interpretação dos dados.

Compreendendo mais de uma sub-unidade de análise, examinou-se os fenômenos específicos em seus detalhes operacionais, optou-se por utilizar fontes diversas de coleta de dados. Para a consecução do estudo, os dados primários foram coletados utilizando-se como fontes de evidências a entrevista semi-estruturada. Para os secundários: pesquisa bibliográfica e documental (Projetos Pedagógicos dos cursos de Administração das universidades, as grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação de administração de empresas, as linhas de pesquisa das pós-graduações, as ementas das disciplinas e os projetos de Extensão).

Iniciou-se o trabalho com as pesquisas bibliográfica e documental e o uso da entrevista semi-estruturada, porque segundo Triviños (1987, p. 146) “[...] esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” e tendo em vista a adoção da estratégia de estudo de caso, compreendida como a mais adequada, que tem como maior diferencial, na visão de Yin (2001, p. 26), “[...] a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências”, por isso a opção pela utilização de mais de uma fonte na realização da coleta de dados.

A utilização de uma variedade de recursos de pesquisa, como assegura Triviños (1987), permite a aplicação da técnica da triangulação que tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. De acordo Yin (2005) com a triangulação o pesquisador também pode se dedicar ao problema em potencial da validade do construto, uma vez que varias fontes de evidencias fornecem essencialmente avaliações diversas do mesmo fenômeno. O método da triangulação auxilia no aumento da fidedignidade dos resultados encontrados, uma vez que fundamenta-se na possibilidade de se compensarem as deficiências potenciais de um método específico com as vantagens de outro método de coleta.

#### 4.4 Procedimentos de Coletas de Dados: métodos e técnicas

Lakatos (1991) ressalta pesquisa bibliográfica como advinda de fontes secundárias, também conhecida como documentação indireta, que abrange a bibliografia colocada à disposição do domínio público relacionada ao tema sob estudo, sob as mais variadas formas, cujo objetivo maior é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou firmado sobre determinado assunto.

Na primeira etapa para a coleta de dados para a presente dissertação, além de livros, teses, dissertações e revistas, foram utilizados subsídios obtidos em *sites* e congressos, que contribuíram para identificar e ampliar as discussões teóricas sobre Responsabilidade Social Empresarial e Universitária.

Pela sua essencialidade na produção de informações fez-se uso da entrevista, que para Yin (2001), possui destaque para esse método. Dentre as diversas modalidades existentes, as entrevistas semi-estruturadas, que Minayo (2000, p. 57) define como sendo um “[...] meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”, em virtude da grande probabilidade que apresentam de estimular a espontaneidade do entrevistado, beneficiando a expressão de seus pontos de vista, do que em um modelo de questionamento mais rígido, têm sido cada vez mais utilizadas (FLICK, 2004).

Nesse sentido, com base no referencial teórico que erigiu-se ao longo da construção deste trabalho de pesquisa, foram definidos os questionamentos necessários à elaboração do roteiro da entrevista, instrumento que prestou-se à obtenção das respostas por meio das quais foram analisados os dados que colaboram para o alcance dos objetivos gerais e específicos desta proposta (conforme Anexo A).

Para essa etapa das entrevistas, entra-se em contato via telefone com os coordenadores e diretores de núcleos dos cursos de administração de empresas das três universidades em Fortaleza propostas nessa pesquisa, desejando-se um agendamento futuro para a possibilidade de entrevista.

Em um segundo momento, um contato com os Vice-reitores e Pró-Reitores de Extensão, os coordenadores, chefes e diretores dos cursos de graduação e pós-graduação das universidades, objetivando-se identificar como a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se faz presente nas ações de ensino, pesquisa e extensão das universidades.

#### **4.5 Categorias de Análise: método de análise de conteúdo**

Para Bardin (1977) a categorização é uma ação que classifica elementos constitutivos de um conjunto, através da diferenciação e, conseqüentemente, por reagrupamento segundo o gênero, tendo os critérios definidos anteriormente, exigindo do pesquisador, primeiro a interseção existente entre os elementos que serão classificados por categorias.

Para esta pesquisa, construiu-se a partir do referencial teórico, as seguintes categorias de análise: a concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária; O papel das Universidades na disseminação da RSE e Assuntos e práticas de RSE privilegiados no ensino, na pesquisa e na extensão universitária.

Cada uma dessas categorias divide-se, respectivamente, em duas, três e quatro subtópicos, a saber: na primeira categoria de análise, foi objeto de investigação a concepção da universidade sobre Responsabilidade Social Empresarial e Universitária.

Na segunda categoria, sobre o papel da universidade na disseminação da Responsabilidade Social Empresarial, foram indagados a respeito dos conceitos de RSE disseminados no ensino de graduação, no ensino de pós-graduação e nos eventos sobre RSE.

Na terceira e última categoria, procurou-se investigar sobre os assuntos e práticas de RSE na tríade universitária. As formas de disseminação do tema no ensino de graduação, no ensino de pós-graduação, na Pesquisa e na Extensão universitária.

A seguir, o Quadro 6, sintetiza todas as categorias aqui apresentadas.

1 A Concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária
1.1 A Instituição e a Responsabilidade Social Empresarial. 1.2 A Instituição e a Responsabilidade Social Universitária.
2 O papel da Universidade na disseminação da Responsabilidade Social Empresarial
2.1 Os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial no ensino de graduação. 2.2 Os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial no ensino de pós - graduação. 2.3 Os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial em eventos sobre Responsabilidade Social Empresarial.
3 Assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial no ensino, na pesquisa e na extensão.
3.1 Assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial no ensino de graduação. 3.2 Assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial no ensino de pós - graduação. 3.3 Assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial na pesquisa. 3.4 Assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial na Extensão.

Quadro 6 – Categorias de análise. Fonte: Elaborado pela autora (2007).

## **5 RESULTADOS DO ESTUDO**

Neste capítulo serão apresentados os dados colhidos nas entrevistas (através de roteiro semi-estruturado, conforme Anexos A e B) com os coordenadores dos cursos de administração de empresas na graduação e pós-graduação *stricto sensu*, assim como os vice-reitores ou pró-reitores de Extensão e de Pesquisa das três universidades de Fortaleza.

A análise dos dados das entrevistas será complementada com dados documentais visando o alcance dos objetivos geral e específicos.

Inicialmente, pretende-se fornecer um breve histórico de cada universidade descrevendo sua estrutura organizacional e depois sobre sua conduta em relação ao tema Responsabilidade Social Empresarial.

Posteriormente, passa-se para a análise dos resultados propriamente ditos, com base nas categorias de análise do Quadro 5.

### **5.1 Caracterização das Universidades Pesquisadas**

A pesquisa contempla as universidades com campus no município de Fortaleza. A seguir serão apresentadas as três unidades estudadas nesse trabalho, Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade de Fortaleza - UNIFOR e Universidade Estadual do Ceará - UECE.

#### **5.1.1 Universidade Federal do Ceará - UFC**

De um sonho até tornar-se realidade, a Universidade Federal do Ceará - UFC foi peça de destaque de uma luta de mais de uma década, que envolveu vários segmentos da sociedade

cearense. O primeiro personagem de destaque desse sonho foi o médico Antônio Xavier de Oliveira, que em 1944 encaminhou ao Ministério da Educação e Saúde relatório sobre a necessidade de federalizar a Faculdade de Direito e criar uma universidade com sede em Fortaleza (CARVALHO, 2002).

Três anos depois, outra personalidade cearense engaja-se nessa luta, o professor Antonio Martins Filho, transforma-a em um movimento de opinião pública, apoiada pelo Ministro da Educação Clemente Mariano, que através do ministério, elaborou o anteprojeto da universidade. Essa luta durou mais seis anos, até que, em 1953 o então ministro da Educação, Antonio Balbino de Carvalho, recebeu Martins Filho e anunciou que a universidade seria instalada no ano seguinte. Em 1954 o Presidente Café Filho sancionou a lei que criava a Universidade do Ceará.

A Universidade Federal do Ceará foi criada durante o processo de industrialização do estado, pela Lei nº 2.373 de 16 de dezembro de 1954 e instalada em 25 de junho de 1955, localizada em uma residência tradicional no bairro do Benfica, onde atualmente funciona a Reitoria e a Administração Central e está em processo de escolha para o novo reitor que irá substituir o prof. René Teixeira Barreira que aceitou o convite do atual governador do Estado do Ceará para ser Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado, tendo o prof. Ícaro de Souza Moreira como Vice-Reitor.

A Universidade Federal do Ceará - UFC possui seis Pró-Reitorias, assim divididas:

1. Pró-Reitoria de Administração – responsável pela fixação de normas e diretrizes de administração tendo como competência dirigir e controlar as atividades nas áreas de material, patrimônio, comunicações, arquivo, contabilidade e finanças; subordinados a esta Pró-Reitoria estão o Departamento de Contabilidade e Finanças e o Departamento de Administração;
2. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – atua como gestora das políticas de assistência estudantil da UFC. Atende as concepções mais avançadas acerca do papel da Universidade na sociedade contemporânea, volta-se para o objetivo mais amplo da construção da cidadania nos diversos segmentos que compõem a comunidade universitária, o seu trabalho consiste em incentivar, apoiar e acompanhar o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de toda sua vida acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, cultural,

- técnico-científica, esportiva e política; sob a sua estrutura e subordinação estão a Coordenadoria do Restaurante Universitário, Coordenadoria de Assistência Comunitária e a Coordenadoria de Educação Física;
3. Pró-Reitoria de Extensão – responsável por promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades extensionistas da UFC. A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, fortalecendo e criando as condições ideais para um relacionamento transformador entre a universidade e a sociedade, sua estrutura possui quatro Coordenadorias, que são: de Ação Social e Comunitária, de Desenvolvimento Regional, de Integração Universidade - Movimentos Sociais e de Integração Universidade - Setor Produtivo;
  4. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRP/PG é o órgão executivo da administração superior, tem por finalidade programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de pesquisa, pós-graduação e de capacitação de recursos humanos, para tanto, desenvolve ações no plano interno, junto a comunidade acadêmica e aos setores administrativos da universidade, e no externo, junto a segmentos representativos da sociedade, incluindo instituições públicas e privadas, autoridades governamentais, e agências de fomento à pesquisa e ao ensino, na sua estrutura tem a Coordenadoria de Ensino de Pós-graduação, Coordenadoria de Pesquisa e a Coordenadoria de Capacitação de Recursos Humanos. Atualmente a UFC oferece 35 cursos de especialização, 48 mestrados e 18 Doutorados;
  5. Pró-Reitoria de Planejamento – responsável por dirigir as atividades relativas à elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento, modernização administrativa, estatística e informática. Possui sob a sua estrutura a Coordenadoria de Planejamento Operativo, Coordenadoria de Modernização Administrativa e a Coordenadoria de Análise Institucional e Avaliação;
  6. Pró-Reitoria de Graduação – é o órgão central do sistema acadêmico da universidade, sendo responsável por programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes ao ensino de graduação: estrutura de currículos e cursos, ingresso na universidade e controle da vida escolar do discente.

A Universidade Federal do Ceará conta também com o Instituto de Ciências do Mar - LABOMAR, criado no início dos anos 60 (06/12/1960), que caracteriza-se por ser uma instituição multidisciplinar, voltada para a pesquisa, ensino e extensão em Ciências do Mar.

A Universidade Federal do Ceará possui 47 cursos de graduação, distribuída nas seguintes áreas: Centro de Humanidades; Centro de Ciências Agrárias; Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem; Faculdade de Medicina; Centro de Tecnologia; Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade (FEAAC) e Centro de Ciências, quanto aos cursos de Pós-Graduação, são mais de cem cursos ofertados, divididos em especializações, mestrados (profissionais e acadêmicos) e doutorados.

Foram 25 anos para que a Universidade Federal do Ceará incorporasse em seu Quadro de cursos de graduação o curso de Administração de Empresas, tal fato foi consequência das contingências sociais, no período da recessão econômica quando os gestores da universidade, instalaram a Faculdade de Administração dentro da Faculdade de Economia ofertando 40 vagas no curso diurno e só a partir de 1997 que passou-se a oferecer também 40 vagas no curso noturno (CARVALHO, 2002). Atualmente existe um vestibular anual para os dois semestres letivos.

À frente da Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade (FEAAC) está como diretora a sra. Maria Náíula M. Pessoa, o vice-diretor o sr. Augusto César de Aquino, como coordenador do curso de Administração de Empresas o prof. Odilardo Viana de Avelar Jr e como chefe do departamento de Administração o sr. Eduardo Ellery. No curso de Administração de Empresas o número de discentes está em torno de 1600, torna-se interessante também explicar que esta universidade possui o curso de administração de empresas na modalidade de educação à distância, com aproximadamente 350 alunos.

O Mestrado Profissional em Administração - MPA, iniciou suas atividades no ano de 2003 e é desenvolvido em parceria com a Associação Cearense de Estudos e Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis (ACEP) e tem como principais subáreas de especialização Recursos Humanos e Marketing. Já os cursos de especialização são fruto de um convênio entre a UFC e a Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), e abrange duas áreas de conhecimento que são Administração da Qualidade e Administração de Recursos Humanos.

### 5.1.2 Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Com o desenvolvimento industrial e a pretensão dos governos do regime militar em favorecer a expansão do ensino superior e, com a crescente demanda de vagas para as universidades devido a ampliação dos setores médios da população no fim da década de 60 e com a migração de muitos jovens cearenses para outros estados em busca de vagas nas instituições de ensino superior, o empresário Edson Queiroz passa a estudar alternativas para criar uma Fundação.

No início da década de 70, encaminhou-se ao Ministério da Educação o pedido de autorização de funcionamento da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, aprovado em 12 de setembro de 1972 pelo Conselho Federal de Educação. Em tempo recorde, a UNFOR realiza seu primeiro vestibular em 1973. Os primeiros alunos assistiram sua aula inaugural no dia 21 de março de 1973.

Atualmente a organização administrativa da UNIFOR está assim distribuída: chanceler Dr. Airton José Vidal Queiroz, o prof. Carlos Alberto Batista M. de Souza como Reitor, e três Vice-Reitorias e cinco Centros com suas respectivas coordenações.

As Vice-Reitorias da Universidade de Fortaleza estão assim divididas:

1. Vice-Reitoria de Ensino de Graduação – Vice-Reitor prof. Wilhelmus Jacobs Absil;
2. Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Vice-Reitor prof. José Antonio Carlos O. D. Morano. É responsável pelos Núcleos de Pesquisa de cada um dos Centro de Ciências que orienta as políticas de pesquisa e linhas de ação que são estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. Vice-Reitoria de Extensão e Comunidade Universitária – Vice-Reitor prof. Randal Martins Pompeu.

A UNIFOR oferece 31 cursos de graduação nas áreas de Ciências da Saúde, Humanas, Administrativas, Jurídicas e Tecnológicas, cujas atividades são coordenadas por cinco Centros, que são: Centro de Ciências Administrativas; Humanas; Ciências da Saúde, Ciências Tecnológicas e Centro de Ciências Jurídicas, realizando anualmente dois vestibulares. A

Universidade é filiada a vários organismos nacionais e internacionais, os quais viabilizam projetos que beneficiam a sua comunidade acadêmica (CARVALHO, 2002).

O curso de Administração de Empresas da UNIFOR, iniciou suas atividades em 1973 e contava apenas com 80 alunos, mas, trinta anos depois já era classificado como o segundo maior curso da universidade; atualmente possui mais de 1.800 alunos matriculados.

A gestão do Centro de Ciências Administrativas - CCA, tem como diretor o prof. José Martônio A. Coelho, a profa. Msc. Ileuda Carvalho como coordenadora do curso de Administração de Empresas e o prof. Dr. Sergio Forte como coordenador do Mestrado Acadêmico em Administração.

O curso de Administração de Empresas que é vinculado ao CCA, criou o Núcleo de Ações Estratégicas - NAE que tem como objetivo intensificar a inserção dos cursos do CCA na sociedade empresarial.

A Pós-Graduação da universidade é representada pelos cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos de Pós-Graduação, *stricto sensu*, estão alicerçados na busca da operacionalização e formação de nível mais avançado, estruturado de modo a atender não só às necessidades da universidade, como também colaborar com os setores industriais, comerciais, serviços públicos e outras IES da região, viabilizando convênios com outras instituições do país e do exterior (CARVALHO, 2002).

Em 1995, foi inaugurado o primeiro curso *stricto sensu* da instituição: o Mestrado Acadêmico em Administração de Empresas - CMA, que visa a preparação de recursos humanos com um alto padrão de qualidade, através de atividades integradas de ensino e pesquisa interdisciplinares, para o exercício profissional e acadêmico na área de Administração Geral, visa também, complementar, desenvolver e aprofundar o conhecimento adquirido em nível de graduação com área de concentração em Estratégia e Gestão Organizacional e linhas de pesquisa em Estratégia Empresarial e Gestão Pública Social e Ambiental.

### 5.1.3 Universidade Estadual do Ceará - UECE

O ponto inicial da Universidade Estadual do Ceará foi a criação da Fundação Educacional do Ceará - FUNEDUCE, através da Lei nº 9.753 de 18 de outubro de 1973. O primeiro curso de Administração do estado foi criado em 1960, autorizado pelo Decreto nº 49.528/60, com habilitação em Administração Pública e, somente em 1968 foi criado o curso de Administração de Empresas.

Diferentemente dos outros cursos, a Escola de Administração do Ceará - EAC iniciou na categoria de instituição isolada, para suprir a carência econômica e social surgida em torno da necessidade dos órgãos públicos estruturarem-se para dar suporte ao processo de industrialização do estado. A partir desse cenário nasce o primeiro curso de Administração Pública. Após três anos que o curso de Administração Pública é reconhecido, cria-se o curso de Administração de Empresas.

Atualmente a Universidade Estadual do Ceará - UECE, tem como Reitor o prof. Jader Onofre de Moraes e Vice-Reitor o prof. João Nogueira Mota, com as seguintes Pró-Reitorias:

1. Pró-Reitoria de Políticas Estudantis – exerce o papel de apoio institucional às políticas sociais voltadas para a promoção e formação do aluno. Nessa perspectiva busca ampliação dos campos de intervenção e atuação dos alunos na UECE. Subordinadas a ela estão o Núcleo de Políticas Estudantis, o Núcleo de Assistência Comunitária, Núcleos de Políticas Culturais e o Núcleo de Ação Comunitária e de Inclusão Social;
2. Pró-Reitoria de Extensão – a Extensão Universitária é definida pela Instituição como o processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. São subordinados a esta Pró-Reitoria o Núcleo de Ação Comunitária, o Núcleo de Ação Cultural e o Núcleo de Ação Tecnológica;
3. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – é de sua competência planejar, coordenar e acompanhar a implementação das políticas de pesquisa e pós-graduação da Universidade. Os Núcleos subordinados a ela são: Assessoria de Articulação Institucional e Convênios, Comitê de Ética em Pesquisa, Comissão de Pesquisa, Câmara de Líderes de Grupos de Pesquisa, Comissão de Ensino de Pós-Graduação, Câmara de Coord. de Cursos de Pós-

Graduação *Stricto Sensu*, Câmara de Coord. de Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, Núcleo de Ensino de Pós-Graduação e Núcleo de Pesquisa;

4. Pró-Reitoria de Graduação – compete planejar, coordenar e acompanhar a implementação das políticas de formação superior no plano de curso seqüencial superior de formação específica e de graduação da Instituição, objetivando o aperfeiçoamento dos processos de formação acadêmica. São subordinados a esta Pró-Reitoria: o Núcleo de Assessoria de Legislação, Núcleo de Ensino e Graduação, Núcleo de Controle de Sistemas e Núcleo Técnico Pedagógico;
5. Pró-Reitoria de Planejamento – é responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades de planejamento e avaliação institucional da Universidade. Os Núcleos que são subordinados a ela são: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, Núcleo de Custos, Orçamento e Projetos - NUCOP, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Avaliação - NEPA, Núcleo de Estatísticas e Informações - NECLEI.

Para a UECE as atividades de Extensão poderão ser desenvolvidas através de:

1. Programas: seria o conjunto de Projetos executados de forma articulada e interdisciplinar para a consecução de um objetivo comum;
2. Projetos: entende-se por ser um conjunto de ações desenvolvidas de forma contínua para a realização de objetivos específicos;
3. Eventos: são as ações eventuais ofertadas pela Instituição com o objetivo de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos e técnicas. Exemplos: cursos, seminários, conferências, mesas redondas, promoção de Educação Física e Esportes e outros.

As atividades de Extensão da UECE são executadas de acordo com a sua política e são orientadas pelos seguintes princípios: procurar integração da Universidade com a comunidade local e regional; favorecer a integração Ensino-Pesquisa-Extensão; buscar a interdisciplinaridade como maneira de solucionar os problemas da comunidade de forma eficaz; estabelecer parcerias plurianuais objetivando obter o tempo necessário para execução e avaliação das ações de forma a torna-las eficazes no cumprimento de suas metas e prever o método a ser utilizado para observar se os objetivos propostos foram alcançados e garantir a participação da comunidade nessa avaliação.

A UECE possui cinco Centros: Centro de Ciências e Saúde, de Ciências e Tecnologia, de Ciências Sociais Aplicadas (CESA), de Humanidade e de Educação, seis faculdades e dois *campus* avançados que juntos contemplam a sociedade com 61 cursos de graduação, 01 Doutorado, 20 cursos de pós-graduação em nível de mestrado e 46 cursos em nível de especializações.

O curso de Administração de Empresas da UECE oferece 120 vagas por semestre, sendo 80 diurnas e 40 noturnas, atualmente possui matriculados mais de 1500 alunos no curso de Administração de Empresas, tem a Profa. Maria da Conceição Pio como atual diretora do CESA e o seu Vice-diretor é o prof. Edílson Barros Pessoa e como coordenadora do curso de Administração de Empresas está a profa. Adriana T. Bastos.

Para dar suporte aos cursos de graduação e pós-graduação, foi criado o Departamento de Pesquisa, que tem como objetivo possibilitar a estudantes com destaque acadêmico, tanto na graduação quanto na pós-graduação, a aquisição de treinamento especializado, participando de grupos de pesquisa qualificados.

Os cursos de Especialização da UECE têm como objetivo desenvolver, aprofundar, reciclar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação, como também oferecer qualificação especializada aos profissionais de serviços ou pré-qualificação para Mestrado e Doutorado, bem como estimular a criação científica e preparar docentes e outros profissionais, sem perder o sentido da realidade regional, enfatizando abordagem teórica e duração limitada.

O Programa de Doutorado e os cursos de Mestrados, acadêmicos ou profissionais da UECE, têm como objetivo primordial a formação de pessoal qualificado para as atividades ao magistério superior e a pesquisa científica.

A universidade possui cursos próprios de mestrado, o acadêmico em Administração de Empresas é um exemplo, que são os mantidos pela instituição e os cursos que são realizados em convênio para capacitação docente. Além disso, existem outros cursos que visam a formação do docente universitário e os cursos profissionais voltados para o mercado não acadêmico.

## 5.2 Resultado da Pesquisa

Apresentadas as informações constitutivas das universidades analisadas, pretende-se dar continuidade à construção desta dissertação propondo-se uma articulação entre teoria e prática em torno da disseminação dos conceitos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial nos cursos de Administração de Empresas, com o objetivo de verificar a validade dos pressupostos elaborados na problemática que deu origem a este trabalho.

Com o propósito de balizar os questionamentos que antecederam a realização deste estudo e, no momento, mobilizam o seu desenvolvimento, procedeu-se à investigação naquela que revela-se uma etapa importante, a pesquisa de campo, e proporciona, ao pesquisador, elaborar um cenário bem mais delineado e completo do trabalho.

Partindo-se dessa premissa, portanto, cada entrevista realizada, favoreceu uma coleta de informações que serão transformadas, a seguir, em análises contextualizadas da realidade das universidades na disseminação e aplicação dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial.

Os dados foram colhidos por meio de entrevistas com roteiro semi-estruturado realizadas no decorrer do primeiro semestre de 2007, com os coordenadores dos cursos de Administração de Empresas, na graduação e pós-graduação e com as Vice-Reitorias ou Pró-Reitores de Pesquisa e Extensão.

As informações que serviram de alicerce para a construção deste estudo, são transcrições fiéis, embora não literais, de dados obtidos em várias fontes, como sítios eletrônicos, complementadas pela observação, *in loco*, da realidade destas, impressos internos (Planos Políticos Pedagógicos, grades curriculares) e por relatos pontuais dos coordenadores, vice-reitores ou pró-reitores entrevistados.

### 5.3 A Concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária

Com relação a esta categoria, em resposta às subcategorias a Instituição e a Responsabilidade Social Empresarial; a Instituição e a Responsabilidade Social Universitária as coordenações de graduação do curso de Administração posicionaram-se da seguinte forma:

A coordenação do curso de graduação em Administração de Empresas da UFC acredita que a Responsabilidade Social Empresarial “deveria ser um compromisso ético, mas passa primeiro pelo sentido da obrigação legal para com a sociedade e só depois é que tornar-se um compromisso ético” com a melhoria da qualidade de vida de todos os públicos.

Na visão da coordenação da UFC, a Responsabilidade Social Universitária é percebida como algo institucional da universidade, focada em colaborar na formação discente para a superação das barreiras sociais trabalhando na internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

Para as coordenações de graduação e de Pós-Graduação e a Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFOR, a Responsabilidade Social Universitária é percebida como algo que transcende a Extensão, segundo palavras da coordenadoria de graduação do curso a Extensão deve estar “focada em colaborar na formação discente para a superação das barreiras sociais trabalhando na internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional (como sugere o projeto pedagógico do curso para o perfil do administrador)”.

A Responsabilidade Social Empresarial, para a coordenação de graduação da UNIFOR, contempla compromisso ético, com a melhoria da qualidade de vida dos empregados, obrigação legal para com a sociedade, comprometimento com os objetivos financeiros da organização e responsabilidade voluntária para com o desenvolvimento sustentável e o bem comum.

A coordenação de Pós-Graduação da UNIFOR comunga com a idéia da coordenação da UFC quando esta afirma que a RSE é um compromisso ético, mas antes perpassa pela

obrigação legal. A coordenação de Pós-Graduação da UNIFOR, projetou para o ano de 2007 mudanças na área de Responsabilidade Social, disponibilizando para a turma do mestrado disciplina que aborda o tema pretendendo assim criar novos espaços e estímulos para os discentes pesquisadores.

Para a coordenação do curso de graduação de Administração de Empresas e para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UECE, a Responsabilidade Social Empresarial contempla um compromisso ético, com a melhoria da qualidade de vida de todos os públicos, “uma atitude legal e responsável que está diretamente ligada com a sociedade”.

Segundo a Pró-Reitoria de Extensão da UECE, que “desenvolve um trabalho que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”, a disseminação dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial se dá através de suas atividades, como, por exemplo Estágios Extracurriculares - que é a oportunidade estabelecida através da cooperação mútua entre a universidade e a empresa para propiciar ao discente / estagiário a oportunidade de aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades significativas à sua formação profissional a um só tempo teórica e prática.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UECE oferece a especialização em Planejamento e Gestão Ambiental e no mestrado em Administração de Empresas disponibiliza disciplina que aborda o tema Responsabilidade Social Corporativa. Segundo a Pró-Reitoria existe “sim uma preocupação em disseminar os conceitos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial apenas não é uma ação institucionalizada”.

De acordo com a Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UECE existe “uma atenção especial quanto ao momento atual e a universidade, as mudanças nos ambientes: político, econômico, social, científico e tecnológico que caracterizam este início de século merecem ter espaços dentro da própria instituição para discussões e pesquisas”.

Com relação a essa categoria, as coordenações dos cursos de graduação de Administração de Empresas, as Vice-Reitorias ou Pró-Reitorias de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, dividiram-se entre o compromisso que deve existir com a melhoria da qualidade de vida de todos os públicos e com a obrigação legal para com a sociedade e

concebem a Responsabilidade Social Universitária como algo que deveria extrapolar as atividades extensionistas.

Os entrevistados afirmam que desenvolvem seus trabalhos para os cursos de Administração de Empresas, sejam ações na graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa a partir dos seus planos políticos pedagógicos.

Nesse sentido, chega-se a ter a impressão de que não há consistência na realidade concreta, sobre a disseminação e aplicação dos conceitos da Responsabilidade Social Empresarial nas universidades pesquisadas, restando ações no plano da abstração, o que justificaria a disseminação de forma assistemática.

Evidencia-se um antagonismo entre a teoria e prática, os entrevistados definem de forma clara, mas não tem formalizado na instituição ações que justifiquem essa teoria. Segundo informação dos coordenadores dos cursos de graduação e de Pós-Graduação, as três universidades pesquisadas (UFC, UNIFOR e UECE) que oferecem o curso de Administração de Empresas, não abordam o tema da Responsabilidade Social Empresarial através de uma disciplina específica. Porém, afirmam que o tema é abordado de maneira assistemática, ao longo da graduação, isto é, os docentes procuram através dos temas das suas disciplinas abordar o assunto em questão.

A seguir, o Quadro 7 expõe em um só ambiente, as categorias de análise relativas a concepção de RSE e RSU. com os relatos dos entrevistados de cada uma das universidades pesquisadas.

<b>A CONCEPÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E UNIVERSITÁRIA</b>		
<b>CATEGORIA CONSTRUÍDA</b>	<b>CATEGORIA EMPÍRICA</b>	<b>CATEGORIA ANALÍTICA</b>
1.1 A instituição e a RSE	<p>“É um compromisso ético”</p> <p>“É um compromisso com a qualidade de vida de todos”.</p> <p>“Deveria ser um compromisso ético, mas é antes uma obrigação legal”.</p> <p>“É uma tendência, mas a universidade não caminha no mesmo ritmo que a empresa”.</p>	<p>Para os entrevistados a RSE é um tema ainda recente, e as universidades estão adaptando-se a essa novidade. Acreditam que ainda há muito que se trabalhar. Os entrevistados consideram a RSE importante, sendo incontestável a sua necessidade para as</p>

		empresas como também para os futuros gestores, profissionais que os cursos de Administração de Empresas formam para o mercado.
1.2. A Instituição e a RSU	<p>“É um compromisso social da Instituição”.</p> <p>“É percebida como algo que transcende a Extensão Universitária”</p> <p>“A RSU está focada para colaborar na formação discente para a superação das barreiras sociais trabalhando-se com a internalização de valores de RSU, de justiça e ética”.</p> <p>“A RSU está também vinculada ao trabalho extensionista”</p>	Para os entrevistados, seja da graduação quanto da pós-graduação, a RSU desenvolve trabalhos voltados para a comunidade em que está inserida. Ainda não desenvolve atividades suficientes para com os cursos de Administração e tão pouco com as pesquisas desenvolvidas na pós-graduação. Parecem ser distintos, sem um elo.

Quadro 7 – Categorias de análise: a concepção de RSE e Universitária. Fonte: elaboração da autora (2007).

## 5.4 O Papel da Universidade na Disseminação da Responsabilidade Social Empresarial

Dando continuidade à análise dos dados coletados, a segunda categoria é aqui representada por três subcategorias, que são: Os conceitos de RSE no ensino de graduação; Os conceitos de RSE no ensino de Pós-Graduação e os conceitos de RSE em eventos sobre RSE.

A pesquisa demonstra que uma universidade, a UNIFOR, disponibiliza uma disciplina obrigatória em sua grade curricular no curso de graduação, sobre Gestão Ambiental, mas segundo a coordenação isso não impede “que outros professores abordem o tema RSE”. Enquanto que as duas outras Instituições não possuem em sua grade curricular de graduação disciplinas sobre o tema.

A UNIFOR, de forma sistemática, recentemente disponibilizou em seu curso de especialização em Gestão Empresarial a disciplina de Responsabilidade Social Empresarial e segundo a Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação ofertou a especialização em Gestão Ambiental, e de forma assistemática a Vice-Reitoria “pode promover em parceria com as

coordenações”, no decorrer do semestre letivo algumas palestras para estimular o debate sobre o tema Responsabilidade Social Empresarial.

A UECE, disponibiliza um curso de especialização em Educação Ambiental, que segundo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa propõe desenvolver propostas educativas e esclarecedoras junto a sociedade visando multiplicar uma convivência pacífica com o ambiente e minimizando os efeitos negativos e acelerando os positivos na gestão integrada no meio ambiente e no seu mestrado, disponibiliza uma disciplina que aborda o tema RSE

Na UFC, disponibiliza-se o Mestrado Profissional em Administração (MPA) que possui dentre as suas áreas de estudos a Gestão Ambiental e Social que tem como objetivo desenvolver estudos acerca da questão ambiental, implementação de modelos, articulação com o desenvolvimento sócio-territorial, responsabilidade ambiental e social e controle social.

Em relação à terceira subcategoria evidenciou-se um consenso entre as opiniões emitidas pelos entrevistados, que apontaram para uma incipiência em relação a eventos sobre o tema. As coordenações de graduação e Pós-Graduação acreditam que novas idéias devem surgir para o próximo ano sobre eventos na área.

As coordenações, independentemente de ofertarem ou não uma disciplina, relatam que, as universidades, possuem programas de responsabilidade social voltados para as comunidades onde atuam. Logicamente, todas estas iniciativas são voltadas para a educação e consistem na capacitação do seu público estudantil, visando uma inserção destes indivíduos no mercado de trabalho. Foi observada também, uma tendência cada vez maior de que as Instituições participem de iniciativas desta natureza, fornecendo o conhecimento sistematizado que estes programas necessitam para alcançar melhores resultados.

A análise das grades curriculares (Anexo C) permitiu a percepção de que a Responsabilidade Social Empresarial está integrada com outros temas que, invariavelmente, são abordados, como desenvolvimento sustentável, ética e gestão ambiental, já que a responsabilidade social ainda não é estudada de forma isolada, isto é, ainda não existe na grade curricular dos cursos de administração das universidades pesquisadas uma disciplina, obrigatória ou não, que contemple especificamente o tema.

Os resultados da pesquisa com as coordenações e com as Vice-Reitores ou Pró-Reitorias, demonstram que em relação a abordagem ao tema RSE nos cursos de Administração de Empresas ainda não existe uma proposta articulada no sentido de alteração do Projeto Pedagógico de modo a estimular a sua inclusão nos cursos. A pesquisa nos mostra que as universidades tratam da Responsabilidade Social Empresarial ainda de maneira superficial, sendo um tópico em alguma disciplina. De forma indireta, o tema é estudado conjuntamente ou de maneira complementar a outros assuntos como: gestão ambiental, cidadania e ética empresarial, desenvolvimento sustentável e empreendedorismo.

Apesar das Instituições pesquisadas não oferecerem uma disciplina de Responsabilidade Social Empresarial, as coordenações e Vice-Reitores ou Pró-Reitorias entrevistadas foram simpáticas com a idéia da sua criação, classificando-a como importante para a formação do administrador de empresas.

O Quadro 8, a seguir, apresenta a segunda categoria de análise, esta relativa ao papel da Universidade na disseminação da RSE, com os respectivos relatos dos entrevistados com as análises.

<b>O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA DISSEMINAÇÃO DA RSE</b>		
<b>CATEGORIA CONSTRUÍDA</b>	<b>CATEGORIA EMPÍRICA</b>	<b>CATEGORIA ANALÍTICA</b>
2.1 Os conceitos de RSE no ensino de graduação	<p>“Trabalha-se o conceito de Gestão Ambiental na graduação como uma disciplina obrigatória”.</p> <p>“O tema RSE é trabalhado pelo professor de forma bastante individual”.</p> <p>“Procura-se promover seminários sobre RSE ou Gestão Ambiental”.</p> <p>“Os eventos ainda são esporádicos”.</p> <p>“Acreditamos que podemos promover muitos momentos de reflexão sobre o tema, mas não chegamos ao ideal ainda”.</p> <p>“O evento Dia do Empreendedor é um momento que busca-se discutir a RSE”.</p>	<p>Segundo os entrevistados, de um forma geral, o tema RSE é trabalhado de maneira assistemática. De acordo com os entrevistados das universidades públicas pouco é a disseminação do tema. Existe ainda muito espaço para ser trabalhado. Tanto a lei (LDB) quanto os seus projetos pedagógicos deixam espaços que podem vir a ser trabalhados nesse tema. Mesmo com Projeto Político Pedagógico que propicia espaços para atividades complementares, não percebe-se um movimento por parte da Instituições para suprir a ausência da</p>

		abordagem do tema.
2.2 Os conceitos de RSE no ensino de pós-graduação	<p>“Ofertamos cursos de pós-graduação em Gestão Ambiental”.</p> <p>“A especialização em Gestão Empresarial terá a partir de 2007 uma disciplina de RSE”.</p> <p>“Contemplamos nossos discentes do mestrado em Administração com disciplinas que abordam o tema RSE”.</p> <p>“O nosso mestrado em Administração possui linha de pesquisa que propicia ao discente aprofundar-se no tema RSE”.</p> <p>“O evento Mundo Unifor é um espaço de disseminação do tema RSE”.</p> <p>“O nosso mestrado profissional de Administração possui dentre as suas áreas de estudos a Gestão Ambiental e Social”.</p>	<p>Segundo os entrevistados, de um forma, geral o tema RSE é trabalhado de maneira assistemática. De acordo com os entrevistados das universidades públicas a disseminação do tema ainda deverá crescer. Existe muito espaço para ser trabalhado. Tanto a lei (LDB) quanto os seus projetos pedagógicos deixam espaços que podem vir a ser trabalhados com esse tema.</p>
2.3 Os conceitos de RSE em eventos sobre RSE	<p>“Precisamos desenvolver mais trabalhos e eventos sobre o tema”.</p> <p>“Ainda não é um campo trabalhado”.</p> <p>“O tema RSE deverá ocupar grandes espaços nas agendas dos grandes eventos da instituição”.</p> <p>“Talvez ainda não tenhamos despertado para tal ação”.</p> <p>“Acredito que, a medida que estimularmos pesquisas sobre esse tema, teremos espaços para eventos”.</p> <p>“Precisamos trabalhar essa parte”.</p> <p>“Muito pode ser feito”.</p>	<p>Existe um consenso entre as opiniões emitidas pelos entrevistados, que apontam para uma incipiência em relação a eventos sobre o tema. As coordenações de graduação e Pós-Graduação acreditam que novas idéias devem surgir para o próximo ano sobre eventos na área.</p>

Quadro 8 – Categorias de análise: o papel da universidade na disseminação da RSE.  
Fonte: Elaborado pela autora (2007).

## 5.5 Assuntos e Práticas de RSE no Ensino, na Pesquisa e na Extensão

A análise da última das categorias que contempla os assuntos e práticas da Responsabilidade Social Empresarial na tríade universitária, inicia-se com uma indagação acerca de quais assuntos são abordados no ensino, na pesquisa e na extensão. Coerente com as categorias anteriores fica explícito que formalmente pouco se tem trabalhado com o tema.

Seja assunto relacionado com o tema no ensino de graduação, seja com pesquisas ou com trabalhos extensionistas em parceria com os cursos de Administração de Empresas.

Nessa categoria as coordenações (Graduação e Pós-Graduação) explicam que assuntos como Ética, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Implicações da RSE no exercício profissional são abordados através de atividades em eventos periódicos, isto é, existem os eventos mas, não necessariamente aborde-se sempre o tema.

Ainda que não seja formalizada a disseminação do tema Responsabilidade Social Empresarial na UFC, existem alguns trabalhos (desenvolvidos de forma isoladas) que abordam o tema, segundo a Pró-Reitoria de Extensão. É o caso da semana do Meio Ambiente que foi desenvolvida para a comunidade discente da universidade no início do mês de junho/2007 com palestra e painéis temáticos sobre o assunto.

A UNIFOR de forma assistemática promove no decorrer do semestre letivo algumas palestras, seminários ou encontros, como, por exemplo: o dia do Empreendedor (14/04) anualmente, onde estimula-se o debate sobre o tema Responsabilidade Social Empresarial. Segundo a coordenação de graduação este é no momento o único evento que propicia momentos onde aborda-se o tema.

Ainda segundo a coordenação de graduação a universidade possui o Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Administrativas - NUPEQ criado na década de 90 desenvolve estudos na área de gestão, organização e estratégias, bem como em desenvolvimento econômico e social. Sua missão consiste em contribuir para os avanços das ciências administrativas através de pesquisas básicas e aplicadas, visando a competitividade dos atores institucionais e o desenvolvimento regional, com ética, respeito ao homem e visão do futuro. Segundo a coordenação esse núcleo trabalha com os discentes valores como a ética nas pesquisas, responsabilidade social nos resultados e outros.

A Vice-Reitoria de Extensão da UNIFOR explica que todo o seu trabalho está alicerçado em desenvolver suas atividades, programas, projetos e ações valorizando a ética, o desenvolvimento sustentável, atividades para a comunidade onde insere-se, projetos sociais e principalmente práticas que articulam a pesquisa e o ensino.

Em relação a eventos na universidade sobre a Responsabilidade Social Empresarial ainda não existe um evento formalizado e institucionalizado que se realize periodicamente, mas, por exemplo, segundo palavras da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, o evento do Mundo UNIFOR, que acontece anualmente é um momento em que a universidade proporciona e onde existe um grande espaço para se abordar esse assunto e apresentar a sociedade pesquisas desenvolvidas pela Administração de Empresas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, sobre o tema em questão, que segundo a mesma “acredita ser ainda incipiente”.

A Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação explica que assuntos como Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, estão sendo disseminados de forma sistemática, em função da oferta de cursos de especialização e disciplinas no mestrado em Administração de Empresas da UNIFOR, em decorrência disso percebe-se o início de algumas pesquisas desenvolvidas sobre Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Empresarial.

O cenário surgido a partir das colocações dos entrevistados acerca dos assuntos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial revela que as universidades são conduzidas pelos valores oriundos de um Projeto Político Pedagógico (PPP) e grades curriculares atuais, mas que não exploram as lacunas existentes nos próprios PPP's como possíveis espaços para um trabalho pedagógico voltado para o assunto em questão. Novamente evidencia-se com facilidade um descompasso entre a teoria e a prática.

O Quadro 9, apresenta a última categoria de análise referente aos assuntos e práticas de RSE no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, assim como os depoimentos dos entrevistados com análise e interpretação.

ASSUNTOS E PRÁTICAS DE RSE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO		
CATEGORIA CONSTRUÍDA	CATEGORIA EMPÍRICA	CATEGORIA ANALÍTICA
3.1 Assuntos e práticas de RSE no ensino de graduação	<p>“Formalmente temos a disciplina de Gestão Ambiental”</p> <p>“Estamos trabalhando para disponibilizar disciplinas que abordem o tema RSE”</p> <p>“Precisamos pensar em ações pedagógicas que abordem o tema RSE”.</p> <p>“A universidade não oferta disciplina de RSE”.</p> <p>“O nosso mestrado está disponibilizando disciplinas sobre o tema”.</p>	Segundo os entrevistados, de uma forma geral, o tema RSE é trabalhado de maneira assistemática. De acordo com os entrevistados das universidades públicas pouco é feito pedagogicamente sobre a disseminação do tema. Existe ainda muito espaço para ser trabalhado. Tanto a lei (LDB) quanto os seus projetos pedagógicos deixam espaços que podem vir a ser trabalhados nesse tema.
3.2 Assuntos e práticas de RSE na Pós-Graduação	<p>“Formalmente temos a disciplina de Gestão Ambiental”.</p> <p>“Formalmente temos a disciplina de Tópicos de Gestão que aborda a RSE”</p> <p>“Estamos trabalhando para disponibilizar disciplinas que abordem o tema RSE”</p>	De acordo com os entrevistados pode-se trabalhar ainda mais assuntos e práticas sobre o tema. Percebe-se que os entrevistados são simpatizam com algumas mudanças, mas não estão trabalhando essa disseminação de forma sistematizada.
3.3 Assuntos e práticas de RSE na pesquisa	<p>“As pesquisas na área ainda são tímidas”.</p> <p>“Apesar de organizações como o Instituto Ethos, estimular através de concursos a pesquisa sobre o tema, muito temos ainda que percorrer junto aos nossos discentes e docentes”.</p>	Um longo caminho está por vir, segundo alguns entrevistados. Mas os mesmos são conscientes do pouco que tem sido feito para trabalhar e desenvolver trabalhos e práticas sobre o tema.
3.4 Assuntos e práticas de RSE na Extensão	<p>“Ainda temos poucos trabalhos extensionistas ligados a Administração de Empresas”.</p> <p>“Estamos desenvolvendo para o segundo semestre de 2007 uma parceria com a área da Administração de Empresas”.</p> <p>“Acreditamos que gradativamente surgirão trabalhos na área que poderão ser desenvolvidos em conjunto com os cursos de administração, tanto no ensino de graduação quanto de pós-graduação”.</p>	A Extensão trabalha o sentido da R.S. como instituição, mas precisa desenvolver atividades junto com os cursos de Administração, segundo os entrevistados.

Quadro 9 – Categorias de análise: assuntos e práticas de RSE no ensino, na pesquisa e na extensão.  
Fonte: Elaborado pela autora (2007).

Após essa pesquisa percebe-se que o tema Responsabilidade Social Empresarial vem tornando-se nos últimos tempos, um assunto cada vez mais presente, não só, no mundo das empresas como também nos meios acadêmicos, mas existe um longo um caminho a ser percorrido, pois a produção científica que constitui importante recurso para consolidação do

conhecimento nas áreas do saber e está estreitamente vinculado não apenas à produção de novos conhecimentos, mas, sobretudo, à busca de sua aplicabilidade, ainda encontra-se incipiente.

Segundo artigo de Campos e Alencar (2006) que faz um cenário das publicações sobre RSE nos Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), referente ao período de 1998-2004, o número de artigos com abordagem direta ao tema Responsabilidade Social é crescente, mas ainda incipientes, totalizando menos de 2% dos 3516 trabalhos publicados no ENANPAD nesse período.

O tema Responsabilidade Social Empresarial encontra-se com maior destaque no que se refere ao conceito ambiental. A gestão ambiental está se tornando uma tendência mundial, onde as empresas buscam, além de trabalhar tal questão, desenvolver também o lado da responsabilidade social.

Em 2006, o número de trabalhos publicados sobre o tema Responsabilidade Social foi inferior aos publicados sobre Gestão Ambiental, mas juntos, não chegam a uma dezena os trabalhos desenvolvidos nas universidades pesquisadas, sobre tais assuntos.

## CONCLUSÃO

Partindo da percepção de uma dissonância entre teoria e prática no ensino da Administração de Empresas, o presente trabalho procurou dar mais uma contribuição para este debate em torno do tema Responsabilidade Social Empresarial.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a abordagem do tema Responsabilidade Social Empresarial nas universidades: UFC, UNIFOR e UECE, do município de Fortaleza.

A partir dos resultados colhidos pela pesquisa de campo, foi possível alcançar os objetivos, geral e específicos, propostos para o estudo, e revelar tendências de validação dos pressupostos formulados.

Os dados coletados por meio das entrevistas com os representantes das universidades indicam que, apesar de haver experimentado significativos avanços, o tema Responsabilidade Social Empresarial ainda se encontra no campo das ações esporádicas. A leitura que fazem da RSE leva ao entendimento de que se trata de um movimento necessário, mas ainda incipiente e restrito, que ainda deverá desenvolver-se nas universidades.

Percebe-se que alguns passos foram assumidos. Não obstante essa visão, a necessidade da disseminação do tema nos cursos de Administração de Empresas é considerada incontestável para os entrevistados. Apesar de visto como um movimento recente, a responsabilidade social é considerada importante. Ainda que as ações pedagógicas no ensino, na pesquisa e na extensão sejam questionáveis, devido à fragilidade das relações com a comunidade acadêmica e ao aparente desinteresse em mudar essa perspectiva, são consideradas importantes e necessárias no contexto atual, ações voltadas para uma formalização do tema nas universidades pesquisadas.

Recomenda-se após os resultados apresentados, a importância de uma nova postura dos cursos de Administração de Empresas para com o tema tanto no âmbito da graduação, como pós-graduação e extensão.

De acordo com os entrevistados das três unidades de pesquisa, no tocante à relação entre o tema Responsabilidade Social Empresarial e os cursos de Administração, pode-se concluir que se trata de uma relação complexa, porque a própria universidade ainda não consegue trabalhar adequadamente a disseminação do conceito da RSE. nos seus cursos de Administração. Esse tema tem avançado mais por conta das empresas, em função de uma leitura da realidade atual, do que mesmo por conta das instituições de ensino superior.

A partir da análise das entrevistas, identificou-se que os resultados encontrados, nos aspectos que sustentam os pressupostos formulados para este trabalho, apontam para uma tendência de validação, em face das seguintes observações:

1. as universidades confundem Responsabilidade Social Universitária com a própria atividade de extensão. As universidades trabalham com a idéia que a RSU. faz parte das atividades extensionistas, não estando ainda clarificado para os entrevistados que se pode desenvolver ações de RSE. desvinculadas destas atividades;
2. as universidades e mais especificamente os cursos de Administração de Empresas não estão focados na disseminação e aplicação dos conceitos e práticas de RSE nas atividades de ensino, de pesquisa e extensão. Com referência a esse pressuposto, percebe-se que ainda não existe uma formalização ideal para se trabalhar o tema. Observando-se o projeto pedagógico dos cursos de administração, verifica-se que existem maneiras de se trabalhar a abordagem do tema de forma sistematizada, mas de acordo com os entrevistados muito ainda deve ser feito sobre esse aspecto;
3. nas universidades pesquisadas não há projetos de extensão que disseminem conceitos e práticas de RSE e Sustentabilidade pelos cursos de Administração, sendo priorizados projetos de áreas como Saúde e Tecnologia. Como as universidades ainda trabalham com a idéia de a Responsabilidade Social Universitária estar diretamente vinculada à atividade de extensão, não foram detectados projetos da área de Administração de Empresas desenvolvidos para a disseminação dos conceitos e práticas do tema RSE, estando a universidade priorizando trabalhos em outras áreas que são voltadas para a comunidade onde a instituição está inserida;
4. nas universidades estudadas as pesquisas sobre o tema RSE e suas práticas e conceitos são incipientes. Após as entrevistas realizadas nas universidades constatou-se que, apesar da conscientização sobre a evolução e importância do tema, as universidades não formalizaram disciplinas que abordem de forma direta o tema Responsabilidade Social Empresarial;

5. no ensino de graduação e pós-graduação nas universidades pesquisadas não se aborda a RSE e suas práticas e conceitos em disciplina institucionalizada em sua grade curricular ou como tópicos de disciplina. Segundo informações obtidas através das entrevistas com os coordenadores dos cursos e vice-reitores, as três universidades pesquisadas (UFC, UNIFOR e UECE) que oferecem o curso de Administração de Empresas, não abordam o tema da Responsabilidade Social Empresarial através de uma disciplina específica. Porém, afirmam que o tema é abordado de maneira assistemática, ao longo da graduação, seja através de seminários ou palestras esporádicas;

6. a abordagem do tema no ensino, na pesquisa e na extensão das Universidades de Fortaleza encontra-se em estágios diferentes. Para esse pressuposto entende-se que, como as universidades não possuem a disseminação dos conceitos e práticas de responsabilidade Social Empresarial de forma institucionalizada no ensino, na pesquisa e na extensão, essa abordagem encontra-se no mesmo estágio para as três universidades do município de Fortaleza, UFC, UNIFOR e UECE. Na conclusão deste trabalho, merecem ser destacadas algumas considerações relevantes:

- aprofundar o estudo sobre o tema da responsabilidade social empresarial, considerando-se a importância da questão, percebida pelos distintos atores da sociedade, como também a percepção da significância do papel das universidades como elementos fundamentais na disseminação dos seus conceitos e práticas na formação do profissional em Administração de Empresas;
- construir um referencial teórico para elaboração de disciplinas sobre responsabilidade social empresarial a serem ministradas em cursos de graduação e pós-graduação *lato e strictu sensu* em Administração de Empresas, bem como em outras áreas do conhecimento humano que apresentem relação com a temática;
- aprofundar o estudo sobre a participação das universidades através dos cursos de Administração de Empresas na disseminação dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial como forma de expansão do assunto para que contribua na formação do gestor que as empresas buscam atualmente.

Como sugestão, propõe-se um currículo para graduação, pois, apesar de nenhuma Instituição pesquisada oferecer uma disciplina de Responsabilidade Social Empresarial, os coordenadores entrevistados foram simpáticos com a idéia da sua criação, classificando-a como importante para a formação do administrador de empresas.

Como resultado da compilação da bibliografia existente, do levantamento das expectativas em relação à formação específica dos futuros administradores e com a aceitação, por parte dos coordenadores, da idéia de uma disciplina para tratar exclusivamente do tema, propõe-se, a seguir, um modelo de currículo para esta disciplina.

Dividiu-se o conteúdo do modelo ou currículo em seis itens:

- a) Objetivos – onde são descritos os conhecimentos que deverão ser adquiridos e as competências que deverão ser desenvolvidas para que a disciplina cumpra o seu papel na formação do aluno;
- b) Ementa – lista dos assuntos que compõem a disciplina;
- c) Conteúdo programático – divisão da ementa em tópicos específicos agrupados por módulos, na seqüência em que serão abordados em sala de aula;
- d) Metodologia – descrição dos procedimentos operacionais para a transmissão do conteúdo da disciplina aos alunos, bem como dos critérios de avaliação de aprendizagem;
- e) Bibliografia – lista das obras de referência, sugeridas para o estudo da matéria;
- f) Cronograma – distribuição do conteúdo da disciplina pela carga horária disponível.

O currículo identifica a disciplina pelo título de: “Tópicos Seleccionados de Responsabilidade Social Empresarial”, que comunica do que trata a disciplina desde o seu primeiro contato com o aluno. Continuando pela definição dos objetivos, optou-se por classificá-los de acordo com sua abrangência, escolhendo inicialmente um objetivo geral e subdividindo-o em vários objetivos específicos. Segundo as informações coletadas tanto na revisão bibliográfica, quanto na pesquisa junto às universidades, ficou claro que um bom profissional para atuar nesta área, tem de saber interpretar os anseios das partes interessadas da empresa na qual trabalha e ter a aptidão necessária para traduzi-las em ações que satisfaçam estas aspirações de forma eficiente e com o maior retorno possível. Então, o objetivo geral da disciplina seria:

compreender e avaliar o contexto empresarial sob a ótica da responsabilidade social e ser capaz de atuar de forma eficiente e eficaz na satisfação das expectativas dos agentes envolvidos. Nesta mesma linha, funcionando como um desdobramento do objetivo geral e contemplando aspectos teóricos e práticos do tema, têm-se os seguintes objetivos específicos:

1. conhecer os principais autores e obras sobre o tema e a evolução dos conceitos e da percepção dos atores envolvidos ao longo do tempo;
2. reconhecer e descrever as principais abordagens sobre o assunto: ética ou normativa, social ou contratual e instrumental ou utilitária;
3. conhecer e interpretar a visão dos principais críticos da responsabilidade social empresarial;
4. compreender os principais indicadores utilizados para medir a *performance* das empresas na área;
5. avaliar as principais iniciativas empresariais no campo da responsabilidade social, sob a ótica dos vários atores envolvidos;
6. analisar o alinhamento entre as macro-estratégias da empresa e suas ações de responsabilidade social;
7. verificar criticamente a aderência entre o discurso e a prática da responsabilidade social nas empresas.

Continuando a construção do currículo, tem-se a seguinte ementa, já dividida em unidades (conteúdo programático), composta pelos assuntos estudados no presente trabalho e organizados para a abordagem dentro de uma disciplina específica:

#### Unidade 1 – A Evolução do Conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

- da filantropia ao compromisso social;
- um contraponto à RSE: a visão de Milton Friedman;
- a RSE como elemento do desenvolvimento sustentável;
- as principais escolas de pensamento e suas respectivas abordagens;
- a teoria dos *Stakeholders*.

#### Unidade 2 – Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

- os vetores de RSE;
- as interações entre as empresas e suas partes interessadas;
- RSE x Maximização do retorno para o acionista: os índices de sustentabilidade empresarial;

- as abordagens do conceito de RSE;
- a RSE como vantagem competitiva.

### Unidade 3 – A Prática Atual da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

- as melhores práticas de RSE;
- as dificuldades de implantação e os benefícios alcançados;
- os indicadores Ethos;
- como avaliar ações de RSE;
- os principais aspectos da RSE;
- os críticos da RSE: debate sobre os argumentos apresentados.

A metodologia deve ser baseada em aulas expositivas, mas tendo-se um espaço para a realização de seminários no decorrer do semestre, para o debate do tema com a comunidade acadêmica. Também devem ser previstos trabalhos individuais ou em equipes para análise dos fundamentos teóricos e estudos das práticas corporativas.

A avaliação da disciplina deverá ser contínua ao longo do curso, enfatizando aspectos como assiduidade, interação, interesse e participação durante as aulas e as atividades desenvolvidas.

A bibliografia sugerida para o estudo da disciplina é a mesma utilizada nesta dissertação. Embora haja uma quantidade de autores significativos que tratam do tema, deve ser dada a preferência para os autores mais citados, como Ashley, Melo Neto e Fróes (2001). Pela atualidade e dinamismo do tema, sugere-se uma análise sistemática de periódicos e artigos de congressos e outros eventos sobre o assunto, que possa captar as opiniões mais recentes e as novas descobertas científicas e propostas metodológicas neste campo.

Pela complexidade e relevância do tema, este currículo padrão é proposto para o ensino apenas do tema da RSE, sendo que outros temas correlatos como gestão ambiental, governança corporativa, e organizações do terceiro setor, foram propositalmente deixados de lado. Durante a pesquisa observou-se que um dos motivos pelo qual o tema da RSE não recebe a devida importância nos cursos de administração de empresas oferecidos nas

universidades no Município de Fortaleza é que, nas vezes em que é abordado, fica espremido entre estes e outros assuntos. Este fato faz com que o tema seja estudado sem a devida profundidade, fazendo com que os futuros bacharéis sejam graduados sem o conhecimento que o mercado espera deles.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Thomson, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

ASHLEY, Patrícia A. et al. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALDRIDGE, V. J. et al. Alternatives Model of Governance in Higher Education. In: LOPES, Fernando Dias. **Teoria institucional e gestão universitária**. Rio Grande do Sul: UFRGS/GINEIT, 1999.

BITTENCOURT, Claudia. et al. **Gestão Contemporânea de Pessoas - Novas Práticas**. São Paulo: Bookman, 2003.

BOHN, Mariasinha Beck; VEIT, M. Helena Degani. **Identidades Pedagógicas das Instituições Universitárias**. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/L.9394.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo do Ensino Superior 2003**. Brasília: MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>> Acesso em: 10 nov. 2006.

BUNDT, C. F. da C. **Universidade: mudanças e estratégias de ação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CALDERÓN, Adolfo Inácio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do Debate no Brasil. **Revista Estudos**, n. 36, 2006.

CAMPOS, Camargo Sarah; ALENCAR, Queiroz Luis C. de. **Estudo documental sobre publicações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa nos ENANPADS de 1998 a 2004**. Encontro de Pós-Graduação - Mundo Unifor, Universidade de Fortaleza, 2005.

CARROLL, Archie B. **The pyramid of corporate social responsibility**: toward the moral management of organizational stakeholder. *Business Horizons*, 1991, 34(4), p. 39-48.

\_\_\_\_\_. Corporate Social Responsibility. **Business and Society**, v. 38, p. 268-269, set. 1999.

CAVALCANTI, Joseneide Franklin. **Universidade e empresa**: questões e perspectivas. Fortaleza: FIEC/IEL, 1985.

\_\_\_\_\_. **Educação Superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília, 2000.

CARVALHO, Francisca Ileuda Coelho de. **Estudo das Mudanças Estratégicas nos Cursos de Administração das Organizações Universitárias de Fortaleza**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza - UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2002.

CARVALHO, Gláucia Melasso Garcia de. Responsabilidade Social no Ensino Superior Privado: alguns elementos para reflexão. **Revista Estudos**, n. 34, 2005.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**. Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAVIS, Keith; BLOMSTROM, Robert. Business and Society. In: ASHLEY, Patricia A. et al. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ESTES, Ralph. A Responsabilidade Empresarial: A Tirania da Base Financeira. In: **O Novo Negócio dos Negócios**. A responsabilidade compartilhada para um futuro global positivo. São Paulo: Cultrix, 1997.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIRE, Roberto de B. **Extensão Universitária**: do discurso a prática. Participação: Revista do Decato de extensão da Universidade de Brasília, v. 5, n. 10, nov. 2001.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to increase its profiles, 1970. In: ASHLEY, Patrícia A. et al. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FORTE, S. H. A C.; RICARTE, Marcos Antonio Chaves. *Temas Contemporâneos nas Instituições de Ensino Superior em Fortaleza: Uma avaliação sob o ponto de vista curricular e dos concludentes*. **Revista do Centro de Ciências Administrativas**, v. 10, p. 17-33, 2005.

FURLANI, T. M. Lúcia. Responsabilidade Social: o novo e velho desafio. Estudos: **Revista da associação dos mantenedores de ensino superior**, n. 34, 2005.

GEORGEN, Pedro. Instituição Universidade e sua Responsabilidade Social: anotações críticas. Quaestio - **Revista de estudos de educação**, n. 1, 2002.

GRAJEW, Oded. **Pessoa Física em Paz com a Jurídica**. Valor, Coluna Empresas & Comunidades, 01/06/00, p. B-2.

IBASE. Portal IBASE. **Balanco Social**. 2006. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2007.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>>. Acesso em: 10 maio 2004.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. 2005. **Conceito de responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 12 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **Diálogo sobre ética**. São Paulo: Instituto Ethos, ano 3, n. 6, fev. 2002.

\_\_\_\_\_. **Visão e missão**. 2003. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3642&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **O que as empresas podem fazer pela criança e pelo adolescente**. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Guia de elaboração do Balanco Social**. 2006. Disponível em: <[http://www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/20060821/guia\\_balanco\\_social\\_2006.pdf](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/20060821/guia_balanco_social_2006.pdf)>. Acesso em: 10 janº 2007.

INDICADORES ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo, versão 2002.

\_\_\_\_\_. São Paulo, versão 2006.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates - Gestão das Políticas Sociais e o Terceiro Setor. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, 2001, Campinas-SP. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001, 1 CD ROM.

KARKOTLI, Gilson.; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. Ética e a Responsabilidade Social da Universidade. **Revista Estudos**, n. 36, 2006.

KREITLON, Maria Priscilla. A Ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, 2004, Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba:ANPAD, 2004.

LIMA, Angélica Alves et al. Extensão: uma ferramenta para a flexibilização curricular e a construção social do conhecimento. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, n. 3, 2005.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. S. Vale investir em Responsabilidade Social Empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade Social nas Empresas**: a contribuição das universidades, v. II. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2003.

MACEDO, Roquete Arthur. O Papel social da universidade. **Revista Estudos**, n. 34, 2005.

MACHADO, Adriana L.C.S. e LAGE, Allene C. - Responsabilidade Social: Uma Abordagem para o Desenvolvimento Social. O Caso CVRD. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-ENANPAD, XXVI, 2002, Salvador-BA. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002, 1 CD ROM.

MARCHETTI, M. Lujan. **Universidade**: produção e compromisso. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MCINTOSH, Malcolm et al. **Cidadania Corporativa**. Estratégias Bem – Sucedidas para Empresas Responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MALHATRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing** – Uma orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Carlos B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, n. 7, jul. São Paulo, 1989.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**: metodologia e planejamento. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO NETO, F. Paulo de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa**: o Caso Brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial** – A Administração do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELO NETO, F. Paulo de; BRENNAND, Jorgiana Melo. **Empresas Socialmente Sustentáveis**. O Novo Desafio da Gestão Moderna. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MINAYO, M. Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CULTURA (MEC). **Evolução do Ensino Superior**: graduação. Brasília: INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>>. Acesso em: 12 nov. 2006.

MOSTARDEIRO, Marcio Millete. A Evolução do Sistema Capitalista rumo à Ética de Mercado - Uma reflexão sobre a necessidade de adaptação do modelo. In: BITTENCOURT, Claudia (Org.). **Gestão Contemporânea de Pessoas** – Novas Práticas. São Paulo: Bookman, 2003.

MONTANA, Patrick; CHARNOV, Bruce. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MONTENEGRO, Eliane Paiva. **Responsabilidade Social Empresarial e a Relação entre as Empresas, o Estado e as Comunidades**: Um Estudo na Região II de Fortaleza, 2006, 242 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de Fortaleza-UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2006.

MUELLER, Adriana. **A Utilização dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa e sua Relação com os Stakeholders**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://teses.eps.ufs.br/defesa/pdf/12901.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2006.

NADAS, Peter. **Balanco Social**. 2000. Disponível em: <[http://www.eticaempresarial.com.br/artigos/artigos\\_balancosocial.asp](http://www.eticaempresarial.com.br/artigos/artigos_balancosocial.asp)>. Acesso em: 10 out. 2006.

OLIVEIRA, A. L. **AS 8000**: O Modelo ISSO-9000 Aplicado à Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Desafios do Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade. **Revista Trilhas**, n. 2, dez. 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **O Método Científico**: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1989.

PASSAMAI, Osmar. Um modelo de gestão da qualidade nas universidades. **Revista Universidade**, n. 4, jul./ago. 1994.

RAYS, Oswaldo A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista “Cadernos de Educação Especial”**, n. 21, 2003.

RIBEIRO, M. de S.; LISBOA, Lázaro P. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 18, n. 115, jan./fev. 1999.

RODRIGUES FILHO, Artur. A Responsabilidade Social das Empresas no Brasil. **Revista Brasileira de Administração**, n. 42, set. 2003.

RODRIGUES, Mario Gabriel. Responsabilidade Social das Instituições de Ensino Superior. **Revista Estudos**, n. 34, 2005.

SOARES, Bárbara M. C. **A abordagem da ética nos cursos de graduação em administração de Salvador**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – NPGA/UFBA, Salvador, 2005

SANTOS, Maria Estela A. F. **Representações sociais em responsabilidade social corporativa: imagens e substâncias refletidas pelo olhar dos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Administração) – NPGA/UFBA, Salvador, 2005

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2004.

SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, W. **Educação Brasileira Contemporânea – Organização e Funcionamento**. São Paulo: Macgraw-Hill do Brasil, 1976.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARD, Valdemar. **As Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Antunes Gustavo. **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática – Uma análise contrastando a prática nas empresas e a abordagem do tema pelos cursos de Administração no município de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia-UFB, Salvador, 2006.

SORDI, Mara Regina Lemes de. A Responsabilidade Social como valor agregado do Projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. **Revista Estudos**, n. 34, 2005.

SORIANO, Raúl R. Vínculo docência-investigacion em la formación académica. In: CASTILLO, Amparo R.; SORIANO, Raúl R. **Vínculo docência-investigacion para uma formación integral**. México: Plaza y Valdes, 1997.

SOUSA, Jalva Lilia Rabelo de. **A Dinâmica dos Recursos Perante a Reforma Universitária – O Caso das Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado do Pará**, 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza - UNIFOR, CMA, Fortaleza, 2006.

SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SROUR, Robert Henry. **Ética Empresarial**. A Gestão da Reputação. Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STALLIVIERI, Luciane. O processo de Internacionalização nas Instituições de Ensino Superior. In: ANDRADE, Maria F. de. **Educação Brasileira**. Brasília: CRUB, Semestral, 2002.

TERRA, Branca Regina R. **A Transferência de tecnologia em universidades empreendedoras**. Rio de Janeiro: Qulitymark, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos. Construindo Planos Estratégicos de Cidadania Empresarial: A Experiência de Microempresários em uma Incubadora Tecnológica no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESTRATEGIA (SLADE), XIII, 2000, Puebla-MÉXICO. **Anais...** Puebla: SLADE, 2000. Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br/press/uploadArquivos/109700102849.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2006.

TODOROV, J. Cláudio. O Conceito de Responsabilidade Social nos estabelecimentos de Ensino Superior. **Revista Estudos**, n. 34, 2005.

TOLDO, Mariesa. Responsabilidade Social Empresarial A contribuição das universidades: In: **Responsabilidade Social das Empresas**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.

TRAMONTIM, Raulino. **Modelo proclamado e funcionamento real das universidades emergentes reconhecidas no Brasil na década de oitenta**. Rio Grande do Sul: Canoas, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRONCOSO, Delpiano Catalina et al. Responsabilidade Social: uma experiência inovadora na América Latina. **Revista Estudos**, n. 36, 2006.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas. Responsabilidade social e transparência. **Boletim do Ibase**, v. 6, n. 9, 1999. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/bib06.html>>. Acesso em: 01 set. 2004.

VALLAYES, François. Que significa Responsabilidade Social Universitária? **Revista Estudos**, n. 36, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria C. **Responsabilidade Social Empresarial e o Desenvolvimento Comunitário Sustentável**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2002.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. São Paulo: Record, 2002.

VIEIRA, Marta Guimarães D’Afonseca. **Responsabilidade Social e Ética nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas e Salvador-Ba**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) –Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2006.

WAGENBERG, Alan. A Urgência da Responsabilidade Social Universitária. **Revista Estudos**, n. 36, 2006.

WREN, Daniel A. **História da Administração**. São Paulo: Prentice Hall, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A Avaliação Institucional da Educação Superior. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, n. 11, jan./abr. 2004.

## **APÊNDICE A – Questionário**

### **Disseminação e Aplicação dos Conceitos de Responsabilidade Social nos Cursos de Administração de Empresas dos Campus da UFC, UNIFOR e UECE Situados em Fortaleza**

#### **Entrevista**

#### **1 Categoria de Análise: a concepção de Responsabilidade Social Empresarial e Universitária**

##### 1.1 A Instituição e a RSE – Como a Instituição percebe a RSE

1.1.1 Obrigação legal para com a sociedade

1.1.2 Responsabilidade voluntária para com o Desenvolvimento Sustentável e o bem estar

1.1.3 Compromisso ético com a melhoria da qualidade de vida de todos os públicos

1.1.4 Outros

##### 1.2 A Instituição e a RSE– Como a Instituição concebe a RSE?

1.2.1 A Instituição percebe a RSE como algo que transcende a Extensão?

a) Não. A RSE é definida como o conjunto de atividades de Extensão.

b) Sim. Em caso afirmativo, responda as questões que se seguem.

1.2.2 Como a Instituição concebe a RSE?

a) Compromisso ético com a melhoria da qualidade de vida de todos os públicos;

b) Responsabilidade voluntária para com o Desenvolvimento Sustentável e o bem estar;

c) A Universidade define a RSE por meio das suas atividades de Extensão;

d) A RSE é concebida através de seu papel social (ensinar);

e) A RSE se faz presente nas atividades de pesquisa desenvolvidas no ensino e na pesquisa;

f) Outros. Cite-os:

#### **2 Categoria de Análise: o papel da Universidade na disseminação da RSE**

##### 2.1 Os conceitos de RSE no ensino de Graduação

2.1.1 Os conceitos são disseminados de forma sistemática

a) Disciplinas obrigatórias;

b) Disciplinas optativas;

c) Outros.

2.1.2 Os conceitos são disseminados de forma assistemática (esporádicas)

- a) Foruns;
- b) Simpósios;
- c) Seminários;
- d) Palestras;
- e) *Workshop*;
- f) Encontros de Iniciação à Pesquisa;
- g) Encontros de Pesquisa;
- h) Congressos;
- i) Outros.

2.2 Os conceitos de RSE no ensino de Pós-Graduação

2.2.1 Os conceitos são disseminados de forma sistemática

- a) Disciplinas obrigatórias;
- b) Disciplinas optativas;
- c) Projetos de Pesquisa;
- d) Outros. Cite-os.

2.2.2 Os conceitos são disseminados de forma assistemática (esporádicas)

- a) Foruns;
- b) Simpósios;
- c) Seminários;
- d) Palestras;
- e) *Workshop*;
- f) Encontros de Iniciação à Pesquisa;
- g) Encontros de Pesquisa;
- h) Congressos;
- i) Outros.

2.3 Os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial em eventos na universidade

2.3.1 Ocorrem/ocorreram eventos sobre RSE?

- a) Não.
- b) Sim. Quais os assuntos abordados?

2.3.2 Ocorrem/ocorreram eventos sobre RSE?

- a) Não.
- b) Sim. Quais os assuntos abordados?

2.3.3 Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração de Empresas sobre RSE?

a) Não.

b) Sim. Quais os assuntos abordados?

2.3.4 Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração de Empresas sobre RSE e outros assuntos?

a) Não.

b) Sim. Quais os assuntos abordados?

### **3 Assuntos e Práticas de RSE na Extensão**

3.1 Ética

3.2 Desenvolvimento Sustentável

3.3 Desenvolvimento de atividade para a comunidade carente

3.4 Projetos sociais

3.5 Projetos voluntários

3.6 Práticas são desenvolvidas aliadas ao ensino e a pesquisa

3.7 Projetos voluntários para os cursos de Administração de Empresas

3.8 Outros

## APÊNDICE B – Quadro resumo de aplicação junto aos responsáveis das sub-unidades nas universidades

SUB UNIDADES	ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
CATEGORIAS			
A concepção da RSE e RSU.	Como a Instituição percebe a RSE?  Como a Instituição percebe a RSE?	Como a Instituição percebe a RSE?  Como a Instituição percebe a RSE?	Como a Instituição percebe a RSE?  Como a Instituição percebe a RSE?
O papel da Universidade na disseminação da RSE	Os conceitos, na graduação, são disseminados de forma sistemática?  Os conceitos, na graduação, são disseminados de forma asistemática?  Os conceitos, na pós-graduação, são disseminados de forma sistemática?  Os conceitos, na pós-graduação, são disseminados de forma asistemática?  Ocorrem/ocorreram eventos sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos que abordam a RSE e outros assuntos ?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE e outros assuntos?  Os eventos ocorridos são de natureza periódica?	Ocorrem/ocorreram eventos sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos que abordam a RSE e outros assuntos ?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE e outros assuntos?  Os eventos ocorridos são de natureza periódica?	Ocorrem/ocorreram eventos sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos que abordam a RSE e outros assuntos ?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE?  Ocorrem/ocorreram eventos realizados pelos cursos de Administração sobre RSE e outros assuntos?  Os eventos ocorridos são de natureza periódica?

Assuntos e práticas de RSE no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.	Assuntos e práticas da RSE no ensino de graduação.  Assuntos e práticas de RSE no ensino de pós-graduação	Assuntos e práticas de RSE na pesquisa	Assuntos e práticas de RSE na extensão

Fonte: Elaborado pela autora (2007).

## ANEXO A – Grade curricular do curso de administração/UFC



Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

### GRADE CURRICULAR/UFC

CURSO : 01 - ADMINISTRAÇÃO - DIURNO  
MOD/HAB: A - BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO  
CURRÍCULO : 971 - TOTAL DE CRÉDITOS: 190

Seq.	Cód.	Disciplina	Obr.	Créd.	Equivalência	Requisitos
01	CB587	Cálculo e Geometria Analítica I	S	4,0	CB534	
	CK015	Computação Aplicada	S	4,0	CK056 OU CK081	
	ED103	Teoria Geral Da Administração	S	4,0	ED063 OU ED064 OU ED088	
	ED104	Filosofia Aplicada à Administração	S	4,0		
02	HB868	Português Instrumental	S	4,0		
	CB588	Cálculo e Geometria Analítica II	S	4,0		CB587
	ED105	Instituições De Direito	S	4,0	DD040 OU ED097	
	ED106	Processo Administrativo	S	4,0	ED056	ED103 E ED104
	HD957	Introdução à Sociologia	S	4,0	HD751	
03	HF142	Introdução à Psicologia	S	4,0	HF054	
	CB589	Álgebra Linear	S	4,0		
	ED107	Legislação Comercial e Tributária	S	4,0	DB036	ED163
	ED108	Comportamento Organizacional	S	4,0	ED062 OU HF028	HF142 E ED106
	EF462	Estatística Aplicada à Negócios I	S	4,0	EF413 OU EF418	
04	EI316	Contabilidade Geral	S	4,0	EI288 OU (EI299 E EH306)	
	ED109	Métodos Quantitativos	S	4,0	ED031 OU EF447	CB589
	ED110	Administração Da Produção I	S	4,0	ED003	
	EF463	Estatística Aplicada à Negócios II	S	4,0	EF422 OU EF419	EF462
	EH287	Matemática Financeira	S	4,0	EH312 OU EH318	
05	EH291	Contabilidade De Custos	S	4,0	EH293 OU EH304 OU EH323	EH316
	ED111	Metodologia Do Trabalho Científico	S	4,0	EF429 OU EF439 OU EF461 OU EH353 OU ED095)	
	ED112	Legislação Trabalhista e Previdenciária	S	4,0	ED030	ED105
	ED113	Organização, Sistemas e Métodos	S	4,0	ED060 OU ED059	ED106
	ED114	Administração Da Produção II	S	4,0	ED004	ED110
06	EE132	Análise Microeconômica	S	4,0	(EE092 E EE093) OU EE129	CB588
	CK093	Administração De Sistemas de Informação	S	4,0		CK015 E ED113
	ED115	Administração Mercadológica I	S	4,0	ED012	EE132 E ED106
	ED116	Administração e Anal. Fin. e Orçamentária I	S	4,0	ED008	EH287 E EH316
	ED117	Administração De Recursos Humanos I	S	4,0	ED051 OU ED050 OU ED052	ED108
	ED118	Estágio Supervisionado I	S	5,0	ED025	ED113 E ED110 E ED108
07	EE098	Análise Macroeconômica	S	4,0	EE130	EE132
	ED119	Administração De Material e Patrimônio	S	4,0	ED007	ED114
	ED120	Administração De Recursos Humanos II	S	4,0		ED117
	ED121	Administração e Anal. Fin. e Orçamentária II	S	4,0	ED009	ED116
	ED122	Administração Mercadológica II	S	4,0	ED014	ED115 E CK093
	ED123	Estágio Supervisionado II	S	5,0		ED118
	EF464	Teoria Da Decisão	S	4,0	EF459	EF463 E ED109
08	ED124	Administração e Elaboração De Projetos	S	4,0	EF416 OU EE131 OU EF428	ED113 E ED115
	EF409	Mercado De Capitais	S	4,0		ED121
	ED086	Análise De Investimentos	S	4,0	EH303	ED121 E EF463
		Habilitação	S	4,0		
		Habilitação	S	4,0		
09	ED125	Administração Estratégica	S	4,0	ED061 OU ED094	ED122 E ED114 E ED120 E ED121
	ED126	Gestão Empresarial	S	4,0		ED120
	ED037	Monografia Em Administração	S	4,0	ED035	ED122 E ED114 ED120 E ED121 E EF409 E ED124
		Habilitação	S	4,0		
		Opcional	S	4,0		



**ANEXO B – Grade curricular do curso de administração do  
CCA/UNIFOR**

**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA**

**2007.1**

**CENTRO DE CIENCIAS ADMINISTRATIVAS**

**Diretor: Jose Martonio Alves Coelho**

**ADMINISTRACAO**

**Coordenador: Francisca Ileuda C  
Carvalho**

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ UNIVERSIDADE DE FORTALEZA		Período: 2007.1		
Curso: ADMINISTRACAO		Fluxograma: 41.6 (NOITE) 61.5 (MANHÃ)		
BACHARELADO EM ADMINISTRACAO		Créditos: 203 Resolução: 48/94-26/97		
Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
<b>SEMESTRE - 01</b>				
A103	INTRODUÇÃO A ADMINISTRACAO	04.00		A101 A102 A108 A123 A423 A491 H402 H425
H312	METODOLOGIA CIENTIFICA	04.00		A411 A440 H300 H322 H384 H385 H391 H706 H707 S952
H313	SOCIOLOGIA GERAL	06.00		A200 A409 H199 H301 H328 H365 H369 H701 H702 H929 J502 S946 N270
N114	MATEMATICA I	06.00		
<b>SEMESTRE - 02</b>				
A202	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	04.00		A201 A203 A204 A208 A234 H401 H495
A314	INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE	06.00		A114 A297 A300 A301
H190	PORTUGUES INSTRUMENTAL	04.00		A109 H101 H110 H111 H928 J511
N112	ESTATISTICA	06.00		A418 A453 N111 N117 N138 N272 S314 S315
<b>SEMESTRE - 03</b>				
A106	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	06.00	A103	A105 H410
A323	CONTABILIDADE DE CUSTOS	04.00	A314	A115 A310 A311 A312 A337 H459 H460
H311	FILOSOFIA GERAL	04.00		H005 H200 H305 H362 H548 H403 H502
H529	INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00		
<b>SEMESTRE - 04</b>				
A126	ORGANIZACAO, SIST. E METODOS I	06.00	A106	A122 A124 A160 H422
A206	ELEMENTOS DE TEORIA ECONOMICA	04.00	A202	A205 A221 A222 H428 H491
N149	MATEMATICA FINANCEIRA	04.00	N114	A113 A243 N140 N150 N200
N158	PROCESSAMENTO / DADOS	02.04		A553 N157 N580
<b>SEMESTRE - 05</b>				
A127	ORGANIZACAO, SIST. E METODOS II	06.00	A126	A125
A144	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A106	A143
A164	ADM. FINAN. E ORCAMENTARIA	06.00	N149	A111 A130 A161 A436 H467
<b>SEMESTRE - 06</b>				
A139	GER. DE PEQ. E MED. EMPRESAS	04.00	A144	A128 A151 H418
A152	ADMINISTRACAO DE MATERIAL	06.00	A127	A129 A171 A173
A172	ADMINISTRACAO MERCADOLÓGICA I	04.00	A127	A458 A504 H416 A119 H409 J504
H504	DIREITO COMERCIAL I	06.00	H529	
<b>SEMESTRE - 07</b>				
A142	ADMINISTRACAO DO DES. HUMANO	06.00	A144	A117 A141 A461 A494 H411
A153	ADMINISTRACAO DA PRODUCAO	06.00	A127	A118 A154 A156 H415
A166	ESTRATEGIA EMPRESARIAL	04.00	A127	
A168	PLANEJAMENTO ECON. FINANCEIRO	04.00	A164	A134 A169 A170 A343 H455
<b>SEMESTRE - 08</b>				

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Período: 2007.1

Curso: ADMINISTRACAO

Fluxograma: 41.6 (NOITE) 61.5 (MANHÃ)

BACHARELADO EM ADMINISTRACAO

Créditos: 203

Resolução: 48/94-26/97

Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
A138	ADMINIST. DE SIST. INFORMACOES	04.00		
A147	ADMINIST. DE CARGOS E SALARIOS	04.00	A142	A145 A146 A188
A175	ADMINISTRACAO MERCADOLOGICA II	06.00	A172	H472
A268	PESQUISA DE MERCADO	06.00	N112	A174
SEMESTRE - 09				
A180	GERENCIA DE VENDAS	04.00	A175	A120 A267 H454
A192	ESTAGIO EM ADMINISTRACAO I	10.00	A152	A181 A182
H506	DIREITO DO TRABALHO	06.00	H529	A191 A195 H499
SEMESTRE - 10				
A149	PSIC. APLIC A ADMINISTRACAO	06.00	A142	A339 H406 J506
A193	ESTAGIO EM ADMINISTRACAO II	10.00	A192	A116 A148 H348
DISCIPLINAS OPTATIVAS				
A136	PROCESSO DECISORIO	04.00		A196
A162	MERCADO FINANCEIRO	04.00		A135 H423
A163	ADMINISTRACAO HOSPITALAR	02.00		
A167	ADMINISTRACAO HOTELEIRA I	06.00	A175	
A178	GESTAO AMBIENTAL	04.00		A474 A490
A184	PROPAGANDA	04.00	A175	A183 H183
A190	JOGOS DE EMPRESA	02.02		
A238	COMERCIO EXTERIOR	06.00	A202	
A240	MERCADO DE CAPITAIS	04.00	A202	A187 A239 A259
A269	ELAB. E AVALIACAO DE PROJETOS	04.02	A164	H447
A274	ECONOMIA BRASILEIRA	04.00		A140 A401 H453
A309	INTRODUCAO A CUSTOS	04.00		A273 H440
A362	ANALISE E INTERPR DE BALANCOS	04.00		A308 H458
A431	ADM. MEIOS DE HOSPEDAGEM	04.00		A361 H471
H345	DINÂMICA DE GRUPO	04.00		A452 A473 A503
H347	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES	04.00		H344
H404	CONTABILIDADE GERAL	06.00		A159 A304 A305
H505	DIREITO TRIBUTARIO	06.00	H529	A475 A538
H564	DIREITO ADMINISTRATIVO	04.00	H529	A376 A576 H407
H791	DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00		J505
N115	MATEMATICA II	06.00		H408 H503 H589
S284	PRATICA DE EDUCACAO FISICA	00.03		J589
				J591
				N101 N148 N276
				S261 S263 S265
				S267 S269 S271

Oferta: 41.6 do curso de ADMINISTRACAO  
Disciplina

(NOITE)

Disciplina	Créd	Disc	Cód	Horário
ESTRATEGIA EMPRESARIAL	04.00	A166	41	N24AB

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Período: 2007.1

Curso: ADMINISTRACAO

Fluxograma: 41.7 (NOITE) 61.6 (MANHÃ)

BACHARELADO EM ADMINISTRACAO DE  
EMPRESAS

Créditos: 160

Resolução: 25/2002

Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
<b>SEMESTRE - 01</b>				
A109	COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00		H101 H110 H111 H190 H928 J511
A123	TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00		A101 A102 A103 A108 A423 A491 H402 H425
A202	INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00		A201 A203 A204 A208 A234 H401 H495
H199	SOCIOLOGIA	04.00		A200 A409 H301 H313 H328 H365 H369 H701 H702 H929 J502 S946
N270	MATEMATICA	04.00		N114
<b>SEMESTRE - 02</b>				
A113	MATEMATICA FINANCEIRA	02.02		A243 N140 N149 N150 N200
A114	INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00		A297 A300 A301 A314
H200	FILOSOFIA E ETICA	04.00		H005 H305 H311 H362 H548
H300	METODOL DO TRABALHO CIENTÍFICO	04.00		A411 A440 H312 H322 H384 H385 H391 H706 H707 S952
H529	INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00		H403 H502
<b>SEMESTRE - 03</b>				
A115	CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS	04.00	A114	A310 A311 A312 A323 A337 H459 H460
A117	GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	04.00		A141 A142 A461 A494 H411
A119	DIREITO EMPRESARIAL	04.00	H529	H409 H504 J504
A160	ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A123	A122 A124 A126 H422
N272	ESTATISTICA	04.00		A418 A453 N111 N112 N117 N138 S314 S315
<b>SEMESTRE - 04</b>				
A116	PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A117	A148 A149 H348
A138	ADMINIST. DE SIST. INFORMACOES	04.00		
A144	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A123	A143
N274	ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N272	
N580	INFORMATICA	02.02	A160	A553 N157 N158
<b>SEMESTRE - 05</b>				
A118	GESTAO DA PRODUCAO	04.02	N580	A153 A154 A156 H415
A128	LOGISTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A160	A151 A152 H418
A129	MARKETING	04.00	A120	A171 A172 A173 A458 A504 H416 A111 A161 A164 A436 H467
A130	ADM FINAN E ORCAMENTARIA	02.02	A113	
<b>SEMESTRE - 06</b>				
A120	PESQUISA DE MERCADO	04.00	N274	A267 A268 H454
A134	PLANEJ ECON E FINANCEIRO	02.02	A130	A168 A169 A170 A343 H455
A147	ADMINIST. DE CARGOS E SALARIOS	04.00	A117	A145 A146 A188 H472
A180	GERENCIA DE VENDAS	04.00	A129	A181 A182
<b>SEMESTRE - 07</b>				

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Período: 2007.1

Curso: ADMINISTRACAO

Fluxograma: 41.7 (NOITE) 61.6 (MANHÃ)

BACHARELADO EM ADMINISTRACAO DE  
EMPRESAS

Créditos: 160

Resolução: 25/2002

Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
A140	PLANEJAMENTO E PROJETOS	04.00	A120	A269 A401 H453
A178	GESTAO AMBIENTAL	04.00		A474 A490
A194	EMPREEND GESTAO NEGOCIOS	04.00	A144	A555
SEMESTRE - 08				
A195	DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A140	A191 A192 H499
A196	PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A140	A193
DISCIPLINAS OPTATIVAS				
A127	ORGANIZACAO, SIST. E METODOS II	06.00		A125
A139	GER. DE PEQ. E MED. EMPRESAS	04.00		
A163	ADMINISTRACAO HOSPITALAR	02.00		
A167	ADMINISTRACAO HOTELEIRA I	06.00		
A175	ADMINISTRACAO MERCADOLÓGICA II	06.00		
A183	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	04.00		A174
A190	JOGOS DE EMPRESA	02.02		A184 H183
A197	MARKETING AMBIENTAL	04.00		
A198	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	02.00		
A199	GESTAO DE MARCAS	02.00		
A206	ELEMENTOS DE TEORIA ECONOMICA	04.00		A205 A221 A222 H428 H491
A288	ATIVIDADES COMPLEMENTARES I	02.00		
A289	ATIVIDADES COMPLEMENTARES II	02.00		
A376	DIREITO TRIBUTARIO	04.00		A576 H407 H505 J505
A377	DIREITO COMERCIAL	02.00		
A378	DIREITO DO TRABALHO	02.00		
A379	DIREITO ADMINISTRATIVO	02.00		
H345	DINÂMICA DE GRUPO	04.00		H344
H506	DIREITO DO TRABALHO	06.00		A339 H406 J506
H791	DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00		J591

Oferta: 41.7 do curso de ADMINISTRACAO  
Disciplina

(NOITE)  
Créd Disc Cód Horário

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Período: 2007.1

Curso: ADMINISTRAÇÃO

Fluxograma: 41.8 (NOITE) 61.7 (MANHÃ)

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DE  
EMPRESAS

Créditos: 160

Resolução: 38/04

Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
<b>SEMESTRE - 01</b>				
A114	INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE	04.00		A297 A300 A301 A314
A123	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	04.00		A101 A102 A103 A108 A423 A491 H402 H425
A202	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	04.00		A201 A203 A204 A208 A234 H401 H495
H199	SOCIOLOGIA	04.00		A200 A409 H301 H313 H328 H365 H369 H701 H702 H929 J502 S946 N114
N270	MATEMÁTICA	04.00		
<b>SEMESTRE - 02</b>				
A109	COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	04.00		H101 H110 H111 H190 H928 J511
H200	FILOSOFIA E ÉTICA	04.00		H005 H305 H311 H362 H548
H300	METODOL DO TRABALHO CIENTÍFICO	04.00		A411 A440 H312 H322 H384 H385 H391 H706 H707 S952
H529	INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00		H403 H502
N272	ESTATÍSTICA	04.00		A418 A453 N111 N112 N117 N138 S314 S315
<b>SEMESTRE - 03</b>				
A116	PSICOLOGIA APL ADMINISTRAÇÃO	04.00	A123	A148 A149 H348
A119	DIREITO EMPRESARIAL	04.00	H529	H409 H504 J504
A160	ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A123	A122 A124 A126 H422
A553	TECNOL DA INFORMAÇÃO GERENCIAL	02.02		N157 N158 N580
N149	MATEMÁTICA FINANCEIRA	04.00		A113 A243 N140 N150 N200
<b>SEMESTRE - 04</b>				
A111	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I	02.02	N149	A130 A161 A164 A436 H467
A115	CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	04.00	A114 N149	A310 A311 A312 A323 A337 H459 H460
A117	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	04.00	A116	A141 A142 A461 A494 H411
A129	MARKETING	04.00	A123	A171 A172 A173 A458 A504 H416 A143
A144	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A123	
<b>SEMESTRE - 05</b>				
A180	GERÊNCIA DE VENDAS	04.00	A129	A181 A182
A188	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A117	A145 A146 A147 H472
A554	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II	02.02	A111	
N274	ANAL DE DADOS ESTATÍSTICOS	02.02	N272	
<b>SEMESTRE - 06</b>				
A118	GESTÃO DA PRODUÇÃO	04.02	A553	A153 A154 A156 H415
A120	PESQUISA DE MERCADO	04.00	N274	A267 A268 H454
A128	LOGÍSTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A160	A151 A152 H418
A138	ADMINIST. DE SIST. INFORMAÇÕES	04.00	A160 A553	
<b>SEMESTRE - 07</b>				
A178	GESTÃO AMBIENTAL	04.00		A474 A490

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Período: 2007.1

Curso: ADMINISTRACAO

Fluxograma: 41.8 (NOITE) 61.7 (MANHÃ)

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Créditos: 160

Resolução: 38/04

Cód	Discriminação	Créd	Pré-requisito	Equivalências
A401	ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A120	A140 A269 H453
A555	EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A144	A194
SEMESTRE - 08				
A195	DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A129 A555	A191 A192 H499
A196	PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A129 A188 A401	A193
DISCIPLINAS OPTATIVAS				
A139	GER. DE PEQ. E MED. EMPRESAS	04.00		
A163	ADMINISTRACAO HOSPITALAR	02.00		
A167	ADMINISTRACAO HOTELEIRA I	06.00		
A175	ADMINISTRACAO MERCADOLÓGICA II	06.00		
A183	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	04.00		A174
A190	JOGOS DE EMPRESA	02.02		A184 H183
A197	MARKETING AMBIENTAL	04.00		
A198	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	02.00		
A199	GESTAO DE MARCAS	02.00		
A222	MICRO ECONOMIA I	04.00		A205 A206 A221
A253	INTRODUCAO COMERCIO EXTERIOR	04.00		H428 H491
A259	MERCADO DE CAPITAIS I	04.00		A207
				A187 A239 A240
				H447
A378	DIREITO DO TRABALHO	02.00		
A379	DIREITO ADMINISTRATIVO	02.00		
A396	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	02.00		
A398	ATIVIDADES COMPLEMENTARES II	04.00		
A399	ATIVIDADES COMPLEMENTARES III	06.00		
A404	ECON BRASILEIRA CONTEMP II	04.00		
A433	ADMINISTRACAO DE EVENTOS	02.02		A165 A463 H421
A556	DIREITO EMPRESARIAL II	04.00		
H345	DINÂMICA DE GRUPO	04.00		
H505	DIREITO TRIBUTARIO	06.00		H344
				A376 A576 H407
				J505
				J591
H791	DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00		

Oferta: 41.8 do curso de ADMINISTRACAO

(NOITE)

Disciplina	Créd	Disc	Cód	Horário
SEMESTRE - 01 Matrícula 2007.1				
INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00	A114	43	N24AB
INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00	A114	44	N24CD
INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00	A114	45	T24EF
TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00	A123	41	N35CD
TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00	A123	42	N35AB
TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00	A123	43	N24AB
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	42	T35EF
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	44	N35AB
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	51	EAD
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	52	EAD
SOCIOLOGIA	04.00	H199	41	N35AB
SOCIOLOGIA	04.00	H199	42	T35EF
SOCIOLOGIA	04.00	H199	43	N35CD
MATEMATICA	04.00	N270	41	N35AB
MATEMATICA	04.00	N270	42	N46AB
MATEMATICA	04.00	N270	45	N35CD
MATEMATICA	04.00	N270	50	N2CD6AB
MATEMATICA	04.00	N270	52	N35AB

Oferta: 41.8 do curso de ADMINISTRACAO		(NOITE)			
Disciplina	Créd	Disc	Cód	Horário	
MATEMATICA	04.00	N270	53	T46EF	
<b>SEMESTRE - 02 Matrícula 2006.2</b>					
COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00	A109	41	N35AB	
COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00	A109	43	N24AB	
COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00	A109	44	T35EF	
FILOSOFIA E ETICA	04.00	H200	41	N35AB	
FILOSOFIA E ETICA	04.00	H200	43	N35CD	
METODOL DO TRABALHO CIENTÍFICO	04.00	H300	35	T24EF	
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	41	T24EF	
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	42	N35AB	
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	43	N24AB	
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	45	N24CD	
ESTADISTICA	04.00	N272	43	N24AB	
ESTADISTICA	04.00	N272	45	N35CD	
<b>SEMESTRE - 03 Matrícula 2006.1</b>					
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	21	T24EF	
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	41	N24AB	
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	42	N24CD	
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	43	N24AB	
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	41	N24AB	
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	42	N35AB	
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	43	T35EF	
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	44	N35CD	
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	45	T24EF	
ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A160	40	N24AB	
ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A160	43	T24EF	
ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A160	44	N24CD	
TECNOL DA INFORMACAO GERENCIAL	02.02	A553	04	N2AB-N4AB	
TECNOL DA INFORMACAO GERENCIAL	02.02	A553	41	T4EF-T2EF	
TECNOL DA INFORMACAO GERENCIAL	02.02	A553	43	N2CD-N4CD	
TECNOL DA INFORMACAO GERENCIAL	02.02	A553	45	N3AB-N5AB	
MATEMATICA FINANCEIRA	04.00	N149	41	N35AB	
MATEMATICA FINANCEIRA	04.00	N149	43	N35CD	
MATEMATICA FINANCEIRA	04.00	N149	45	N35CD	
<b>SEMESTRE - 04 Matrícula 2005.2</b>					
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	41	N2AB-N4AB	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	43	N2CD-N4CD	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	45	T2EF-T4EF	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	47	N3AB-N5AB	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	49	N2CD-N4CD	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	51	N5AB-N3AB	
CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS	04.00	A115	42	N24AB	
CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS	04.00	A115	43	N24CD	
CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS	04.00	A115	44	T24EF	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	04.00	A117	41	N24AB	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	04.00	A117	43	N35AB	
MARKETING	04.00	A129	21	T35EF	
MARKETING	04.00	A129	42	N24AB	
MARKETING	04.00	A129	43	T24EF	
MARKETING	04.00	A129	44	N35AB	
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	41	N35AB	
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	42	N24AB	
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	44	N35CD	
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	45	T24EF	
<b>SEMESTRE - 05 Matrícula 2005.1</b>					
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	41	N35CD	
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	42	N35AB	
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	43	N35AB	
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	44	T35EF	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A188	41	N24AB	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A188	42	T24EF	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A188	43	T35EF	
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A188	44	N35CD	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA II	02.02	A554	41	N2CD-N4CD	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA II	02.02	A554	43	N2AB-N4AB	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA II	02.02	A554	45	T2EF-T4EF	

Oferta: 41.8 do curso de ADMINISTRACAO

Disciplina	Créd	Disc	Cód	(NOITE)	
				Horário	
ADMINISTRACAO FINANCEIRA II	02.02	A554	47	N3AB-N5AB	
ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N274	41	T3EF-T5EF	
ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N274	42	N2CD-N4CD	
ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N274	43	N2AB-N4AB	
<b>SEMESTRE - 06 Matrícula 2004.2</b>					
GESTAO DA PRODUCAO	04.02	A118	27	T24EF-T6EF	
GESTAO DA PRODUCAO	04.02	A118	41	N24AB-N6AB	
GESTAO DA PRODUCAO	04.02	A118	42	N24AB-N6AB	
GESTAO DA PRODUCAO	04.02	A118	43	N24CD-N6CD	
PESQUISA DE MERCADO	04.00	A120	41	N35AB	
PESQUISA DE MERCADO	04.00	A120	42	N24AB	
PESQUISA DE MERCADO	04.00	A120	43	N35AB	
PESQUISA DE MERCADO	04.00	A120	44	N35CD	
LOGISTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A128	41	N246AB	
LOGISTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A128	42	N246CD	
LOGISTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A128	44	T246EF	
ADMINIST. DE SIST. INFORMACOES	04.00	A138	40	N35AB	
ADMINIST. DE SIST. INFORMACOES	04.00	A138	41	N35CD	
<b>SEMESTRE - 07 Matrícula 2004.1</b>					
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	41	N35AB	
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	42	N35CD	
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	43	T35EF	
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	44	N24AB	
ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A178	45	N35AB	
ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A401	21	T24EF	
ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A401	41	N24AB	
ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A401	43	N24CD	
EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A555	41	N35AB	
EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A555	42	N35CD	
EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A555	43	T35EF	
EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A555	44	N24CD	
<b>SEMESTRE - 08 Matrícula 2003.2</b>					
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	22	T23456EF	
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	42	N23456AB	
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	43	N23456AB	
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	44	N23456CD	
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	45	N23456CD	
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	46	T23456EF	
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	41	N23456CD	
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	42	N23456CD	
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	43	N23456AB	
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	44	N23456AB	
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	46	T23456EF	
<b>SEMESTRE - 20 Matrícula 1997.2</b>					
GER. DE PEQ. E MED. EMPRESAS	04.00	A139	44	N35CD	
ADMINISTRACAO HOSPITALAR	02.00	A163	41	T4EF	
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	04.00	A183	41	N24CD	
JOGOS DE EMPRESA	02.02	A190	41	T3EF-T5EF	
QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	02.00	A198	42	N6AB	
INTRODUCAO COMERCIO EXTERIOR	04.00	A253	41	N24CD	
DINÂMICA DE GRUPO	04.00	H345	70	N24AB	
DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00	H791	41	N35CD	
DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00	H791	43	N35AB	

Oferta: 61.7 do curso de ADMINISTRACAO

Disciplina	Créd	Disc	Cód	(MANHÃ)	
				Horário	
<b>SEMESTRE - 01 Matrícula 2007.1</b>					
INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00	A114	11	M46AB	
INTRODUCAO A CONTABILIDADE	04.00	A114	12	M46CD	
TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00	A123	10	M24CD	

Oferta: 61.7 do curso de ADMINISTRACAO		(MANHÃ)		
Disciplina	Créd	Disc	Cód	Horário
TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO	04.00	A123	11	M24AB
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	01	EAD
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	02	M35AB
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	11	M35CD
INTRODUCAO A ECONOMIA	04.00	A202	15	M35AB
SOCIOLOGIA	04.00	H199	11	M2AB6CD
SOCIOLOGIA	04.00	H199	12	M2CD6AB
MATEMATICA	04.00	N270	10	M35CD
MATEMATICA	04.00	N270	11	M46AB
MATEMATICA	04.00	N270	14	M35AB
<b>SEMESTRE - 02 Matrícula 2006.2</b>				
COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00	A109	10	M2AB6CD
COMUNICACAO EMPRESARIAL	04.00	A109	11	M2CD6AB
FILOSOFIA E ETICA	04.00	H200	11	M35AB
FILOSOFIA E ETICA	04.00	H200	12	M35CD
MÉTODOS DO TRABALHO CIENTÍFICO	04.00	H300	11	M24CD
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	11	M35AB
INST. DE DIR. PUBL. E PRIVADO	04.00	H529	13	M35CD
ESTATISTICA	04.00	N272	11	M46AB
ESTATISTICA	04.00	N272	12	M46CD
<b>SEMESTRE - 03 Matrícula 2006.1</b>				
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	10	M35AB
PSICOLOGIA APL ADMINISTRACAO	04.00	A116	12	M35CD
DIREITO EMPRESARIAL	04.00	A119	10	M24AB
ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A160	11	M35AB
ORG, SISTEMAS E METODOS	04.00	A160	12	M35AB
TECNOL DA INFORMACAO GERENCIAL	02.02	A553	10	M4CD-M2CD
MATEMATICA FINANCEIRA	04.00	N149	10	M24AB
<b>SEMESTRE - 04 Matrícula 2005.2</b>				
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	11	M3AB-M5AB
ADMINISTRACAO FINANCEIRA I	02.02	A111	12	M2AB-M4AB
CUSTOS E FORMACAO DE PRECOS	04.00	A115	12	M24CD
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	04.00	A117	10	M35EF
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS	04.00	A117	11	M35CD
MARKETING	04.00	A129	10	M46AB
MARKETING	04.00	A129	11	M35AB
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	10	M24AB
DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	04.00	A144	12	M35CD
<b>SEMESTRE - 05 Matrícula 2005.1</b>				
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	10	M35AB
GERENCIA DE VENDAS	04.00	A180	11	M24AB
GESTAO DE RECURSOS HUMANOS II	04.00	A188	11	M35CD
ADMINISTRACAO FINANCEIRA II	02.02	A554	11	M4AB-M2AB
ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N274	11	M3AB-M5AB
ANAL DE DADOS ESTATISTICOS	02.02	N274	13	M5CD-M3CD
<b>SEMESTRE - 06 Matrícula 2004.2</b>				
GESTAO DA PRODUCAO	04.02	A118	11	M24CD-M6CD
PESQUISA DE MERCADO	04.00	A120	12	M35CD
LOGISTICA E CADEIA SUPRIMENTOS	06.00	A128	11	M246AB
ADMINIST. DE SIST. INFORMACOES	04.00	A138	11	M35CD
<b>SEMESTRE - 07 Matrícula 2004.1</b>				
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	11	M35AB
GESTAO AMBIENTAL	04.00	A178	12	M24CD
ELABORACAO E AVAL DE PROJETOS	04.00	A401	11	M35AB
EMPREENDEDORISMO E NEGOCIOS	04.00	A555	11	M46CD
<b>SEMESTRE - 08 Matrícula 2003.2</b>				
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	01	M23456CD
DIAG CONSULT ORGANIZACIONAL	10.00	A195	12	M23456AB
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	13	M23456CD
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	14	M23456AB
PERFIL DE NEGOCIOS	10.00	A196	15	M23456EF
<b>SEMESTRE - 20 Matrícula 1997.2</b>				
GER. DE PEQ. E MED. EMPRESAS	04.00	A139	12	M24CD
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	04.00	A183	11	M46AB
DINÂMICA DE GRUPO	04.00	H345	10	M35CD
DINÂMICA DE GRUPO	04.00	H345	11	M35EF

Oferta: 61.7 do curso de ADMINISTRACAO (MANHÃ)

Disciplina	Créd	Disc	Cód	Horário
DINÂMICA DE GRUPO	04.00	H345	12	M24EF
DINÂMICA DE GRUPO	04.00	H345	14	M35AB
DIREITO DO CONSUMIDOR	04.00	H791	11	M24CD